

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CINTIA DOS SANTOS

**O PROGRAMA PROTAGONISTAS SEM FRONTEIRAS COMO AÇÃO
EDUCOMUNICATIVA ANTIRRACISTA NA WEB RÁDIO SANTA LUZIA**

CRICIÚMA

2022

CINTIA DOS SANTOS

**O PROGRAMA PROTAGONISTAS SEM FRONTEIRAS COMO AÇÃO
EDUCOMUNICATIVA ANTIRRACISTA NA WEB RÁDIO SANTA LUZIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Profa. Dra. Graziela Fátima Giacomazzo

CRICIÚMA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S237p Santos, Cintia dos.

O programa Protagonistas Sem Fronteiras como ação
educomunicativa antirracista na web rádio Santa Luzia
/ Cintia dos Santos. - 2022.

150 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo
Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Criciúma, 2022.

Orientação: Graziela Fátima Giacomazzo.

CINTIA DOS SANTOS

**O PROGRAMA PROTAGONISTAS SEM FRONTEIRAS COMO
AÇÃO EDUCOMUNICATIVA ANTIRRACISTA NA WEB
RÁDIO SANTA LUZIA**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 25 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA


Profª. Dra. Graziela Fatima
Giacomazzo
(Orientadora - UNESC)


Profª. Dra. Ademilde Silveira Sartori
(Membro – UDESC)


Prof. Dr. Alex Sander da Silva
(Membro -UNESC)

Prof. Dr. Vidalcir Ortigara
(Suplente – UNESC)


Prof. Dr. Vidalcir Ortigara
Coordenador do PPGE-UNESC

Cíntia dos Santos
Mestranda

AGRADECIMENTOS

Uma palavra que fez parte da minha caminhada durante a escrita desta pesquisa foi *gratidão*, mas existem pessoas que precisam ser mencionadas diante do papel importante que cumpriram. Começo agradecendo aos meus pais, Alvani Sebastião dos Santos e Valdir Emilio dos Santos (*in memoriam*) por colocarem a educação como prioridade na minha vida. Agradeço ao meu esposo Everson Matias pela compreensão, acolhimento e companheirismo diante da angústia que foram esses dois anos de pandemia da Covid-19 e a paciência com a minha ausência em momentos importantes.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Profa. Graziela Fátima Giacomazzo, por ter me escolhido, se dedicado, compartilhado o seu conhecimento, e pela confiança em todo o processo de orientação e indicação para concorrer ao processo seletivo como aluna especial no curso de doutorado da UDESC, na disciplina de Educação e Comunicação. Um encontro que oportunizou o meu crescimento intelectual e que transcende a relação professora e mestranda para a vida. Também agradeço o incentivo do Prof. Alex Sander da Silva e do Prof. Ricardo Bitencourt desta universidade por motivarem o meu retorno à academia. Agradeço ao NEABI-UNESC pela representatividade que os seus membros exercem dentro da Universidade e pela acolhida aos acadêmicos negros. Também quero registrar que esta pesquisa somente foi possível graças à bolsa PROSUC/CAPES, pela qual também sou muito grata.

Agradeço à banca avaliadora constituída pela Profa. Dra. Ademilde Sartori, Prof. Dr. Alex Sander da Silva e Profa. Dra. Graziela Fátima Giacomazzo pelo aceite e contribuições na qualificação, um momento que deu luz ao caminho a ser seguido nesta pesquisa.

Agradeço aos meus irmãos e amigos do coração que conviveram, leram, sugeriram e seguraram as crises de cansaço. Por fim, agradeço às pessoas que estiveram comigo na militância, seja sindical, política ou no movimento negro, e que contribuíram na minha formação e luta constante pela redução das desigualdades sociais.

RESUMO

Esta pesquisa trata da investigação sobre a prática comunicativa antirracista realizada no programa Protagonistas Sem Fronteiras na web rádio Santa Luzia. Esse movimento é compreendido num contexto em que o racismo estrutural é parte fundante da sociedade brasileira e está presente nas diversas instituições sociais. A difícil realidade imposta à população negra a partir dessa constatação torna necessário uma reflexão sobre as iniciativas que objetivam desconstruir as bases que sustentam o racismo em nosso país. Com isso, desenvolveu-se a seguinte problemática: Como a mídia web rádio, enquanto ação educ comunicativa, contribui na luta antirracista dos docentes negros a partir do programa Protagonistas Sem Fronteiras? Sendo uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, documental e do tipo netnográfica, respondemos esse questionamento apresentando os conceitos de racismo estrutural e antirracismo a partir de um referencial teórico constituído principalmente por intelectuais negros, como Djamila Ribeiro, Nilma Lino Gomes e Silvio Almeida. Para referenciar o conceito de Educomunicação, partimos dos precursores como Paulo Freire, Mário Kaplún, Jesús Martín-Barbero, o professor Ismar de Oliveira Soares e a professora Ademilde Sartori. Diante da concepção epistemológica dos autores, foram elaboradas três categorias de análise: **Racismo Estrutural:** o conceito, as bases históricas, sociais, científicas e jurídicas que consolidaram o racismo no Brasil, bem como a atuação e organização dos negros desde o período de escravização até as conquistas do movimento negro como a Lei nº 10.639/03 e a importância da educação antirracista em todos os espaços educacionais na atualidade. **Práxis Educomunicativa:** além do conceito, buscou-se apresentar o importante papel dessa área do conhecimento para a realização de práticas pedagógicas antirracistas. Destaca-se o rádio, a sua contribuição histórica para a educação e o processo de reconfiguração que resultou nas webs rádios, uma mídia mais democrática e significativa. Por fim, a **Prática Comunicativa antirracista do Programa Protagonistas Sem Fronteiras**, em que analisamos a relevância dessa ação no cotidiano dos educadores negros a partir do seu protagonismo na luta antirracista. Embora existam professores atuantes no cumprimento da Lei nº 10.639/03, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira na educação básica, a inserção das práticas pedagógicas antirracistas no cotidiano educacional precisa ser ampla e contínua. Sendo assim, concluiu-se com este estudo que a educomunicação, quando também é antirracista, desempenha um papel relevante nesse processo. Uma realidade que evidenciou a necessidade de uma nova área de intervenção social da educomunicação enquanto área do conhecimento que oportuniza a intervenção social em seus diversos aspectos, com foco na educação antirracista ou na educação para as relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Racismo Estrutural; Educomunicação; Antirracismo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Programas Analisados	17
Quadro 2 – Linha do tempo: O rádio e a educação no Brasil.....	51
Quadro 3 – Apresentação geral do programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i> – 01 ...	78
Quadro 4 – Apresentação geral do programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i> – 02 ...	86
Quadro 5 – Interações durante o programa <i>Protagonistas</i> do dia 09/05/20	93
Quadro 6 – Apresentação geral do programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i> número 03	95
Quadro 7 – Apresentação geral do programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i> número 04	108
Quadro 8 – Registro das participações, indicação de pauta, interações e comentários lidos ao vivo no programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i> no dia 22 de maio de 2021	115
Quadro 9 – Apresentação geral do programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i> número 05	117

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Categorias de Análise	17
Figura 2 – Declarações racistas na prova do ENEM 2020 / Fala racista de uma influenciadora de Tubarão/SC no seu Instagram em janeiro de 2021.....	20
Figura 3 – Jornal Gazeta de Notícias, edição de 14 de maio de 1888	24
Figura 4 – Os abolicionistas: Luís Gama; Maria Tomásia Figueira Lima; André Rebouças; Adelina, a charuteira; Francisco José do Nascimento e Maria Firmina...	25
Figura 5 – A Raça como critério de sentenças.....	29
Figura 6 – A Redenção de Cam	31
Figura 7 – Deputado Marco Feliciano	32
Figura 8 – Quadro de detalhamento das 7 grandes áreas na educomunicação	46
Figura 9 – Ecossistemas Educomunicativos	48
Figura 10 – Rádio Garden	52
Figura 11 – Gráfico do Perfil do Jornalista Brasileiro ABRAJI 2012	56
Figura 12 – A naturalização do racismo nos meios de comunicação: Programa ‘Em Pauta’ foi alvo de polêmica após debater racismo com bancada formada apenas por jornalistas brancos	57
Figura 13 – Após “erro” da emissora Globo, um painel com jornalistas negros surpreende o Brasil	57
Figura 14 – Mídias alternativas unidas pela democracia em Porto Alegre, atuação conjunta reuniu 16 veículos de comunicação alternativa em 13 horas de transmissão	59
Figura 15 – Rádio Imprensa Jovem entrevista escritores na Bienal do Livro 2016 ...	63
Figura 16 – Primeiros contatos com a tecnologia de transmissão (2018)	68
Figura 17 – Primeiro Programa Protagonistas transmitido ao vivo pelo rádio amador em 1º de maio de 2018	69
Figura 18 – Site da web rádio Santa Luzia na internet.....	70
Figura 19 – Estúdio com a participação do Edsoul Amaral, Educador Social e colunista da NSC pela plataforma Google Meet.....	72
Figura 20 – Divulgação da participação da Diretora Geral do CEAD/UDESC, a Dra. Vera Marques; da Coordenadora do NEAB/UNESC, da professora Mestra Normélia Lalau e da professora pedagoga Maria Estela Costa, da ONG das Mulheres Negras Maria Maura Vicência (MUMNV)	74

Figura 21 – Ecossistema educacional do programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i>	76
Figura 22 – Taxa de Matrícula Líquida ao longo da Educação Básica, em 2019 (Alunos brancos e alunos negros).....	83
Figura 23 – Interação das participantes com o programa – Acadêmicas: Maria Eduarda D. Chagas e Tatiane Beretta/ Professora Dra. Fernanda Lima	94
Figura 24 – Cintia dos Santos pintada em Aquarela pelo artista Lip Wadocha em 2020; Exposição no estúdio da web rádio Santa Luzia em 20 de fevereiro de 2021	96
Figura 25 – Participação da professora mestra em educação Normélia Lalau ao lado do artista Lip Wadocha no programa em 20/02/21.....	99
Figura 26 – Participação da professora mestra Ivana Beatriz dos Santos no programa Protagonistas Sem Fronteiras em 20/02/21.....	102
Figura 27 – Lip Wadocha, Ivan Ribeiro e Cristiane Westrup no programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i>	106
Figura 28 – Participação durante o programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i> em 20/02/21	106
Figura 29 – Livro Antonieta de Barros, de Jeruse Romão.....	107

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABPN	Associação de Pesquisadores Negros
CBN	Central Brasileira de Notícias
EDUCOM FLORIPA	Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologia
ENEB	Entidade Negra Bastiana
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ERER	Educação para as Relações Étnico-Raciais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
KKK	Ku Klux Klan
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MUMNV	Mulheres Negras Maria Maura Vicência
N.E.G.R.A	Núcleo de Estudos de Gênero e Raça
NEABs	Nossos Quilombos nas Universidades
PPE	Práticas Pedagógicas Educomunicativas
SATC	Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão
SED/SC	Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
2 O RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO: TEORIAS, MITOS E VERDADES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.....	19
2.1 OS ALICERCES DE SUSTENTAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL	26
2.2 A ESCOLA COMO POSSIBILIDADE DE ASCENSÃO SOCIAL OU A LEGITIMAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL	34
2.3 O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO NEGRO NA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: A LEI Nº 10.639/03	37
3 A EDUCOMUNICAÇÃO COMO ALIADA NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	40
3.1 AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO E OS ECOSSISTEMAS EDUCOMUNICATIVOS	45
4 O CIBERESPAÇO E A RECONFIGURAÇÃO DO RÁDIO: DESAFIOS PARA UMA LUTA ANTIRRACISTA	50
4.1 PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, É NECESSÁRIO SE APROPRIAR DO CIBERESPAÇO	53
4.2 A WEB RÁDIO: UM LUGAR DE FALA NA LUTA ANTIRRACISTA	58
4.3 CIBERCULTURA: AS REDES SOCIAIS COMO ESPAÇOS DE INTERAÇÃO NOS PROCESSOS EDUCOMUNICATIVOS	64
5 AÇÃO EDUCOMUNICATIVA E A LUTA ANTIRRACISTA DE DOCENTES NEGROS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA <i>PROTAGONISTAS SEM FRONTEIRAS</i>	67
5.1 BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA <i>PROTAGONISTAS SEM FRONTEIRAS</i> SOB O OLHAR DA IDEALIZADORA	67
5.2 PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA <i>PROTAGONISTAS SEM FRONTEIRAS</i>	73
5.3 PROGRAMA 01: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	78
5.4 PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO: DIREITOS HUMANOS E EPISTEMOLOGIAS NEGRAS EM MOVIMENTO: SABERES PARTILHADOS, FORMAÇÃO E LUTAS PELA CIDADANIA. PELO NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO E RAÇA DA UNESC (N.E.G.R.A).....	86

5.5 A ARTE NO CONTEXTO EDUCOMUNICATIVO ANTIRRACISTA: RODA DE CONVERSA SOBRE A EXPOSIÇÃO VOZ PRESENTE – DIÁLOGOS PERMANENTES.....	95
5.6 LANÇAMENTO DO LIVRO <i>ANTONIETA DE BARROS</i> DA ESCRITORA JERUSE ROMÃO.....	107
5.7 AÇÕES DO NÚCLEO DE PESQUISA AFRO-BRASILEIRA (NEAB/UDESC)...	116
5.8 TABELA DE ANÁLISE RELACIONAL: O PROGRAMA <i>PROTAGONISTAS SEM FRONTEIRAS</i> E AS RESPECTIVAS CATEGORIAS ANALISADAS	127
CONCLUSÃO	133
REFERÊNCIAS.....	141

1 INTRODUÇÃO

Como militante dos movimentos sociais e professora da rede pública do estado de Santa Catarina, grande parte da minha formação vem dessas experiências, e essas vivências me proporcionaram uma prática sintonizada com as demandas populares, com as periferias e com as minorias. Mas a minha essência negra e a ressignificação da minha identidade afro-brasileira sempre pautaram as escolhas que faço. Isso é significativo, pois aprendi na militância a valorizar as diferentes formas de conhecimento e, durante essa trajetória, aspirei me dedicar um pouco mais ao meu povo por meio do movimento negro.

Constatei nas lutas que existiam militantes sindicais e partidários, mas o movimento negro era carente de lideranças. Com isso, em 2013, motivada pela retirada das cotas raciais do concurso público em Criciúma, propus a criação de um movimento negro que não estivesse atrelado às instituições que não fossem da classe trabalhadora e, a partir de um chamado feito pela internet, no dia 14 de maio, fundamos o Coletivo Chega de Racismo. No entanto, dois anos após a fundação, fui surpreendida por um diagnóstico de limitação física que toma parte da minha mobilidade, mas essas mesmas limitações me levaram a apresentar um programa voltado para as questões da negritude em uma rádio amadora. Fato que resultou na mídia web rádio Santa Luzia, da qual estou à frente desde 2018.

Isso justifica a busca que faço por formação e subsídios teóricos que amparem as práticas que desenvolvo neste novo campo, sem abrir mão da educação antirracista que é o principal propósito. O surgimento de ações organizadas por grupos antirracistas como o *Black Lives Matter*, que repercutiram na internet, também foi um fator motivador, demonstrando que o ciberespaço se tornou um importante impulsionador dessas lutas. Foram essas junções de expectativas que me levaram ao Mestrado em Educação da UNESC.

O curso abriu um leque de possibilidades por meio de todas as disciplinas, contribuindo na minha compreensão filosófica da tecnologia e da comunicação para além da instrumentalidade. O programa de doutorado da UDESC¹ do qual participei como aluna especial na disciplina de Educação e Comunicação durante o mestrado, possibilitou a compreensão de que a educomunicação é o caminho que quero trilhar

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina.

na web rádio Santa Luzia. Essa é uma área que tem entre os seus princípios a democratização e o acesso às tecnologias da comunicação, a liberdade de expressão, a colaboração participativa e a dialogicidade que se aproximaram do meu interesse pela comunicação. A educomunicação pode se desenvolver em ambientes propícios para as organizações sociais que visam ao desenvolvimento das habilidades e das potencialidades dos indivíduos marginalizados.

Partindo de todo esse contexto e da percepção das possibilidades de atividades não racistas na web rádio Santa Luzia, enquanto mídia educ comunicativa antirracista, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Como a mídia web rádio, enquanto ação educ comunicativa, contribui na luta antirracista dos docentes negros a partir do programa Protagonistas Sem Fronteiras?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o programa Protagonistas Sem Fronteiras, entendido como ação educ comunicativa na web rádio, no âmbito da educação antirracista dos professores negros; isto é, pretende-se, sobretudo, ressaltar a importância e as implicações de ações educ comunicativas como o programa na desconstrução desse racismo estrutural, no contexto de uma educação antirracista como um esforço educ comunicativo em relação à transformação das estruturas constitutivas do racismo brasileiro.

Desse objetivo geral, desdobram-se os objetivos específicos: Delinear os processos históricos constitutivos da estruturalidade do racismo brasileiro, bem como as suas bases teóricas e ideológicas; Descrever os aspectos teórico-metodológicos da educomunicação, entendida como um campo cujo potencial se destaca no contexto das ações educativas contemporâneas; Descrever teórica e metodologicamente os aspectos constitutivos da educomunicação, em que a ação educativa da pesquisa está se desenvolvendo; Compreender o rádio na cibercultura, movimento, reconfiguração e o seu papel no contexto social contemporâneo, com destaque para a sua importância para a educação; Analisar qual o papel do programa Protagonistas Sem Fronteiras, entendido como uma ação educ comunicativa para os educadores, em especial os negros. Trata-se então de buscar um entendimento sobre qual é o papel desse programa, qual é a sua importância, o potencial e as suas implicações, bem como de quais modos ele pode contribuir para as demandas antirracistas dos professores partindo do ciberespaço.

Na cultura digital, tornou-se comum a participação das pessoas como produtoras de conteúdos digitais, especialmente por meio de blogs, sites, *YouTube* e

redes sociais como o *Facebook* e *Instagram*, que precisam assumir cada vez mais o seu viés educativo. Esse processo mudou o comportamento humano, mas entendemos que os instrumentos tecnológicos foram, e são criados para satisfazer as nossas necessidades. Sendo assim, cabe a nós o domínio dessas tecnologias, sob uma perspectiva crítica e para uma finalidade educacional. No entanto, em meio a tantas transformações tecnológicas, ainda predominam ideologias reacionárias, inferiorizantes e violentas, como o racismo, o machismo e a LGBTQIA+fobia, além de ocuparem a estrutura física da sociedade brasileira, também ocupam o ciberespaço. O novo cenário potencializou as manifestações racistas no ciberespaço, mas não nos impede de utilizarmos os mesmos recursos com um propósito que seja mais humano, solidário, acolhedor e emancipatório.

A realização da revisão sistemática de literatura, também trouxe elementos importantes para a realização dessa pesquisa. A busca foi feita na base de dados da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações com pesquisas realizadas entre 2010 a 2020. Os termos de busca utilizados na primeira revisão foram: “Todos os campos: Rádio”; “Todos os campos: mídia” e “Todos os campos: educação”. Entre os 48 resultados encontrados na primeira busca, dois trabalhos se aproximaram do tema a partir das referências, dos conceitos abordados e da utilização das mídias alternativas para além do contexto da educação formal. O período da revisão de literatura foi de outubro a novembro de 2020 e o que destacamos nesse processo foi a ausência de pesquisas que envolvam práticas pedagógicas antirracistas ou as relações étnico-raciais e étnico-culturais a partir da educação na mídia web rádio. Ou seja, existe uma urgência na realização de pesquisas com o tema aqui proposto, principalmente diante das barreiras impostas pelo racismo estrutural, que inviabiliza o acesso de negros e negras pesquisadoras na pós-graduação.

Para contribuir neste campo buscamos alguns autores importantes, dentre os quais destacam-se: Paulo Freire, Djamila Ribeiro, Nina Lino Gomes, Neusa Santos Souza, Silvio Almeida, Jesus Martín Barbeiro, Ismar Oliveira Soares, Álvaro Vieira Pinto, Andrew Feenberg, Ademilde Sartori, Pierre Lévy e outros.

Os capítulos estão organizados nas seguintes seções: No capítulo 01, a introdução e os procedimentos metodológicos; o segundo capítulo aborda o racismo estrutural brasileiro – teorias, mitos e verdades para uma educação antirracista; o terceiro capítulo trata da educação como aliada da educação antirracista; no quarto capítulo, o ciberespaço e a reconfiguração do rádio: desafios para uma luta

antirracista; o quinto capítulo destina-se aos procedimentos metodológicos e o sexto capítulo trata da análise do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* enquanto ação educacional na web rádio Santa Luzia.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa define-se como uma análise de abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, documental e do tipo netnográfica. A análise do conteúdo tem como foco de estudo o Programa Protagonistas Sem Fronteiras, transmitido pela Web Rádio Santa Luzia de Criciúma/SC, enquanto ação educacional e antirracista. A contextualização foi realizada a partir da descrição dos áudios previamente selecionados, tendo como referência o conceito de análise do conteúdo de Bardin (1977, p. 10).

O que é a análise de conteúdo atualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a 'discursos' (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

A autora realiza um estudo de técnicas e estratégias para uma análise qualitativa rigorosa e ainda enfatiza a importância desse procedimento investigativo na pesquisa para alcançarmos os objetivos científicos pretendidos. “Ao desempenharem o papel de «técnicas de ruptura» face à intuição aleatória e fácil, os processos de análise de conteúdo obrigam à observação de um intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reação interpretativa. Se este intervalo de tempo é rico e fértil então, há que recorrer à análise de conteúdo”. (Bardin 1977, p.10). Compreender essas múltiplas técnicas favorece a realização de uma análise organizada e desenvolvida que parte da categorização elaborada pela pesquisadora, baseada no referencial teórico apresentado.

Optamos pela abordagem qualitativa porque segundo Minayo (2001, p. 32), preocupa-se “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. O conteúdo que estamos analisando se apresenta no campo das realidades que não podem ser quantificadas, trata-se de elementos que constituem as interações sociais

que envolvem os professores, a educomunicação, as relações étnico-raciais e o ciberespaço a partir da mídia web rádio.

Subsidiando os estudos netnográficos, temos como referência a obra *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*, de Robert V. Kozinets. Nesse livro, o autor apresenta uma pesquisa netnográfica e as suas principais abordagens metodológicas, além de uma preocupação constante com os procedimentos éticos que não são amenizados por se tratar de um ambiente virtual. É importante ressaltar que uma pesquisa netnográfica também exige dos pesquisadores uma organização, tempo de elaboração e análise do conteúdo do mesmo modo que uma pesquisa etnográfica. A netnografia é

[...] uma forma especializada de etnografia que utiliza comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e a representação etnográfica de um fenômeno cultural na Internet”. Sua abordagem é adaptada para estudar fóruns, grupos de notícias, blogs, redes sociais etc. (SILVA, 2015, p. 339).

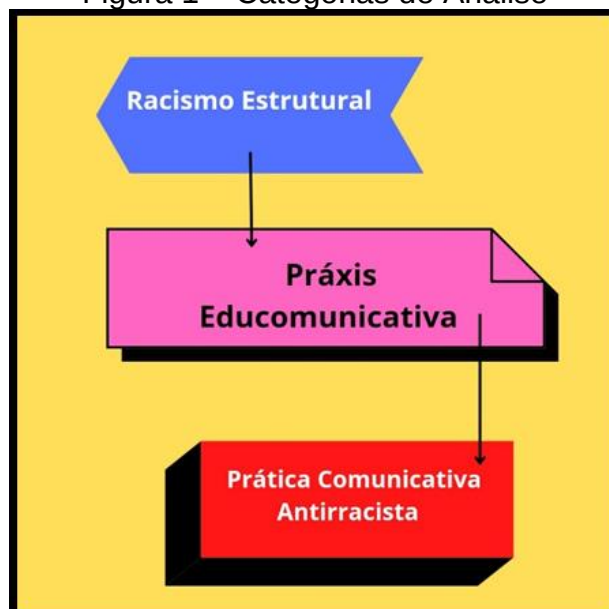
Eles decorrem dos padrões etnográficos tradicionais e de sua situação presente, são eles: coerência, rigor, conhecimento, ancoramento, inovação, ressonância, verossimilhança, reflexividade, práxis e mistura. Esses critérios, representam uma orientação pragmática como se fosse um *kit* de ferramentas para auxiliar na avaliação da netnografia, nas discussões acadêmicas e na construção de ideias (SILVA, 2015, p. 340). Esse tipo de pesquisa ainda não é considerado comum, mas está intimamente ligado às pesquisas etnográficas que já fazem parte do mundo acadêmico. Ou seja, estamos diante de uma possibilidade de investigação que se adaptou à necessidade contemporânea. Enfatizamos a relevância dessa questão para o universo científico, diante da emergência de uma sociedade que compreenda a existência do racismo para combatê-lo a partir de uma prática antirracista. Isso se refletiu na ausência de estudos realizados nessa área da educação, haja vista a dificuldade de encontrar trabalhos semelhantes na revisão sistemática de literatura realizada.

A análise foi realizada nos programas selecionados pela pesquisadora, apresentados e gravados entre os anos de 2019 a 2021 na web rádio Santa Luzia. O processo investigativo percorreu as seguintes etapas:

1. Categorias de análise. Racismo estrutural, Práxis educacional e a Prática Comunicativa realizada no Programa Protagonistas Sem Fronteiras. As

categorias foram apresentadas na contextualização das descrições com base na abordagem dos autores que fizeram parte do referencial teórico desta pesquisa.

Figura 1 – Categorias de Análise



Fonte: elaborado pela autora.

2. Seleção dos programas analisados a partir dos seguintes critérios: Ao todo serão 05 (cinco) programas: 03 programas selecionados a partir do tema proposto pela apresentadora aos convidados do programa e 02 programas cuja pauta foi proposta por professores.
3. Os programas analisados são apresentados no Quadro a seguir:

Quadro 1 – Programas Analisados

Programa número 01:	Práticas Pedagógicas Antirracistas na Educação Infantil.
Programa número 02:	Projeto de Pesquisa e Extensão: Direitos humanos e Epistemologias negras em movimento: Saberes partilhados, formação e lutas pela cidadania. Núcleo de Estudos de Gênero e Raça da UNESCO. (N.E.G.R.A)
Programa número 03:	A arte no contexto educomunicativo antirracista: Roda de Conversa sobre a Exposição Voz Presente- Diálogos Permanentes.
Programa número 04:	Lançamento do livro Antonieta de Barros da escritora Jeruse Romão
Programa número 05:	Ações do NEAB/UDESC

Fonte: elaborado pela autora.

4. Apresentação de um breve histórico sobre a constituição do Programa Protagonistas Sem Fronteiras no âmbito da web rádio Santa Luzia, contextualizando-o como um processo educomunicativo.
5. Apresentação de um diagnóstico do programa: seleção das pautas, organização, divulgação, público e produção.
6. Os programas foram analisados em ordem cronológica e estão armazenados no drive da web rádio Santa Luzia e da própria idealizadora.
7. A análise dos programas está organizada nas seguintes etapas: a) Introdução de como o programa foi organizado, b) Apresentação de como as categorias aparecem na análise, c) Objetivo do tema abordado; d) Quadro de apresentação com as informações técnicas, tema; data; duração; repositório; participantes e foto divulgação utilizada nas redes sociais; e) Contextualização do diálogo entre apresentadora e convidados a partir das descrições dos áudios selecionados na audição dos programas.
8. Apresentação por descrição ou *print* das interações ocorridas nos programas ao final de cada análise.
9. Análise relacional do Programa Protagonistas Sem Fronteiras e suas respectivas categorias.

2 O RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO: TEORIAS, MITOS E VERDADES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O título deste capítulo nos abre uma série de possibilidades para discussões e revisão da história brasileira, mas o nosso intuito é buscar o entendimento desse contexto que ainda causa muitos danos à população negra. Para uma mudança política e conjuntural, precisamos estudar o que é o racismo estrutural, apontando alguns caminhos, rumo à tão difícil tarefa. Vamos contextualizar o passado escravocrata do Brasil, a fim de valorizar a historiografia dos negros a partir do nosso lugar de fala. Neste sentido concordamos com o pensamento de que,

O Estado brasileiro não é diferente de outros estados capitalistas neste aspecto, pois o racismo é elemento constituinte da política e da economia, sem o qual não é possível compreender as suas estruturas. Nessa vereda a ideologia da democracia racial produz um discurso racista e legitimador da violência e da desigualdade racial diante das especificidades do capitalismo brasileiro (ALMEIDA, 2017, p. 141).

O racismo estrutural se constitui através de várias nuances e não será possível esgotar as discussões sobre o assunto. Mas o entendimento de que a economia, a política e as instituições sociais estão amplamente imersas nessa ideologia capitalista é o primeiro passo rumo à desconstrução da falsa democracia racial brasileira. Quando (RIBEIRO, 2019b, p. 6), afirma “quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e pronto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força”. Essa situação ainda é vivenciada nas escolas e tem fortes impactos sociais na vida dos estudantes negros no Brasil, a exemplo da vida nas favelas, a miséria, sem escola, sem moradia e sem as condições mínimas de humanidade.

Diante disso, o que pretendemos é a realização de uma breve apresentação das teorias e mitos incorporados na história e no cenário político brasileiro, resultando, entre outras coisas, na institucionalização e estruturação do próprio racismo.

Ainda no século XXI, convivemos com atitudes racistas que partem inclusive dos órgãos governamentais e mais recentemente a avalanche de declarações e ataques racistas por meio da internet. “Por tanto, não é o racismo estranho à

formação social de qualquer Estado capitalista, mas um fator estrutural, que organiza as relações políticas e econômicas” (ALMEIDA, 2017, p. 141).

Como se pode observar na Figura 2, é urgente uma educação antirracista na estrutura do sistema educacional brasileiro, do Ministério da Educação – MEC e, também, para a comunicação:

Figura 2 – Declarações racistas na prova do ENEM 2020 / Fala racista de uma influenciadora de Tubarão/SC no seu Instagram em janeiro de 2021



Fonte: O Globo (LIMA NETO, 2021) / Notisul (ALVES, 2021).

Esses exemplos ressaltam a presença de atitudes racistas que permeiam os diversos espaços, seja no alto escalão dos governos ou nas mídias digitais. No caso do MEC, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) fez a correção da questão racista somente após uma grande manifestação do movimento negro, nos diversos estados brasileiros. Já a “influenciadora” da cidade de Tubarão/SC, município vizinho a Criciúma, fez um pedido de desculpas afirmando que tem “*amigos negros*”, um testemunho da conduta discriminatória a partir da própria tentativa de amenizar a situação.

Fatos como a abolição da escravidão, o Ato Institucional de 1964, a Lei de Terras; a criação da Lei nº 10.639/03 e a importância do movimento negro farão parte deste estudo. Não será possível falar de todos os acontecimentos históricos que desencadearam o racismo estrutural no Brasil, sendo assim alguns recortes temporais foram realizados, mas que não comprometem o entendimento global.

Para escrever sucintamente sobre um dos marcos do desprezo colonial, o tráfico dos escravizados negros, ficamos com a descrição desse período a partir do poema de Solano Trindade:

Navio Negreiro/ lá vem o navio negreiro/ lá vem ele sobre o mar/ lá vem o navio negreiro/ vamos minha gente olhar// lá vem o navio negreiro/ por água brasileira/ lá vem o navio negreiro/ trazendo carga humana// lá vem o navio negreiro/ Cheio de melancolia/ lá vem o navio negreiro/ Cheinho de poesia// lá vem o navio negreiro/ com carga de resistência/ lá vem o navio negreiro/ Cheinho de inteligência (TRINDADE, 2021, p. 3).

O autor não nega a desumanidade com o povo negro, mas consegue enaltecer, a resistência e a inteligência negra, mesmo diante de tantas atrocidades, a chegada dos escravizados no Brasil. Ou seja, quando narrada por nós, a história não esconde as virtudes. Para além do poema, é importante identificarmos que o navio negreiro é chamado *tumbeiro* principalmente pela comunidade negra, pelas condições extremas a que foram submetidos os que não resistiram à viagem. “Em geral, essas embarcações transportavam entre 400 e 500 escravos, todos confinados num porão”. (TURCI, 2012, p. 3). Para garantir as mercadorias, “os negreiros (comerciantes de escravos) compravam escravos a mais do que sua embarcação comportava, pois, sabiam que perderam muitas das suas “mercadorias” durante a viagem, e assim superlotaram suas embarcações” (TURCI, 2012, p. 3).

O continente africano foi palco de uma hecatombe, com as atrocidades dos traficantes de seres humanos escravizados. Esses verdadeiros *tumbeiros* negros, registraram o início daquilo que seria um dos maiores crimes da humanidade. O tráfico de escravos foi um comércio muito rentável para Portugal e mercadores da África e Brasil, servindo como combustível para a expansão territorial no continente americano. “As regiões que mais forneceram escravos para o tráfico atlântico foram: o Cabo da Guiné, chamado pelos portugueses de Costa dos Escravos, e os Reinos do Congo e de Angola (nesse reino os portugueses conseguiram fundar fortes no interior, chamados de presídios)” (TURCI, 2021). Os descendentes de africanos no Brasil não conhecem as suas origens e nem ao menos o verdadeiro sobrenome, esse direito mínimo de identidade foi negado a essa população. Na divisão de classes daquele período, o traficante de escravizados assumia na sociedade brasileira um status social. Segundo Clóvis Moura (1988, p. 28):

As grandes empresas de navegação que posteriormente se sucederam ou tiveram vida simultânea ao tráfico no seu esplendor, que vai do século XVII aos primeiros quarenta anos do XIX, têm como elemento de colaboração o traficante. O capital comercial investido nessas empresas, as vastas áreas sob seu domínio, os grandes interesses nelas comprometidos e, sobretudo, a sua organização internacional, exigiam que qualquer concorrente ao então rendoso comércio fosse dele alijado. Às grandes companhias navegadoras, das quais as empresas de traficantes de escravos são das mais importantes, com sede nas metrópoles, as grandes plantações nas áreas colonizadas e o monopólio comercial são o tripé no qual se apoiam a economia e a política das metrópoles da época.

O tráfico de escravizados nos navios negreiros serviu de sustentação para as economias coloniais e toda a estrutura econômica colonial e imperial estava organizada a partir dessa exploração. Foi importante para o fortalecimento do capitalismo comercial nas metrópoles da época e, também, serviu ao Brasil com incalculáveis lucros. A exploração do corpo negro continua enriquecendo a burguesia brasileira, e essa ainda decide quando o corpo negro deve viver ou morrer, por meio de uma necropolítica. Além do Brasil e de Portugal, outras nações também lucraram muito com o tráfico negreiro. Inicialmente os ingleses, depois os portugueses e brasileiros entraram no comércio negreiro e dele usufruíram obtendo lucros incalculáveis. E ainda refletem na realidade brasileira.

No Brasil, o quadro atual é de sub-representação da população preta ou parda na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas Estaduais e nas Câmaras de Vereadores. Com efeito, apesar de constituir 55,8% da população, esse grupo representa 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018 e por 42,1% dos vereadores eleitos em 2016 no País (IBGE, 2018).

Esse enriquecimento ainda predomina em solo brasileiro; as oligarquias se organizaram, mas continuam na administração da nação usufruindo dos privilégios. Além disso, a concentração da riqueza está nas mãos de uma pequena parcela da sociedade e a pobreza é compartilhada pela maioria, majoritariamente negra. “Apesar de a população preta ou parda ser maioria no Brasil (55,8%), esse grupo, em 2018, representou apenas 27,7% das pessoas quando se consideram os 10% com os maiores rendimentos”. (IBGE, 2018). Historicamente a população negra lutou e ainda luta para a reversão desse quadro desde o início da escravização, como testemunham os fatos. Só na Bahia foram mais de 30 revoltas até 1835, sendo a mais conhecida a Revolta dos Malês. “Em Minas Gerais também ficou conhecida a rebelião de Carrancas, ocorrida em 1833, no contexto da instabilidade

política do Período Regencial” (PINTO, 2012, p. 5). Outras revoluções também marcaram a resistência africana, que foi combatida com muita violência e utilização do aparato do Estado. “Em 1838, houve, no Rio de Janeiro, a revolta de Manoel Congo, ocorrida no município de Vassouras. Entre 1839 e 1842, a Balaiada no Maranhão também levou preocupação à elite, principalmente pelo grupo de escravos liderado por Cosme Bento das Chagas, que se juntou aos balaios, mas que acabou derrotado e executado” (PINTO, 2012, p. 5). Ainda podemos falar da Revolta no Haiti², que assombrava os latifundiários temendo um haitianismo no Brasil. No entanto, “a Revolução Haitiana tornou evidente que o projeto liberal-iluminista não tornava todos os homens iguais e se quer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos” (ALMEIDA, 2017, p. 21).

Para dar sequência, também compreender o que foi o ato pela Abolição da Escravatura. O Brasil foi o último país a abolir o sistema escravagista, e a ação da Princesa, em 1888, não garantiu nenhum direito aos negros “libertos”, isto é, “sem acesso à terra e a qualquer tipo de indenização ou reparo por tanto tempo de trabalho forçado, muitos permaneciam nas fazendas em que trabalhavam ou tinham como destino o trabalho pesado e informal. As condições subumanas não se extinguíram (OLIVEIRA, 2019, p. 5).

A Abolição da Escravatura impôs uma condição de subalternidade, e a burguesia brasileira se privou de qualquer responsabilidade com as consequências diretas do processo de escravização. A tão esperada lei não garantiu absolutamente nenhum direito aos recém-libertos. Sem as condições objetivas para o trabalho assalariado, sem o direito à terra, e sendo associados à preguiça ou à vadiagem, não restam muitas alternativas de dignidade. De modo que ainda se refletem nos dias de hoje, embora tenham se passado 133 anos da abolição da escravatura, a população negra “apesar de serem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas formavam cerca de ⅓ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho em 2018”. (IBGE, 2018).

A população negra continua sem o direito à moradia, sem acesso ao saneamento básico, sem escolaridade e ocupando os postos de trabalho de pior

² O povo negro haitiano, escravizado por colonizadores franceses, fez uma revolução para que as promessas de liberdade e igualdade universais fundadas pela Revolução Francesa fosse estendida a eles, assim como foram contra um poder que consideravam tirano. O resultado foi que os haitianos tomaram o controle do país e proclamaram a independência do Haiti em 1804 (ALMEIDA, 2017, p. 21).

remuneração e maior risco de vida. “Em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, entre as de cor ou raça preta, ou parda esse percentual atingiu 47,3%” (IBGE, 2018).

Figura 3 – Jornal Gazeta de Notícias, edição de 14 de maio de 1888



Fonte: BBC Brasil (ROSSI; GRAGNANI, 2018).

O fim da escravidão não significou o fim da luta dos escravos e abolicionistas, mas raramente estes personagens têm os seus nomes em destaque nos livros didáticos. A luta em defesa da libertação dos escravos foi muito além da “bondade” da Princesa Isabel.

Alguns deles precisam ser reivindicados, como os seguintes abolicionistas: Luiz Gama, um ex-escravizado que se tornou advogado; Maria Tomásia Figueira Lima, a aristocrata que lutou para adiantar a abolição no Ceará; André Rebouças, o engenheiro que queria dar terras aos libertos; Adelina, a charuteira que atuava como “espiã”; Francisco José do Nascimento (O Dragão do Mar); Maria Firmina dos Reis, a primeira escritora abolicionista (ROSSI; COSTA, 2018). Trazer essa ilustração significa que esses nomes possuem rostos e devem contemplar os currículos escolares como os demais conteúdos.

Figura 4 – Os abolicionistas: Luís Gama; Maria Tomásia Figueira Lima; André Rebouças; Adelina, a charuteira; Francisco José do Nascimento e Maria Firmina



Fonte: Rossi e Costa (2018).

As fugas passaram a se tornar constantes e a situação insustentável tencionava a abolição pelas mãos dos próprios escravos. A exemplo do que aconteceu no Haiti, uma vitória negra seria um peso muito grande para o Brasil. Tudo isso, aliado às tensões internacionais e à conjuntura nacional, levaram à assinatura da Lei Áurea em 1888, no último país do Planeta. Os abolicionistas ainda pregavam a necessidade de uma distribuição de terras que incluísse o negro, visto que eles temiam uma nova forma de segregação social. Ainda na resistência negra (o outro lado da história), um dos capítulos mais marcantes foi a organização dos quilombos, contudo, mais uma vez a escola deu importância a uma única característica desses: o local de fuga para os escravos. Outro elemento é a consideração de um único, sendo ele o Quilombo de Palmares, que sem dúvidas foi o mais importante, mas, na prática, estava centralizando os demais coletivamente. Conforme RIBEIRO (2019b, p. 6), “o que não me contaram é que o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas, perdurou por mais de um século, e que se organizaram vários levantes como forma de resistência à escravidão, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata”.

A autora também traz a adoção de uma nova linguagem, “com o tempo, compreendi que a população negra havia sido escravizada, e não era escrava – palavra que denota que essa seria uma condição natural, ocultando que esse grupo foi colocado ali pela ação de outrem (RIBEIRO, 2019b, p. 6), a qual procuramos

aplicar nesta pesquisa, ser escravizado denota a existência de um escravizador e não algo natural como tentaram nos passar durante séculos.

Ainda existem comunidades quilombolas³ espalhadas pelo território brasileiro, testemunhos do pretérito, comunidades que lutam por suas terras, pelo direito de serem reconhecidas como remanescentes de quilombolas e por serem o registro de uma história viva. Elas carregam consigo um passado não muito longínquo, mas que ainda resiste às tentativas do seu apagamento e, como feridas latentes, sobrevivem com o apoio dos movimentos sociais. Em contrapartida, o governo brasileiro não considera legítimos esses territórios. “Somente em 1988 – 100 anos após a abolição da escravidão – a Constituição brasileira reconheceu, pela primeira vez, a existência e os direitos dos quilombos contemporâneos. No entanto, a efetivação do direito dos quilombolas às suas terras representa até os dias atuais um enorme desafio” (PENTEADO, 2020, p. 2).

2.1 OS ALICERCES DE SUSTENTAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL

A distribuição de terras no Brasil contemplou os colonizadores europeus com as capitanias hereditárias. “Após esse período, durante muito tempo as terras foram ocupadas livremente se estivessem ociosas, por meio da posse ou doação, mas a partir da Lei de Terras de 1850, a terra foi uma propriedade privada”. (RAMOS, 2019). A produção agrícola foi destinada à exportação, favorecendo os grandes proprietários rurais, que ainda hoje configuram os latifundiários e donos do agronegócio. A Lei de Terras⁴ é um marco no processo de consolidação dos grandes latifúndios e dos conflitos pela posse das propriedades. Além de ampliar a distância e a necessidade de uma reforma agrária, contribui para a aniquilação da

³ De acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (INCRA, 2017, p. 6).

⁴ A Lei de Terras, sancionada por D. Pedro II em setembro de 1850, foi uma lei que determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras no período do Segundo Reinado. [...] com objetivo de estabelecer a compra como única forma de obtenção de terras públicas. Dessa forma, inviabilizou os sistemas de posse ou doação para transformar uma terra em propriedade privada. Dificultar a compra ou posse de terras por pessoas pobres, favorecendo o uso destas para fins de produção agrícola voltada para a exportação (RAMOS, 2019, p. 4).

agricultura familiar e da exclusão do negro que, após ter sido “liberto”, não tinha posses para comprar a sua terra.

O objetivo foi alcançado pelo governo, a Lei provocou o aumento significativo nos preços das terras no Brasil e favoreceu os grandes proprietários rurais, que passaram a ser os únicos detentores dos meios de produção agrícola, principalmente da terra no Brasil. Considerando a situação dos escravizados, sem trabalho assalariado e sem condições para a aquisição de terras, o que restou para o povo negro foram as áreas marginalizadas, os morros e áreas de risco. Isso explica em parte a grande concentração negra nas favelas do nosso país. Lembrando que todos os incentivos do governo estavam voltados para a mão de obra estrangeira dos imigrantes europeus que chegavam para trabalhar nas lavouras de café. Segundo os dados coletados pelo Instituto Data Favela, em 2014, 12 milhões de pessoas vivem atualmente em favelas em todo o país, o que corresponde ao tamanho do Rio Grande do Sul, quinto maior estado do Brasil (MELLO, 2014).

Esses dados referentes à distribuição da pobreza e miséria no Brasil são os testemunhos do racismo estrutural que assola a população negra, muito bem retratados por (JESUS, 2007, p. 5), “escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre”. A escritora Carolina Maria de Jesus apresenta a pobreza da vida nas periferias brasileiras. Em sua escrita, fica explícita a falta do direito à educação e a miséria dos favelados para além da fome, uma pobreza também intelectual.

Como importantes agentes das políticas que estruturam o racismo no Brasil, tivemos outros campos, como a ciência e as teorias ideológicas que justificavam a inferioridade dos negros e, conseqüentemente, a sua manutenção na condição de subalternidade. A exemplo da Lei da Vadiagem, a Lei da Capoeira⁵ e o poder do judiciário voltado para a criminalização a partir do critério raça, com referência na

⁵ Capoeiras, que eram utilizados tanto por liberais, como por conservadores como uma milícia paramilitar, ficaram na República fora do controle das autoridades. Capoeiras, negros alforriados, imigrantes e pobres eram apontados pelos chefes de polícia como sendo os principais responsáveis pelo número crescente de roubo, latrocínio e prostituição. A repressão das capoeiras contou com a ação desmedida de forças policiais, que obtinham o apoio da imprensa e de moradores de classe média que contribuíram delatando os nomes e paradeiro das capoeiras (SANTOS, 2004, p. 145).

Teoria de Lombroso⁶, a qual já foi comprovada cientificamente como equivocada, mas que ainda permeia o inconsciente dos magistrados e militares do Brasil.

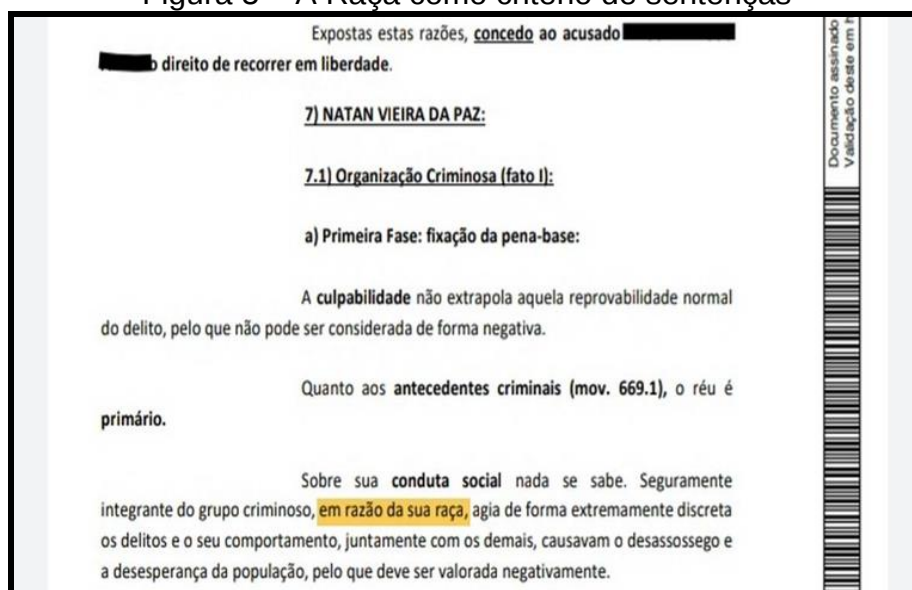
Nesse período, diversas formas de implantar os sistemas carcerários estavam sendo testadas, algumas mais severas e outras mais brandas, mas o que se identifica a partir da Lei da Vadiagem é o atendimento às reivindicações contrárias à presença dos negros “libertos” nos grandes centros do nosso país. “Em Fernando de Noronha, o tratamento arbitrário e desumano repetia-se, estando muito longe de ser um estímulo para a regeneração. A surra com vara de gameleira, que deixava marcas nas costas, aparece citada em vários depoimentos” (SANTOS, 2004, p. 147).

A Lei da Vadiagem perdurou por muito tempo e a capoeira tornou-se mais uma luta histórica do movimento negro. É recente a legislação brasileira que aboliu oficialmente a “vadiagem” como crime, situação que envolvia principalmente os negros. A nota divulgada pela Agência Câmara de Notícias apresentava o seguinte texto em 2012: O Plenário aprovou nesta quarta-feira (8) o Projeto de Lei 4668/04, do ex-deputado e atual ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que retira da Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41) a punição para vadiagem.

Os resquícios da escravização dos negros são poderosamente atuais, não somente com relação à Lei da Vadiagem. A manchete a seguir (Figura 5) reforça o que vive a população negra na atualidade. Não se refere ao período Imperial ou Colonial do nosso país, mas estamos falando do século XXI. A sentença foi proferida pela juíza Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba que, em sua decisão, se referiu a Natan da seguinte maneira: “Seguramente integrante do grupo criminoso, em razão de sua raça, agia de forma extremamente discreta [...] causavam o desassossego e a desesperança da população, pelo que deve ser valorada negativamente”.

⁶ Cesare Lombroso, médico psiquiatra, foi o principal fundador da Escola Positiva. Para ele, o crime era um fenômeno biológico. E não um ente jurídico, como afirmavam os clássicos. Sendo assim, o criminoso era um ser atávico, um selvagem que já nasce delinquente (FERNANDES, 2018).

Figura 5 – A Raça como critério de sentenças



Fonte: Carvalho e Berthone (2020).

Esse exemplo localiza o quão estrutural é o racismo brasileiro. No caso citado, o réu teve a sua pena ampliada de 3 para 14 anos de reclusão pelo agravante de sua condição, a saber: devido à sua raça. O universo jurídico se apropriou das teorias desenvolvidas por cientistas e intelectuais que até hoje provocam reações violentas por parte da polícia e decisões injustas dos magistrados, resultando na superlotação negra nos presídios Brasil afora. O braço armado do Estado não é apenas a polícia militar, é também o judiciário, sem entrarmos nas prisões realizadas a partir de identificação por foto, em que o fenótipo negro é o principal indicador do crime.

A necessidade de uma massa de trabalhadores no capitalismo emergente do século XV, especialmente sobre as bandeiras de Portugal e depois a Espanha, Inglaterra, França e Holanda, se assentou sobre uma ufanista teologia para criar a justificativa de submissão de seres humanos africanos; segundo a qual o próprio Deus da cristandade teria tornado aquele continente, povoado por um povo inferior: a Maldição de Cam, exposta na bula papal de Nicolau V, em 1454, tornando possível a ocupação e domínio de seu povo.

Em 1455, o papa Nicolau V concedeu a Afonso V, entre outros direitos, o de reduzir à escravidão perpétua os habitantes de todos os territórios africanos a sul do Cabo Bojador. A Dum Diversas é uma bula papal dirigida por D. Afonso V de Portugal e publicada em 18 de junho de 1452 pelo Papa Nicolau V. Através desta Bula, o Papa afirma: [...] nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e

pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer que estejam, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedade (SANTOS; MARTINS, 2017, p. 6).

O Brasil é uma grande nação católica, seguida por outras religiões. As igrejas não foram imparciais no desenvolvimento e estruturalização do racismo no Brasil. Também é necessário afirmar que a Teoria de Cam não pode ser generalizada e estendida a todos os fiéis, pastores e padres. Contudo, já em 1850 foi possível perceber estudos que buscavam provar a superioridade branca e que, para além de salários inferiores e um novo colonialismo genocida de níveis industriais ao redor do mundo, criaram aberrações como a Ku Klux Klan (KKK)⁷ e, por fim, o holocausto nazista. A história os retrata como darwinistas sociais e eugenistas, embora diferentes em forma, tinham o mesmo objetivo: atualizar o racismo frente aos tempos modernos.

Entre seus expoentes está João Batista Lacerda, em sua defesa para justificar a eugenia ou teoria do branqueamento (termo mais utilizado na América Latina) no Congresso Universal das Raças em Londres (1911). Batista levou ao evento o artigo *Sur les métis au Brésil* ("Sobre os mestiços do Brasil", em português), em que defendia o fator da miscigenação como algo positivo, no caso brasileiro, por conta da sobreposição dos traços da raça branca sobre as outras, a negra e a indígena. Em matéria publicada pela revista mundo educação, Claudio Fernandes apresenta um trecho desse artigo:

A população mista do Brasil deverá ter, no intervalo de um século, um aspecto bem diferente do atual. As correntes de imigração europeia, aumentando a cada dia mais o elemento branco desta população, acabarão, depois de certo tempo, por sufocar os elementos nos quais poderia persistir ainda alguns traços do negro (FERNANDES, 2021, p. 3).

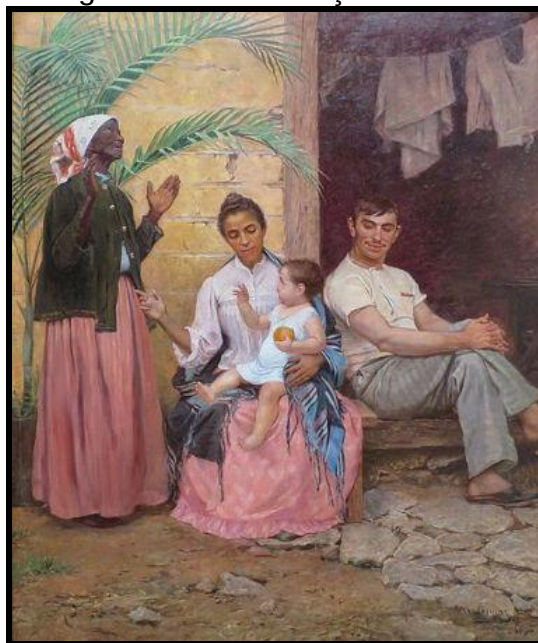
Essa teoria do embranquecimento nos remete às discussões sobre o colorismo, uma situação vivenciada por negros e negras nos bancos escolares, no campo profissional e na vida social, dividindo a população afro-brasileira e gerando

⁷ A sociedade secreta terrorista e racista Ku Klux Klan foi criada após o final da Guerra de Secessão e da depressão no Sul dos Estados Unidos, por alguns veteranos confederados, ou seja, do lado derrotado do confronto. Um dos traços mais característico da Ku-Klux-Klan era a utilização por parte de seus membros de capuzes cônicos e longos mantos brancos, que eram destinados a evitar o reconhecimento de quem os usava. Essa sociedade secreta tentava legitimar suas ações de perseguição de negros através do medo representado pelos ressentimentos devido à derrota na guerra e alegando que os negros eram inferiores (SALDANHAS, 2013).

conflitos de identidade e emocionais. O colorismo é o resultado que coloca a negritude em diferentes categorias a partir da cor, ou seja, do seu tom de pele. Conforme a teoria do embranquecimento quanto mais clara a cor, fruto de um processo de miscigenação, mais “belo e racional” e menos negro [portanto] será o indivíduo. Qual negro ou negra mestiça no Brasil nunca ouviu a célebre frase: *Mas você não é negro! Seu cabelo não é de um negro! Mas você é bonita, [portanto não é negra]! Você não é negra é moreninha!* Entre milhares de outras tentativas de “amenizar” a situação de ser negro no nosso país, a estética para as mulheres negras foi essencial. Essa ditadura da beleza foi imposta às mulheres negras, e um dos exemplos mais característicos disso é o alisamento dos cabelos crespos; situação ainda presente, mas não mais totalizante.

Lacerda, ainda no Congresso Universal sobre Raça e diante da onda cientificista, deu requinte de arte ao racismo, trazendo como modelo a ser seguido a obra do pintor espanhol Modesto Brocos.

Figura 6 – A Redenção de Cam



Fonte: BROCOS, Modesto. **A redenção de Cam**. 1895. 1 pintura, óleo sobre tela. 166 x 199 cm.

A imagem do quadro transmite categoricamente a tese que Baptista defendia: o embranquecimento através das gerações! O pintor propõe a diluição da cor negra na sucessão de descendentes e insere nessa sucessão a “redenção”, a “absolvição” de uma “raça amaldiçoada”, isto é; a descendência de Cam, filho de Noé, que, no livro do Gênesis, é amaldiçoado pelo pai. A história de Cam, a despeito de seu

simbolismo bíblico, foi interpretada à revelia pelo racismo do século XIX, em que Brocos estava envolto. O “escurecimento” dos descendentes de Cam teria desembocado na raça negra africana, agora poderia ser redimida por meio da mistura com a raça branca europeia. A leitura da obra é categórica: nela a preta velha agradece ao deus cristão a bênção pela filha de pele morena e esposo branco e, finalmente, seu neto de pele branca que, em suas mãos, possui a marca, símbolo da origem do pecado.

No século XXI, nos deparamos com atitudes que parecem do século passado. Numa infame declaração, o pastor Marco Feliciano resgata a passagem por meio de seu Twitter:

Figura 7 – Deputado Marco Feliciano



Fonte: Balza (2011).

O deputado evangélico não foi o único, outros políticos também realizam declarações racistas e continuam pregando aos seus seguidores essas ideologias, hoje com muito mais alcance por meio das redes sociais, contribuindo com o avanço das desigualdades sociais e econômicas na sociedade racista brasileira. Os princípios religiosos não ficam fora dos muros escolares, cada um leva consigo as suas ideologias e, principalmente, os professores que deveriam combater o racismo. O papel das igrejas no combate ao racismo estrutural poderia ser um avanço na elaboração das políticas públicas antirracistas e na quebra desse ciclo que continua tão severo.

Encontramos outros exemplos do racismo estrutural enraizados em clássicos da literatura brasileira. Um exemplo pode ser encontrado no estudo que a obra *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, realiza, umas das mais importantes

sobre a colonização do Brasil. Neto de senhor de engenho e de escravos no Brasil, ele escreveu sobre um Brasil miscigenado e de convivência supostamente harmoniosa entre escravocratas e escravizados. Como historiador, negou um importante retrato das intenções dos portugueses com as escravas negras.

Pode-se, entretanto, afirmar que a mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico. A moda de mulher loura, limitada aliás às classes altas, terá sido antes a repercussão de influências exteriores do que a expressão de genuíno gosto nacional. Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”; (FREYRE, 2003, p. 33).

O autor retrata a escrava mulata feita para o trabalho, cheia de beleza e amores para com o seu “senhor”, naturalizando o estupro. Ainda que seja uma ferramenta na busca para entender um passado pouco escrito, suas nuances históricas ocorridas naquele período, retratam a escrava negra como um objeto de desejo. Não se referir às torturas às quais eram submetidas pelas próprias “sinhas” ao descobrirem os feitos de seu senhor, os filhos bastardos (miscigenados), frutos da violência sexual, eram arrancados dos braços para amamentar os brancos. Podemos considerar como um dos objetivos por trás desse romance à brasileira que as ideias eugenistas começavam a perder espaço na sociedade brasileira, principalmente com o avanço do nazismo, ideologia menosprezada mundo afora.

O Brasil precisava tratar as relações raciais de outra forma, a classe política não queria ser comparada com o *Führer* alemão. Isso fez as narrativas de Freyre ficarem bem no contexto nacional, ou seja, foi útil à nova realidade conjuntural. Ainda podemos citar a influência da Escola de Chicago⁸ como forte influenciadora da política criminal brasileira que tenta explicar os elevados índices de violência e criminalidade a partir das cidades, identificando os guetos e favelas, como principal foco de delinquência.

⁸ O ponto de estudo da Escola de Chicago, são as cidades, e mais precisamente às áreas de delinquência, que diz respeito aos guetos, bairros mais pobres, onde percebem que há uma degeneração física e moral das pessoas. As casas não são pintadas, há lixo nas ruas, um ambiente em degradação, de modo que também seus habitantes jogam lixo nas ruas, falam palavrões, vivem de forma imoral. Esse olhar sobre as áreas degradadas acima citadas é preconceituoso, pois embora a Teoria Ecológica da Escola de Chicago tente afastar o Positivismo, de certa forma acaba se igualando a ele, pois o Positivismo defende que o estereótipo dos criminosos está relacionado aos negros e pobres. Por seu turno, a Escola de Chicago relaciona os criminosos a uma determinada região, que, por conseguinte, são também os negros e pobres (LAVOR, 2016).

2.2 A ESCOLA COMO POSSIBILIDADE DE ASCENSÃO SOCIAL OU A LEGITIMAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL

O racismo, estrutural, não precisa de vontade para se manifestar, ele está presente nos diversos espaços da sociedade e os nossos argumentos de discussão precisam ultrapassar as questões morais nos espaços educacionais. Além das condições colocadas sem nenhum tipo de amparo social, o governo tomou várias iniciativas legislativas para mantê-los na marginalização, fora do espaço escolar. Entre essas medidas, chama a atenção o Ato Constitucional de 1834 que se refere à legislação específica para a educação brasileira. Apesar das divergências históricas sobre a inclusão oficial e a exclusão dos negros da educação formal no Brasil, o Ato Constitucional de 1834 foi decisivo no atraso histórico para o acesso dos negros à educação pública.

[...] O Ato Adicional de 1834 diz que também em relação aos alunos, os legisladores determinavam quem podia (ou não) se matricular e/ou frequentar a escola pública, a partir de critérios de gênero, idade, condição de saúde (ser portador de ou sofrer de moléstia contagiosa) e condição jurídica ou racial (**livre, liberto, escravo, ingênuo, preto, filho de africano livre**). (BARROS, 2016, p. 594).

Podemos perceber que as iniciativas para o acesso à educação eram, no mínimo, clandestinas, independentes ou partiam de atitudes solidárias. A educação naquele período também era limitada a quem tinha posses, fato que por si só já restringia esse privilégio aos brancos. A essa escola formal os negros não tiveram acesso. Ao falarmos sobre o direito à educação, o Ato Constitucional de 1834 faz alusão à exclusão dos escravos e quando se referia aos libertos, não considerava as condições objetivas para que eles frequentassem a escola. A legislação estava voltada para as necessidades daqueles tinham posses e para os pobres que tinham ao menos terras. Já para os libertos, além dessa legislação excludente, a postura dos senhores de escravos pesava na decisão de muitos negros para frequentar a escola.

Lembrando que a abolição da escravatura somente aconteceu em 1888; até lá, a situação era de total exclusão intelectual, fato que pouco mudou após a abolição e a primeira metade do século XX. Esses registros da história brasileira

raramente fazem parte dos currículos escolares e, quando são abordados, não contemplam a abrangência necessária.

Entender as origens do abismo educacional entre negros e brancos nos permite um novo olhar sobre as necessidades da população negra do nosso tempo. Em 2018, “a proporção de pessoas pretas ou pardas de 18 a 24 anos com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam escola caiu de 30,8% para 28,8%, mas a proporção de pessoas brancas na mesma situação, em 2018, era 17,4%”. (IBGE, 2018). Os impactos das decisões legislativas daquele período, no que se refere à educação, ainda são sentidos por toda a negritude brasileira.

A legislação de 1834 seguiu com as determinações estipuladas pelo governo nos estados, o que proporcionou, além da exclusão racial nacional, uma desigualdade regional. Os autores, principalmente os que têm uma militância comprometida com o movimento negro, corroboram com a exclusão institucionalizada dos escravos e dos negros libertos do ensino regular durante aquele período. “É importante lembrar que, apesar de a Constituição do Império de 1834 determinar que a educação era um direito de todos os cidadãos, a escola estava vetada para pessoas negras escravizadas”. (RIBEIRO, 2019b, p. 7).

O racismo estrutural que se estabeleceu, a partir de uma legislação educacional no pós-abolição, que também não incluiu a negritude, somente ampliou a dívida brasileira com os afro-brasileiros. Esse ciclo se amplia na vida profissional, no qual raramente encontramos negros nos postos de chefia, nos cursos mais elitizados das universidades. No serviço público, também não estão nas direções ou cargos do alto escalão. Como podemos constatar, a diferença de rendimentos entre negros e brancos no século XXI, “na população branca, esse rendimento, em 2018, superou em quase duas vezes o da população preta ou parda – R\$1.846 contra R\$ 934” (IBGE, 2018).

Como afirma (SOUZA, 1983, p. 2), “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais do Ego do sujeito branco, e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro”. A reflexão sobre a construção da identidade afro-brasileira ajuda-nos a compreender a importância de uma educação antirracista, para os professores que almejam assumir essa prática.

A descoberta de ser negra é mais que estar ciente do óbvio. Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas; submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983, p. 18).

Outro exemplo da necessidade do debate sobre o racismo estrutural são as cotas raciais. Ainda existe rejeição à política afirmativa de cotas para negros e a falta da compreensão de que a reparação ao povo negro vai muito além desse aspecto. Esse tema é profundo, partimos da III Conferência Mundial Contra o Racismo, convocada pela ONU em 1997, mas que aconteceu somente em 2000, ficando conhecida como *Conferência de Durban*⁹. E mesmo assim, o direito às cotas raciais apenas se tornou lei em 2012¹⁰, um intervalo de 12 anos após o evento internacional.

O direito às cotas raciais não é novidade no Brasil, [...] “tais como o estímulo oficial à imigração europeia, no século XIX, adotada com o fim expresso de branquear a população, e a alteração, em 1881, da lei eleitoral, que, ao proibir o voto de analfabetos, garantiu que os espaços formais de poder continuassem monopolizados pelos proprietários de terra, majoritariamente brancos”. (IPEA, 2019). Ou seja, neste caso não existiu contrariedade ou questionamentos sobre a garantia do direito para os contemplados. Séculos depois disso, as cotas raciais foram as responsáveis pela ampliação do número de negros no ensino superior e, hoje, após 19 anos, podemos conviver com uma gama de intelectuais oriundos desse processo.

A entrada paulatina de estudantes negros nas instituições públicas produziu resultados objetivos importantes. O peso dos negros nestas sempre foi maior do que nas instituições privadas, dadas as barreiras associadas à insuficiência de renda. Em 2001, nestas, 81% dos estudantes eram brancos e 18% eram negros; nas públicas, nesse mesmo ano, 67% eram brancos e 31,4% eram negros. Em 2015, mais de dez anos após a adoção das ações afirmativas e três anos depois da Lei no 12.711/2012, a participação relativa

⁹ Em 2001, a Organização Nações Unidas organizou a Conferência na Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, ocorrida de 31 de agosto e 8 de setembro em Durban, na África do Sul. Na ocasião, foram estabelecidas a Declaração e Programa de Ação de Durban, documentos que instituem a ação da comunidade internacional para combater o racismo, adotado por consenso na. É uma agenda inovadora e orientada para a ação para combater todas as formas de racismo e discriminação racial (UNFPA, 2022).

¹⁰ BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3HENO17>. Acesso em: 9 fev. 2022.

de negros aumentou tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas. O peso relativo dos negros, nas universidades públicas, passou para 45,1% e, nas universidades privadas, para 43,3% em 2015 (IPEA, 2019, p. 24).

Ao assumir a necessidade das cotas raciais, automaticamente se define que o Estado brasileiro é racista e tem uma dívida histórica com a população negra, principalmente no que diz respeito ao acesso à educação. Uma conquista amplamente reivindicada pelo movimento negro. Ao falarmos em reparação e não apenas em políticas afirmativas, vamos muito além das cotas raciais, estamos falando de patrimônios históricos enterrados, como o Cais do Valongo no Rio de Janeiro; do direito à nossa ancestralidade; do reconhecimento da história oral; do direito à identidade; da nossa árvore genealógica.

Apesar do aumento da quantidade de negros promovido pelas políticas públicas, percebe-se o quanto o racismo estrutural é predominante. Como afirma o (RIBEIRO, 2017, p.24), a lei de cotas para universidades federais, promulgada em 2012, representou uma grande vitória. Infelizmente o mercado de trabalho ainda não reflete essa mudança. Ainda temos muito a percorrer no que diz respeito às políticas reparatórias que realmente tenham impacto na vida social dos negros no Brasil". O caminho ainda é longo, precisamos tomar cuidado na leitura dos dados para não pensarmos que chegamos ao objetivo.

2.3 O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO NEGRO NA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: A LEI Nº 10.639/03

Além das cotas raciais, outra grande conquista do movimento negro é a Lei nº 10.639/03, um avanço para a educação da população negra. A Lei obriga o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira no currículo escolar. Foi promulgada em 2003, ou seja, temos aí pelo menos 19 anos de existência dessa exigência e muitas escolas ainda não incorporam a sua implementação. Essa política reparatória trouxe alguns avanços pedagógicos nas práticas antirracistas e na aquisição de material didático que correspondesse às necessidades da negritude.

A Lei nº 10.639/03 intensificou a elaboração dos conteúdos e o envolvimento de novos intelectuais no desenvolvimento de materiais para o ensino da história da

África e da cultura afro-brasileira. O que fortaleceu o desenvolvimento de uma literatura voltada para a população negra, despertando a valorização e o desenvolvimento da autoestima, além de proporcionar a esse público o acesso à sua verdadeira história. Embora não apresente em seu texto nenhuma forma de punição ou valorização relacionada a seu cumprimento, ela nos dá margem para cobrar das instituições e governos a sua verdadeira aplicação. Isso é fruto da luta que representa o movimento para a educação antirracista.

Os movimentos têm um valor epistemológico intrínseco, são produtores de um tipo específico de conhecimento. O conhecimento nasceu na luta. [...] a diferença entre o conhecimento nascido nas lutas e o conhecimento elaborado a respeito delas, é que o primeiro é um conhecer-com e o segundo é conhecer-sobre (GOMES, 2017, p. 9).

A intervenção direta do movimento negro e a elaboração de novas epistemologias contrastam com o poder hegemônico, que foi constituído a partir das práticas desumanas, destinadas aos escravizados arrancados do continente africano. O movimento negro sempre esteve diretamente ligado às conquistas da população negra no Brasil, principalmente no que se refere à educação.

Enxergar o movimento negro como ator potencializador dessas discussões também faz parte desse processo de transformação e emancipação cidadã. Essa discussão também é pertinente para enaltecer a importância da educação no combate ao racismo estrutural. Ainda temos muito o que avançar e não podemos ignorar as vitórias do movimento negro brasileiro. "Muito dos conhecimentos emancipatórios produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se dá pelo papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento" (GOMES, 2017, p. 13).

A lei 10.639/03 também possibilitou uma abertura decolonial aos intelectuais que estão fora do eixo Europa-América do Norte. No caso do Brasil, mais especificamente os que são do continente africano, como, por exemplo Franz Fanon, Hampâté Bâ e a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie.

A história do Brasil, no que se refere aos negros, tem diversas nuances ainda obscuras. Esse passado é uma grande ferida aberta que precisa ser desvendada para avançarmos nas políticas públicas necessárias para uma educação antirracista.

A Lei nº 10.639/03¹¹ obriga o ensino da história da África e afro-brasileira em todo o território nacional, mas a escola ainda reproduz o racismo estrutural e reforça as desigualdades quando se omite a esse enfrentamento.

Ampliar o alcance da Lei nº 10.639/03 faz parte do nosso compromisso com uma educação emancipatória, dialógica e mediadora proposta por Paulo Freire. E a educomunicação é um universo a ser descoberto no desenvolvimento das práticas antirracistas que contribuem neste processo.

¹¹ Lei nº 10.639/03: BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3hi96aE>. Acesso em: 19 fev. 2022.

3 A EDUCOMUNICAÇÃO COMO ALIADA NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A partir das referências que tenho na luta antirracista em espaços não formais, abraço uma postura que também é política, ao propor a possibilidade de desconstrução da ideologia racista a partir da aliança entre as práticas pedagógicas antirracistas e a educomunicação. Nesse sentido, apresentaremos aqui os principais aspectos da educomunicação, bem como as características dos processos educacionais, para conhecermos os alicerces teóricos dessa nova área do conhecimento. Conforme, a teoria freiriana,

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 2013, p. 16).

As palavras do autor ilustram a necessidade de uma busca contínua pelo conhecimento, cujo lugar não está restrito aos ambientes formais de educação. É necessário incluir na nossa prática pedagógica essa educação dialógica, sejam elas formais ou não formais, mas que se dediquem a uma aprendizagem coletiva e democrática.

Com esses ensinamentos, compreendemos que não será essa pesquisa a responsável pelo fim do racismo estrutural, pois muito ainda precisa ser feito e estudado sobre essa temática. O mais significativo é conhecermos o papel da comunicação, neste caso oral, na formação antirracista de um povo que teve as suas memórias sequestradas. As pessoas se comunicam e se entendem com as demais em termos que parecem dispensar explicação, comprovam-se diariamente nos mais diversos campos da vida social. (RÜDIGER, 1998, p. 31). Concordamos com o autor quando este se refere à comunicação como um ato de sobrevivência da humanidade. Um comunicar-se que dispensa a formalidade é um aprendizado que antecede em muito o período escolar.

Isso não significa que essa capacidade humana, que se desenvolve informalmente ou na escola, e a partir de diferentes linguagens, será necessariamente eficiente. Para a comunicação se efetivar plenamente, é indispensável o conhecimento dos elementos que a envolvem, como a

democratização midiática, a liberdade de expressão e a produção de conteúdo e esses podem ser alcançados em diferentes espaços e realidades. Outra consideração importante é que, em muitos casos, ela acaba por ser excludente fortalecendo estereótipos, é racista, homofóbica e machista, refletindo a condição de sociedade capitalista.

A escola pública trabalha com uma heterogeneidade de pessoas, mas no capitalismo existem setores explorados, oprimidos e silenciados que acabam não tendo acesso à comunicação plena mesmo nas escolas. As diversas instituições sociais também fortalecem esse *status quo*, quando se silenciam frente à verticalização midiática capitalista. Sabemos, por exemplo, que a composição racial da população brasileira não condiz com o que nos é apresentado pelo conjunto das mídias tradicionais.

O diálogo proposto pelas elites é vertical, forma o educando-massa, impossibilitando-o de se manifestar. Neste suposto diálogo, ao educando cabe apenas escutar e obedecer. Para passar da consciência ingênua à consciência crítica, é necessário um longo percurso, no qual o educando rejeita a hospedagem do opressor dentro de si, que faz com que ele se considere ignorante e incapaz. É o caminho de sua autoafirmação enquanto sujeito (GADOTTI, 1996, p. 84).

Um dos caminhos para o rompimento desse processo está ligado à ação educ comunicativa que se propõe a intervir socialmente, a partir dos princípios de uma comunicação plena. Uma educação libertadora, que se opõe à obediência, atenta principalmente aos setores explorados, oprimidos e violentados a partir da sua cor e da sua história. “O papel do educador não é o de “encher” o educando de “conhecimento”, de ordem técnica ou não, mas sim o de proporcionar, através da relação dialógica educador-educando, educando-educador, a organização de um pensamento correto em ambos” (FREIRE, 2013, p. 43).

O pensamento dialógico sobre a educação são as bases que fundamentam a educ comunicação para aqueles que desejam fazer uma caminhada esperançosa na construção das relações verdadeiramente humanas. É com essa concepção de comunicação que optamos por trabalhar, uma comunicação que não se faz sozinha e na qual o educador não é o detentor supremo do saber.

Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar essa possibilidade. Sua ação, identificando-se desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico

e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador (FREIRE, 1987, p. 62).

Com essa primeira aproximação com a dialogicidade, uma das bases teóricas da educomunicação, passamos para a compreensão desse conceito, os seus princípios, os ecossistemas educacionais e a prática pedagógica comunicativa.

No Brasil e na América Latina, a educomunicação ainda é considerada uma nova área do conhecimento¹². Entre os precursores, temos o grande educador Paulo Freire, o jornalista argentino Mário Kaplún, o colombiano José Martín Barbero e o brasileiro professor Ismar de Oliveira Soares. Entre as mulheres, destacamos a professora catarinense Ademilde Sartori. “A Educomunicação como campo de pesquisa, extensão e formação profissional surge no Brasil como desdobramento das discussões, propostas e práticas de Ismar de Oliveira Soares, professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA-USP” (MACHADO, 2021, p. 123).

No entanto, as atividades comunicativas se desenvolvem em diversas partes do mundo, caracterizando-se principalmente por aqueles que estão à frente das causas sociais. “Em vez de a prática comunicativa estar a serviço, por exemplo, da indústria cultural, de ser regida pela indústria cultural, ela passava a ser regida pelos objetos educativos” (SOARES, 2009, p. 4). Essa perspectiva de comunicação dialógica proporciona um sentido mais humanitário às práticas comunicativas, que cada vez mais objetivam os processos educativos.

A educomunicação vem surgindo desde a década de 1970 para representar todo esforço feito pela sociedade na defesa de causas como as dos indígenas. Ela vem surgindo na América Latina por meio de grupo de pessoas que se reúnem para usar os recursos da informação na defesa de seus interesses a partir da perspectiva freiriana da comunicação dialógica. [...] a educomunicação deu um novo sentido para a prática comunicativa neste contexto (SOARES, 2009, p. 4).

¹² Temos dois contextos que se atravessam e se cruzam para entender o projeto da Educomunicação: um é o contexto político da América Latina nas décadas de 1970 e 1980; outro é a história da carreira de Comunicação. A formação do comunicador, no Brasil, nos períodos de 1960 a 1990, teve uma forte influência do mercado. (MACHADO, 2021, p.124). O termo atualmente utilizado para designar este diferencial -a educomunicação- passou a ser corrente nos textos do núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE- USP), a partir de 1999 (SOARES, 2017, p. 451).

Esse caráter diferenciado da educomunicação se contrapõe aos que são regidos pela indústria cultural, nos possibilitando a inserção nos mais variados campos de atuação e intervenção educacional. “Ser dialógico [...] é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade” (FREIRE, 1977, p. 43).

Não se estabelece uma dicotomia entre educação e comunicação, os processos caminham juntos a partir da transdisciplinaridade, multidisciplinaridade, reflexão e intervenção social, questões que dialogam com uma prática pedagógica educ comunicativa. Essa compreensão é imprescindível para a realização dessa prática em qualquer espaço educacional. A educomunicação pode dar a tônica para a elaboração de projetos, cujos objetivos estejam relacionados às transformações sociais e à participação colaborativa, oportunizando o desenvolvimento das diversas formas de expressão e linguagens nas comunidades.

A Pedagogia da Educomunicação é aqui compreendida como todo o arcabouço organizacional das atividades e projetos colaborativamente organizados nas mais diferentes áreas do conhecimento com participação da abordagem educ comunicativa, não somente as pedagógicas. É, portanto, área que comporta características multidisciplinares, pluridisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares das diversas áreas do conhecimento (REGINALDO; SARTORI, 2021, p. 71).

O papel do professor é imprescindível, o seu conhecimento pedagógico aliado às Práticas Pedagógicas Educ comunicativas (PPE), o tornam fundamental nessa rede de interconexões que pode se formar a partir de projetos que envolvam a interface educação/comunicação.

Dentro dessa perspectiva crítica de educação e comunicação, as mídias alternativas representam um importante processo de emancipação para os setores oprimidos. Ocupar esse espaço de forma organizada e planejada por professores é o resultado interativo entre os agentes envolvidos e as comunidades ligadas aos projetos educ comunicativos que oportuniza a reflexão. “A través de nuestro mensaje, introducir elementos de reflexión, de conciencia crítica, de estímulo à la libertad y a la solidaridad” (KAPLÚN, 1994, p. 45). Ou seja,

En la medida en que el educador comunicador sea creativo, irá incorporando cada vez nuevos géneros, nuevos recursos, nuevas soluciones. [...] Nuestra tarea no termina, pues, en el momento en que seleccionamos los temas y los contenidos para nuestra emisión; diríamos más bien que allí comienza,

[...] todo mensaje educativo debe ser “traducido”, re-elaborado y puesto en lenguaje radiofónico (KAPLÚN, 1994, p. 81).

Os estudos sobre a educomunicação avançam no Brasil e as contribuições dos teóricos que apresentamos continuam em pleno processo de desenvolvimento, principalmente no Núcleo de Educação e Comunicação da Universidade de São Paulo (USP). Ao longo dos anos, os resultados desses estudos se ampliaram, o crescimento dessa nova área do conhecimento adquiriu reconhecimentos importantes para a educação brasileira e, recentemente, a palavra educomunicação foi contemplada no nosso dicionário como:

Conjunto de conhecimentos e ações que visam desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais (escolares), não formais (desenvolvidos por ONGs) e informais (meios de comunicação voltados para a educação), mediados pelas linguagens e recursos da comunicação, das artes e tecnologias da informação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão. Formação e atividade profissional do educador, relacionadas ao estudo e aplicação desses conhecimentos (EDUCOMUNICAÇÃO, 2021, p. 25).

Em Santa Catarina, também tivemos avanços nas conquistas referentes à educomunicação. O principal núcleo de estudos educacionais, o EDUCOM¹³, se concentra nas universidades públicas como na UFSC¹⁴ e na UDESC¹⁵. E pela primeira vez a educomunicação aparece no Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, documento que foi reformulado em 2020 para atender às mudanças previstas na Lei nº 13.415/2017¹⁶, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996, em que aparece como:

[...] o componente Educação Tecnológica busca proporcionar situações de aprendizagem ligadas à “educomunicação”, favorecendo um ambiente de acesso aos principais elementos informativos e educacionais digitais, diante de suas múltiplas possibilidades, visando a contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, criativo, reflexivo e à aprendizagem colaborativa, uma vez que amplia as possibilidades e metodologias, tanto de ensino quanto de aprendizagem (SANTA CATARINA, 2021, p. 188).

¹³ Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologia (UDESC/CNPq).

¹⁴ Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁵ Universidade do Estado de Santa Catarina.

¹⁶ Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 2017).

Consideramos que essa é uma das mudanças mais significativas da proposta do novo ensino médio, entre tantas polêmicas e preocupações que envolvem a discussão dessa temática. Mas é quase impossível não reconhecer a importância dessa nova área do conhecimento para a educação brasileira. A educomunicação tem como referência a pedagogia dialógica tão necessária na atual conjuntura política do nosso país.

3.1 AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO E OS ECOSISTEMAS EDUCOMUNICATIVOS

Às vezes interpretamos a palavra “intervenção” como algo inoportuno, que limita as ações democráticas realizadas por alguém ou algo que intervém. Com isso, a intervenção é raramente bem-vinda em espaços públicos ou em ações sociais. Isso pode ocasionar uma certa confusão quando nos referimos às áreas de intervenção da educomunicação. Nesta pesquisa, optamos por seguir a nomenclatura que nos explica o termo “intervenção” a partir do que consideramos ser importante:

Vale ressaltar que não se emprega em educomunicação o conceito de intervenção no sentido de interdição, invasão, imposição ou interrupção, pelo contrário, o sentido é o da realização de atividades, da proposição de alternativas inovadoras, da mediação, da oferta de referências libertadoras, que usualmente por diferentes motivos não são vislumbradas pelos membros de uma comunidade (SOARES, 2011, p. 49).

Essa dinâmica é complexa, e passa pela apresentação dessas áreas de intervenção constituídas por sete grandes eixos: Educação para a comunicação/mídia; Expressão comunicativa através das artes; Mediação tecnológica na educação; Pedagogia da comunicação; Comunicação educativa; Gestão comunicativa; Reflexão epistemológica. Na figura 08- observamos o quanto essas áreas estão interligadas.

Figura 8 – Quadro de detalhamento das 7 grandes áreas na educomunicação

CAMPO FUNDANTE	Media studies	Educação	Artes	Comunicação Social	Educação	Educomunicação	Administração/ Comunicação Social
ÁREAS	Educação para a comunicação	Pedagogia da comunicação	Expressão pelas artes	Produção midiática	Mediação tecnológica na educação	Epistemologia da educomunicação	Gestão da comunicação
FOCO PRINCIPAL	Capacitar os participantes para a prática da comunicação dialógica, usando - ou não - as tecnologias.	Usar recursos da comunicação para facilitar a construção de conhecimento.	Dialogar, usando as linguagens artísticas.	Produzir conteúdo midiático com intencionalidade educativa.	Inserir as tecnologias na educação.	Estudar a educomunicação.	Implantar e otimizar fluxos de comunicação em ecossistemas comunicativos
ATIVIDADES	Educação para a comunicação.	Educação pela comunicação.	Comunicação pela emoção.	Comunicação de valores e conceitos, usando produtos midiáticos.	Educação a distância, comunicação mediada por tecnologia.	Divulgação, pesquisa, estudo sobre a educomunicação.	Diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação de ecossistemas comunicativos
VALORES	Igualdade de acesso, relação dialógica horizontalizada entre todos os envolvidos, com tomadas de decisão participativa.						

Fonte: Almeida (2016, p. 12).

A elaboração de projetos educocomunicativos devem estar conectados as áreas de intervenção social e estas estão intimamente interligadas. Com isto, (BARBERO, 2003, p. 261) afirma que “o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais”. Deixando evidente uma mudança de paradigma nas discussões, cujo eixo das preocupações e elaborações deixam de ser os meios, diga-se, as mídias, e passa a ser as mediações que devem acontecer. Partindo do contexto midiático para uma comunicação cidadã, para o desenvolvimento das capacidades cognitivas e estudos epistemológicos planejados e com o envolvimento de professores e demais profissionais engajados nesses objetivos.

A área de intervenção da comunicação para a educação é bem interessante para o nosso estudo, pois essa se desenvolve a partir de projetos realizados nas mídias comunitárias. A área de intervenção da mediação tecnológica na educação e a gestão da comunicação, também despertam interesse por estarem relacionadas à ampliação da expressão e à comunicação como fenômeno de impacto social.

Porém, precisamos considerar cada uma delas para a efetivação da educomunicação.

Outra preocupação no desenvolvimento desses processos educacionais é a existência dos monopólios e oligopólios que controlam a rede de mídias tradicionais no nosso país, os quais dificultam a liberdade de expressão, a democratização das comunicações e o acesso à produção de conteúdo por parte da população majoritariamente pobre. Em uma pesquisa divulgada pela Revista Carta Capital, podemos constatar essa realidade: “No caso do Brasil, o levantamento listou os 50 veículos de mídia com maior audiência e constatou que 26 deles são controlados por apenas cinco famílias. O maior é o Grupo Globo, da família Marinho, que detém nove desses 50 maiores veículos” (CINCO, 2017, s.p.). A partir desse ranking, temos mais concretamente essas mídias tradicionais, ou seja, elas pertencem aos oligopólios controlados por um grupo de famílias que transmitem, entre outras coisas, as suas ideias conservadoras. Ainda, ao falarmos de mídia tradicional, estamos nos referindo à condição determinada pelos oligopólios que dominam o mercado da indústria cultural.

Além das mídias tradicionais e das áreas de intervenção da educomunicação, também trabalharemos com o conceito de mídia alternativa. “Esses novos veículos da comunicação alternativa têm por padrão serem assumidamente espaços de ideologia de esquerda. Assim, têm como alvo a globalização, o neoliberalismo e, de forma mais abrangente, o capitalismo e suas faces e consequências” (FIORUCCI, 2011, p. 463).

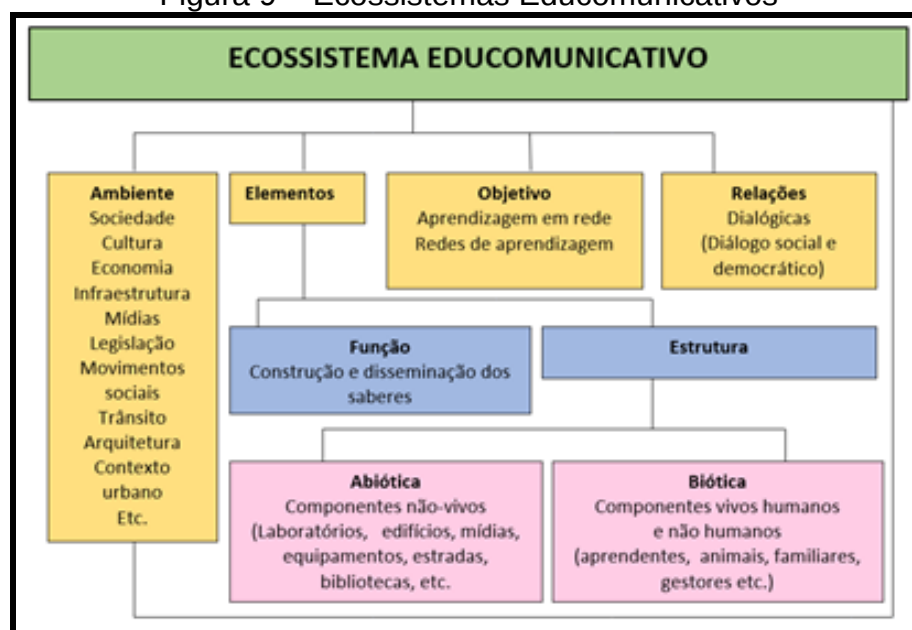
As mídias alternativas são revolucionárias quando enfrentam os oligopólios da comunicação, a partir de conteúdos humanitários, por meio da empatia, da agenda sustentável e da luta antirracista, entre outras bandeiras humanitárias. O rompimento de algumas barreiras, o desejo de produzir conteúdo autêntico, político, sindical, antirracista, não homofóbica e diferenciado vão contra a lógica capitalista e mercantilista da indústria cultural. Mas, “para ser verdadeiramente alternativa, não basta que um meio esteja à margem das redes de distribuição da grande imprensa, mas deve ostentar uma diferença qualitativa em face dela” (HAUBRICH, 2018, p. 24). Assim, consideramos as mídias alternativas um espaço de poder que, aliado à educomunicação, pode ser uma excelente estratégia na produção de conteúdos e na luta antirracista.

Com a compreensão de que a nossa atuação se dá num espaço midiático alternativo, de educação não formal, correspondendo principalmente às áreas de intervenção da educomunicação, também precisamos apresentar o que são os ecossistemas educacionais. Eles são uma rede de conexões colaborativas, organizada, planejada e que pode se desenvolver em diferentes espaços midiáticos.

Com a ampliação do ciberespaço e da cultura digital, a partir da popularização da internet, o entendimento consciente desses ecossistemas educacionais, tanto nos espaços formais como não formais, são uma necessidade para a construção de uma aprendizagem emancipatória. Também podemos ressaltar a importância do papel da escola na construção dessa emancipação a partir desse ecossistema e da PPE, ambos importantes para a colaboração coletiva.

Para melhor compreendermos a dinâmica dos ecossistemas educacionais, analisaremos um quadro exposto na figura a seguir:

Figura 9 – Ecossistemas Educomunicativos



Fonte: Sartori (2021).

Ao observarmos o quadro, percebemos uma ligação entre os elementos que o compõem, podendo apresentar uma localização variável e se estabelecer em diferentes ambientes, mas o principal objetivo é o ensino e a aprendizagem. Não uma aprendizagem qualquer, mas aquela que se desenvolve num sistema em rede, não estabelecendo regra sobre onde começa e onde termina todo esse processo.

Sartori (2021) ainda considera a existência de fatores abióticos que são os componentes não-vivos e os bióticos que constituem os seres humanos e os seres vivos não humanos na organização do quadro. Nos dando uma dimensão global sobre o seu funcionamento, não excluindo nenhum elemento que compõe a nossa vida.

Façamos um comparativo com o conceito de espaço geográfico: ambos envolvem as relações entre os homens e a natureza, da produção humana, dos seus impactos no meio e, conseqüentemente, os impactos desse meio na vida dos homens. “[...] o espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletivas que reproduz as relações sociais” (SANTOS, 1978, p. 171). Ou seja, o homem-homem, homem-natureza e homem-ciberespaço estão intrinsecamente interligados.

Um ecossistema educacional não é estático, possui movimento e ação, também é complexo porque envolve a dinâmica das relações representadas neste quadro como: ambiente, elementos, objetivos, relações, função, estrutura abiótica e biótica, objetivando a aprendizagem coletiva e democrática, sendo essa dialógica e não vertical. [...] “um ecossistema educacional não é um sistema fechado e existe mútua influência, a alteração em um acarreta alterações no outro. A ligação com o meio ambiente é permanente, o que implica que todos os componentes sofrem a ação do meio e agem sobre o mesmo”. (SARTORI, 2021, p. 62). Representar esteticamente o movimento de um ecossistema é difícil, pois por natureza são muito ativos. Na elaboração do quadro de Sartori, essa representação se dá a partir de uma linha conectada a todos os seus elementos, o que também evidencia as ligações que existem entre eles.

Os ecossistemas educacionais dão conta de organizar o planejamento dessas atividades nas suas áreas de intervenção social, viabilizando a sua realização coerentemente, com base em epistemologias educacionais e comunicacionais, fazendo-nos compreender as relações de interdependência entre todos os elementos que o compõem. A sobrevivência de um ecossistema educacional saudável precisa de um equilíbrio entre todos os elementos envolvidos no processo, por meio do respeito, da parceria, da valorização dos diferentes conhecimentos, da democracia e da participação colaborativa.

4 O CIBERESPAÇO E A RECONFIGURAÇÃO DO RÁDIO: DESAFIOS PARA UMA LUTA ANTIRRACISTA

Neste capítulo, abordaremos o processo de reconfiguração do rádio e a importância dessa mídia para a educação brasileira, bem como a utilização desse na luta antirracista. Para elucidar a abordagem que faremos sobre esta temática nos espaços educacionais, trouxemos o pensamento de Andrew Feenberg sobre a tecnologia:

A tecnologia, na visão do senso comum, limita a democracia ao poder do Estado. Em oposição, acredito que, a menos que a democracia possa ser estendida além de seus limites tradicionais para dentro dos domínios tecnicamente mediados da vida social, seu valor de uso continuará declinando, sua participação vai se esvanecer e as instituições que identificamos como sendo parte de uma sociedade livre desaparecerão gradualmente (FEENBERG, 2017, p. 71).

A teoria crítica da tecnologia nos proporciona outro olhar sobre as tecnologias elaboradas pela humanidade: o seu domínio deve ser uma prioridade. Essa teoria nos leva à compreensão de que a tecnologia não passa apenas pelo controle racional da natureza, mas também pelas questões sociais. Feenberg nos provoca a analisar as tecnologias sob uma perspectiva crítica e isso passa obrigatoriamente pelo entendimento do que é o ciberespaço.

Nesse sentido, compreender este conceito e como podemos utilizá-lo, especialmente para a elaboração de ações que sejam colaborativas, planejadas, democráticas, que oportunizem a produção de conteúdo e proporcionem intervenções sociais significativas para a população negra é fundamental. O ciberespaço engloba as diferentes mídias, conecta-se e se combina com diversos dispositivos, característica que torna difícil um recorte exclusivo sobre o rádio. Ao tratarmos do ciberespaço, automaticamente estaremos falando dessa mídia. “O ciberespaço constitui um campo vasto, aberto, ainda parcialmente indeterminado, que não se deve reduzir a um só de seus componentes. Ele tem vocação para interconectar-se e combinar-se com todos os dispositivos de criação, gravação, comunicação e simulação” (LÉVY, 2010, p. 106).

Neste capítulo, nos dedicaremos a uma breve passagem pela relevância do rádio no contexto educacional, considerando a trajetória da radiodifusão no Brasil, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 – Linha do tempo: O rádio e a educação no Brasil

1923	É fundada a primeira emissora brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, hoje denominada Rádio MEC, criada para atuar sem fins comerciais.
1925	Em 1925, a Rádio Sociedade deu início à parte instrucional, com uma perspectiva mais popular de educação.
1933	Surgiu a Sociedade Rádio Educadora de Campinas que, desde 2002, passou a se chamar Rádio Bandeirantes AM.
1936	Roquette-Pinto preferiu doar a Rádio Sociedade ao Ministério da Educação e Saúde Pública para garantir o seu funcionamento sem fins lucrativos.
1937	Foi criado o Serviço de Radiodifusão Educativa, uma iniciativa do governo de Getúlio Vargas, que foi dirigido por Roquette-Pinto até 1943.
1940/50	Surgem os programas específicos de educação, para orientação metodológica aos professores do ensino secundário, com cursos de letras, ciências, didática e pedagógica, entre outros.
1957	Tiveram início os cursos básicos do Sistema de Rádio Educativo Nacional (SIREN), patrocinados pelo MEC.
1970	O governo federal implantou o Projeto Minerva ¹⁷
Séc. XXI	Projeto Educom. Rádio: educomunicação pelas ondas do rádio, um curso de extensão que começou a ser desenvolvido em 2001, pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo.
2006	Projeto Rádio Escola: Implantado pelo governo federal, através da Secretaria de Educação a Distância.

Fonte: adaptado de Andrelo (2012).

A primeira emissora de rádio nacional nasceu comprometida com a educação e a disseminação dos conteúdos culturais para todos. A Rádio Sociedade, primeira emissora, tinha o seu objetivo voltado à educação, à arte e à cultura. Como podemos observar no quadro acima é uma característica que acompanha essa mídia até os dias atuais.

Com o surgimento de uma emissora de rádio voltada para a educação, o acesso à informação chegou a um público constituído também por analfabetos. Além disso, uma preocupação com os conteúdos educativos ficava evidente na sua programação, que era elaborada por Edgar Roquette-Pinto, principal fundador da Rádio Sociedade. Ele foi um dos maiores entusiastas do uso do rádio para educar e divulgar ciência e cultura, por sua capacidade de alcançar mesmo aqueles mais distantes e pobres.

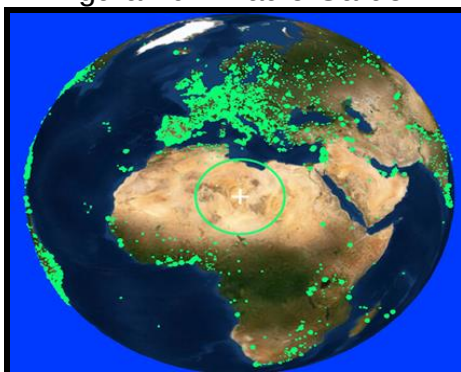
¹⁷ O governo militar criou um programa de ensino à distância chamado Projeto *Minerva*. O programa entrou no ar pela primeira vez no dia 4 de outubro de 1970. Seu objetivo era solucionar os problemas educacionais com a implantação de uma cadeia de rádio e televisão educativas para a massa, utilizando métodos e instrumentos não convencionais de ensino. Disponível em: Projeto Minerva. Disponível em: <https://bit.ly/3BC390A>. Acesso em: 19 fev. 2022.

Mesmo diante de propósitos tão nobres para a educação, o rádio, nesse período, era elitista, característica que ainda é predominante em nosso tempo. A rápida transmissão dos conteúdos, nas diversas regiões do nosso país, também chamou a atenção dos governos, os quais entenderam a necessidade de controlar essa mídia. Essa percepção gerou uma necessidade governamental de regulamentar os serviços de radiodifusão, fato que mudaria profundamente o objetivo do serviço que passou a ser comercial.

Ao falarmos em reconfiguração do rádio, também estamos nos referindo ao processo de adaptação dessa mídia ao longo do tempo até a sua integração ao ciberespaço com as webs rádios e redes sociais. A partir de 2005 o sistema digital passou a ser uma realidade no Brasil e a utilização dessa tecnologia proporcionou o desenvolvimento de outras formas de transmissão, como o sistema *streaming*¹⁸, o que consequentemente levou a uma redução da burocracia e do valor para a transmissão e produção de conteúdo pelas camadas mais populares. Por meio do sistema *streaming*, qualquer pessoa com acesso à internet pode ter uma web rádio, estágio atual do processo de reconfiguração do rádio brasileiro.

Uma das características do nosso século é a convivência com milhares de rádios na web e web rádios espalhadas pelo mundo, principalmente por meio da internet. Um exemplo significativo dessa reconfiguração é a plataforma elaborada pelo Instituto Holandês de Imagem e Som, a Rádio Garden. Essa permite o acesso rápido e prático às rádios na web e web rádios de qualquer lugar do Planeta.

Figura 10 – Rádio Garden



Fonte: Rádio Garden.2021

¹⁸ *Streaming* é o nome dado à tecnologia que consegue transmitir dados por meio da internet sem a necessidade de baixar o conteúdo em um dispositivo. Os arquivos transmitidos com mais frequência envolvem imagem e áudio, sendo vídeos curtos, longos e músicas, porém, as opções são vastas, podendo incluir até mesmo textos e apresentações de slides (COSTA, 2020). Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/o-que-e-streaming/>. Acesso em: 24 ago.2021.

Desde a primeira transmissão oficial de radiodifusão, no Brasil, em 1922, nunca houve uma política democrática de concessões e nem uma legislação que realmente as controlasse a partir do interesse público. Até a promulgação da Constituição de 1988, a legislação que regulamenta as concessões de rádio e televisão atribuía ao presidente da República poder absoluto. A Constituição Brasileira promulgada em 1988, ao definir que as concessões e renovações devem passar pelo Congresso, mudou apenas formalmente essa política. Fica difícil imaginar os parlamentares votando contra si próprios ou seus colegas, já que está comprovado que uma parcela significativa do Legislativo federal possui emissoras de rádio ou TV (ROLDÃO, 2006, p. 2).

As condições econômicas e a burocracia governamental ainda impedem a democratização da prestação do serviço de radiodifusão no sistema *dial*. A população ouve o rádio, é receptora das informações, mas a produção de conteúdo fica sob a responsabilidade dos produtores, locutores, apresentadores e comunicadores, privando do público uma participação ativa na programação.

Neste processo de reconfiguração do rádio, precisamos destacar uma diferença importante entre as rádios na web e as webs rádios. Com o sistema digital, muitas rádios tradicionais transmitem a sua programação por meio da internet, sem que seja necessário deixar de transmitir no sistema analógico (AM/FM). Essas são as rádios na web que mantêm a sua programação em ambos os espaços.

A web rádio, diferente das rádios analógicas que têm a sua transmissão propagadas por ondas eletromagnéticas, têm um maior alcance, sendo difundida por meio de *streaming* e intermédio da internet, podendo ser acessada de qualquer lugar. Elas também se caracterizam principalmente por pertencerem ao ambiente virtual e estarem interconectadas pelas diversas mídias oferecidas no ciberespaço. Estes espaços ao se tornarem educacionais são excelentes para a construção de programas voltados para as relações étnico-raciais que precisam ser pautadas.

4.1 PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, É NECESSÁRIO SE APROPRIAR DO CIBERESPAÇO

Para compreendermos a necessidade da apropriação do ciberespaço por parte dos educadores antirracistas, é importante conhecermos o papel que cumpriram outros veículos de comunicação para essa temática e marcaram a resistência da negritude do nosso país, como no caso da imprensa negra. Um dos

exemplos foi o jornal *Homem de Cor*, que surgiu como bandeira de luta e denúncia do racismo:

“O Governo, sendo composto de brancos, não deveria ser obedecido pelas classes heterogêneas”. Assim declarava o jornal “O Homem de Cor” em sua primeira edição, de 1833. Junto com seus dizeres de alto teor político, nascia a chamada Imprensa Negra, cuja principal bandeira é a denúncia do racismo e a luta pela cidadania do negro no Brasil. Desde o século XIX, a Imprensa Negra cumpre esse papel. Data dos tempos da escravidão o texto negro pela emancipação (NETO, 2015, p. 85).

A imprensa negra atual faz parte principalmente do ciberespaço e vem cumprindo um papel informativo e decolonizante. Mas é necessário avançar na apropriação de outras mídias que também estão à disposição no ambiente virtual, como no caso das webs rádios, para a ampliação desse debate.

Alguns elementos potencializaram a constituição da imprensa negra no ciberespaço como: a burocratização do acesso aos equipamentos de transmissão, seja de radiodifusão ou TV, a dificuldade de manutenção dos jornais impressos devido à falta de recursos e à própria popularização da internet levaram a imprensa negra a buscar uma nova forma de propagação de conteúdos antirracistas. “Pode-se dizer que a revolução tecnológica e o maior acesso à internet e suas funcionalidades são elementos fundamentais para a democratização de espaços e “abertura do palanque” para pessoas que antes não tinham espaço nem voz” (O JORNALISMO, 2020, p. 3).

O rádio faz parte do ciberespaço e explorar essa mídia a partir da sua nova reconfiguração pode ser uma estratégia na luta por uma educação antirracista.

Os meios de comunicação pautam diariamente as discussões nos espaços educacionais, ditam comportamentos e interferem na postura política da nossa sociedade. Democratizar esse espaço é urgente para a luta dos educadores negros no Brasil. Do mesmo modo que é preciso proteger a diversidade das espécies para salvaguardar a biosfera, é preciso proteger a diversidade de fontes de informação e de meios de informação (imprensa e mídia) para salvaguardar a vida democrática (MORIN, 2011). Um verdadeiro alerta para a necessidade da diversidade de informações como suporte democrático. Logo, enquanto educadores precisamos estar inseridos nesses espaços, não somente pelo caráter informativo, mas sim educativo e antirracista.

Existe, entre as comunidades periféricas, entre os movimentos sociais e minorias, uma necessidade de produção de conteúdo, cujo objetivo esteja relacionado à quebra desse cerceamento para a formação da opinião pública. E o ciberespaço é como uma janela para o mundo que possibilita o rompimento de alguns paradigmas, estabelecidos verticalmente. “O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 2010, p. 17).

As oportunidades proporcionadas pelo ambiente virtual, caracterizado pelo ciberespaço, são “encantadoras”. A junção do áudio, da imagem, do texto, do hipertexto e do vídeo em um mesmo canal são verdadeiras portas abertas para os espaços educacionais que vislumbram a sua apropriação. No entanto, falar das tecnologias como salvadoras dos problemas sociais e do próprio racismo é um equívoco. Nesse sentido, é necessário trabalhar com possibilidades reais de intervenção social para a desconstrução do racismo estrutural com a consciência de que muito ainda precisa ser feito.

Outro elemento a destacar, além do perigo do deslumbramento tecnológico, da democratização das tecnologias e o isolamento escolar do ciberespaço, é a compreensão do próprio conceito de tecnologia.

A técnica, na qualidade de ato produtivo, dá origem a considerações teóricas que justificam a instituição de um setor do conhecimento, tomando-a por objeto e sobre ela edificando as reflexões sugeridas pela consciência que reflete criticamente o estado do processo objetivo, chegando ao nível da teorização. Há sem dúvida uma ciência da técnica, enquanto fato concreto e por isso objeto de indagação epistemológica. Tal ciência admite ser chamada de tecnologia (PINTO, 2005, p. 220).

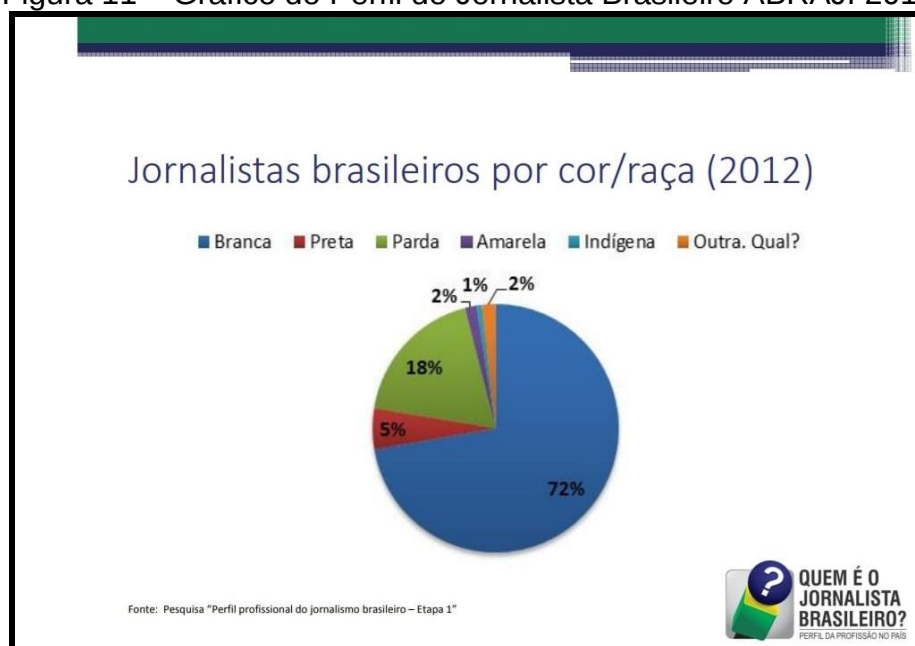
A compreensão de que existe uma ciência da técnica, que essa ciência é chamada tecnologia, abre um universo de indagações que fortalecem a teoria crítica da tecnologia proposta por Feenberg (2017). O complexo torna-se simples quando entendemos o processo de criação das tecnologias, os limites da técnica e a necessidade humana é que permite e viabiliza a sua produção. Estamos diante de uma nova alfabetização e a necessidade de familiarização com a literacia digital, tão característica na cibercultura, é uma realidade. Essa busca pelo conhecimento deve ser constante em todos os aspectos da vida em sociedade. Conforme (PINTO, 1991, p. 99), “posteriormente, a decomposição da palavra em seus elementos fonéticos e

a recomposição destes em outras palavras se faz sem nenhuma dificuldade e é um produto da criação intelectual do próprio educando (e não uma sugestão externa que lhe é imposta pelo professor)”.

O rompimento com a consciência ingênua passa pelo domínio das diferentes linguagens, o que para nós inclui o ciberespaço. O domínio da tecnologia criada coletivamente pela humanidade passa pela nossa atuação em todos os seus processos. A propriedade midiática tradicional está nas mãos dos donos do capital, e a monopolização desse espaço centraliza o poder político no nosso país. A realidade que predomina em nosso tempo é facilmente percebida a partir dos rostos brancos que estão à frente das câmeras ou atrás dos microfones. Nesse sentido, salientamos alguns pontos referentes à importância da construção de narrativas que interferem diretamente no nosso cotidiano, e isso inclui a importância da representatividade negra.

Conforme o último Perfil do Jornalista Brasileiro realizado em 2012 pela ABRAJI, “os profissionais pretos e pardos não chegam a um quarto do total de profissionais nas redações, enquanto representam mais da metade da população brasileira – cerca de 56%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

Figura 11 – Gráfico do Perfil do Jornalista Brasileiro ABRAJI 2012



Fonte: ABRAJI (2012).

A concentração das concessões de rádio e TV nas mãos da branquitude justifica a recorrência de “erros” /racismo, como este cometido pela Rede Globo. E somente foi “corrigido” após receberem críticas nas redes sociais. As imagens a seguir expõem o quanto a naturalização da exclusão negra nos espaços midiáticos é comum, mesmo quando se trata das suas próprias pautas:

Figura 12 – A naturalização do racismo nos meios de comunicação: Programa ‘Em Pauta’ foi alvo de polêmica após debater racismo com bancada formada apenas por jornalistas brancos



Fonte: Redação NSC (2020).

Figura 13 – Após “erro” da emissora Globo, um painel com jornalistas negros surpreende o Brasil



Fonte: Brenner (2020).

Na Figura 13, fica evidente o quanto a representatividade negra importa para a população negra, que desde sempre foi invisibilizada. Essa pauta racial, foi

discutida amplamente pelo mundo a partir do caso George Floyd¹⁹, e pode ser considerada um divisor de águas para a imprensa negra e não apenas para o Brasil, mas para o mundo. O debate permeou os bancos escolares e as rodas de conversas a partir do que foi apresentado pela mídia conservadora e pela mídia alternativa. Ignorar esses impactos provocados pela mídia no cotidiano da população brasileira é se abster da disputa pela manutenção das nossas pautas.

A partir do ciberespaço, a intervenção da população negra no cenário midiático é uma possibilidade. A quebra da hegemonia dos grandes monopólios e oligopólios da comunicação pela internet tornou o ciberespaço um terreno fértil para o avanço das minorias produtoras de conteúdo, e esses precisam se tornar ferramentas dos educadores antirracistas em processos educacionais.

4.2 A WEB RÁDIO: UM LUGAR DE FALA NA LUTA ANTIRRACISTA

O direito de fala, a redução do silenciamento e a invisibilidade da população negra passam, necessariamente, pela apropriação dos meios de comunicação. Neste sentido “a reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida” (RIBEIRO, 2017, p. 45).

Nós negros precisamos desses novos mecanismos para a realização de uma educação comprometida com a luta antirracista. A consolidação da identidade afro-brasileira e a valorização da ancestralidade africana passam, necessariamente, pela nossa composição identitária, a partir de uma representatividade étnico-racial, situação invisibilizada pela estrutura midiática do Brasil. A imagem do povo brasileiro veiculada pelos meios de comunicação tradicionais esconde a essência populacional que é negra. Nesse sentido, a identidade de alguém, de um “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento do “outro”, ou seja, a representação que o classifica socialmente (SODRÉ, 1999, p. 34).

A importância das referências negras nas diversas instituições, e isso inclui a apropriação dos espaços midiáticos, corrobora com a ampliação do conceito de

¹⁹ Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. Disponível em: <https://glo.bo/3JeWV9l>. Acesso em: 9 fev. 2022.

visibilidade. Não estamos falando da simples aparição do corpo negro, mas do que representa a constituição e as ações desta imagem na construção da identidade afro-brasileira.

Podemos observar, no ciberespaço, que alguns canais ou plataformas se dedicam a realizar uma programação de enfrentamento às ideologias que continuam sendo reforçadas pelo capitalismo²⁰. Outro exemplo foi a atuação conjunta das mídias alternativas publicadas pela revista *Brasil de Fato*, em 2018, às vésperas das eleições.

Meios de comunicação alternativos dos mais diversos perfis estiveram lado a lado para uma transmissão conjunta, em rede, durante 13 horas, em suas páginas no Facebook. Foram 16 as mídias que construíram essa ação, denominada “Mídias alternativas pela democracia”: Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice), Amigos da Terra Brasil, Anú – Laboratório de Jornalismo Social, Boca de Rua, Brasil de Fato RS, Coletivo Catarse, Comunicação Kuery, Esquerda Online, Jornal JÁ, Jornalismo B, Manifesto POA, Mídia Ninja, Nonada – Jornalismo Travessia, Rádio Comunitária A Voz do Morro, Rede Soberania e TV Nação Preta” (HAUBRICH, 2018, p. 4).

Figura 14 – Mídias alternativas unidas pela democracia em Porto Alegre, atuação conjunta reuniu 16 veículos de comunicação alternativa em 13 horas de transmissão



Fonte: Haubrich (2018).

Além da importância política, essa unidade foi muito promissora, nos dando a dimensão de uma possível aliança entre os diversos veículos de comunicação que se preocupam com uma intervenção social. A voz que parte das ruas, dos movimentos e das periferias com intenção de formar opinião contra a ordem racista, homofóbica, contra a intolerância religiosa, intolerância política, é também

²⁰ São exemplos desses processos o site <https://midianinja.org/>, o site <https://www.geledes.org.br/>, o site <https://almapreta.com/>, o site <https://esquerdaonline.com.br/>, entre muitos outros, que estão a serviço das camadas populares.

educativa e todas as mídias contemporâneas são importantes neste processo.

A web rádio é um modelo de radiofonia genuinamente digital, não mais acessado por um aparelho de rádio, mas pelo computador ou smartphone; não mais sintonizado por uma frequência no dial, mas por um endereço na internet; não mais explorado por uma concessão governamental, mas nascido a partir da livre iniciativa de seus proprietários; não mais de alcance geograficamente limitado, mas com abrangência universal (PRATA, 2013, p. 3).

As webs rádios representam um movimento intencional e, ao mesmo tempo, espontâneo pela democratização da comunicação. Prata afirma que elas nascem livres, fator imprescindível para o movimento negro e a própria luta por uma educação antirracista.

As webs rádios também rompem com um princípio de territorialidade ao possibilitarem o acesso a partir de um endereço a ser acessado. Essa particularidade permite a familiarização com as diferentes culturas, sejam elas nacionais, regionais ou internacionais, partindo de um aparato tecnológico relativamente simples. [...] “Sem falar na interação ouvinte-rádio que foi completamente transformada, tornando o ouvinte um integrante ativo e participativo nas emissoras (PRATA, 2013, p. 2).

No Brasil, a disseminação de web rádios evoluiu rapidamente. No dia 5 de outubro de 1998 entrou em funcionamento a Rádio Totem²¹, mas ainda encontramos dificuldade de acesso aos dados referentes ao número de web rádios no Brasil. Em Prata (2013), “os dados encontrados a partir do site Radios.com.br²², no dia 30 de maio de 2013, contavam, com os dados disponíveis de todas as emissoras, um total de 2.018”. O crescimento é visível ao observarmos o mesmo site em 2021, no dia 26 de agosto deste ano, portanto oito anos após a coleta dos dados apresentados no artigo *Panorama da web rádio no Brasil*, de Nair Prata. Foi encontrado, no mesmo site, o seguinte resultado: mostrando 1-22 páginas com um total de 26.771 web rádios cadastradas no site: Radios.com.br.

²¹ Aqui no Brasil, a web rádio só chegou três anos depois dos Estados Unidos. No dia cinco de outubro de 1998 entrou em funcionamento a Rádio Totem, a primeira emissora brasileira com existência apenas na internet, criada pelo empresário paulista Eduardo Oliva. Disponível em: PRATA. Nair. Panorama das web rádios no Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3s2BsuD>. Acesso em: 19 fev. 2022.

²² <https://www.radios.com.br/radio/pais/brasil/33>

Esse breve comparativo, além de demonstrar a multiplicação de web rádios no Brasil, também aponta a necessidade que surge das camadas mais populares em se comunicar.

As webs rádios têm instalação e atuação livre de controles jurídicos e concessões, e para funcionar necessitam de programas instalados no computador, que permitem programar, disponibilizar e produzir conteúdo radiofônicos alternativos entre playlists, programas jornalísticos, institucionais, educacionais, artísticos e culturais. Sempre destacando assuntos pouco explorados pelas rádios comerciais, com baixo custo para implantação e manutenção da emissora (FERREIRA; FREITAS, 2018, p. 10).

Além disso, faz-se necessário localizar o quanto ela vem se aliando aos processos educacionais em espaços formais de educação, como as universidades, ou informais como o caso da web rádio Santa Luzia²³ que fará parte do capítulo de análise.

As webs rádios se desenvolvem exclusivamente na internet, o que proporcionou um encontro muito fértil principalmente com as universidades. Em parte, pela infraestrutura oferecida no campus e pela compreensão intelectual sobre a necessidade de desenvolver processos educacionais entre os acadêmicos, ou pela ousadia e necessidade de grupos sociais engajados com a educação. Para exemplificar, elencamos brevemente algumas ações educacionais que vêm se desenvolvendo no país:

- **Projeto Rádio Escola:** Essa investigação teve o intuito de conhecer as possibilidades de implantação de mídias radiofônicas educativas e serviu de base para o entendimento das etapas necessárias à criação de uma web-rádio que, no contexto tecnológico atual, se apresenta como meio de comunicação de grande potencial didático-pedagógico. Faculdade de Educação da UEMG, em Belo Horizonte, 2013 (SILVA; CARVALHO, 2015).
- **O projeto Arapontoufsc- Um estudo de caso:** agregando todo o ferramental que a internet disponibiliza, além de suas múltiplas possibilidades, surgiu a web rádio ARAPONTOUFSC. Criada pelo Laboratório de Mídia e Conhecimento do Campus Araranguá da Universidade Federal Santa Catarina – UFSC, a partir de uma equipe formada por um professor orientador e estudantes bolsistas pertencentes ao curso de Tecnologias da Informação e

²³ <https://www.webradiosantaluzia.com/>

Comunicação – TIC, daquela Universidade. Visando proporcionar um novo canal de divulgação das atividades sociais, culturais, de extensão e científico-acadêmicas desenvolvidas pela Instituição e pela comunidade do Vale do Araranguá (OGLIARI; SOUZA, 2012).

- **UNESC Rádio:** como se não bastasse o conteúdo diário na televisão aberta e no YouTube, a Universidade passa a disponibilizar também uma web rádio. Transmitida pela internet, ao invés das ondas eletromagnéticas do rádio, a emissora UNESC Rádio chega para suprir, como um legítimo veículo da Eco Cria, a necessidade de oferecer uma linha própria de rádio, a exemplo do papel exercido pela UNESC TV. (UNESC, 2021).

Poderíamos trazer mais experiências da educomunicação que acontece no interior das universidades brasileiras, mas o que nos interessa é demonstrar o quanto essa mídia vem favorecendo o desenvolvimento de processos educacionais nos ambientes educacionais.

As habilidades de um educador também precisam estar aliadas a um compromisso político e de intervenção social. Essa relação tão próxima entre os espaços educacionais e os processos educacionais precisa estar fortalecida com políticas públicas e iniciativas governamentais comprometidas com a democratização da tecnologia e, conseqüentemente, da liberdade de expressão e o direito de fala das minorias. Nesse sentido, o projeto Imprensa Jovem é uma iniciativa vitoriosa que originou investimentos contínuos em educomunicação nas escolas de ensino infantil e fundamental do município de São Paulo.

Criado em 2005, a Imprensa Jovem é um projeto desenvolvido pelo Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de São Paulo. Atualmente, conta com aproximadamente 100 agências de notícias em funcionamento nas escolas de Ensino Infantil e Fundamental da capital paulista. Nelas, por meio da produção jornalística multimídia, cerca de 2,5 mil estudantes em mais de 150 projetos de agências de notícias são protagonistas na ampliação dos canais de comunicação entre a escola e a comunidade. Nesse processo de criação de pautas, pesquisa e edição de conteúdos, esses jovens desenvolvem, de maneira autônoma e colaborativa, suas habilidades críticas e criativas (RÁDIO, 2016, p. 1).

A participação ativa dos estudantes nos processos de produção e cooperação é excelente para a democratização dos espaços comunicativos, mas a participação dos professores é indispensável nos processos de mediação, planejamento e

realização. O professor educador é um verdadeiro coringa para o sucesso das atividades.

Figura 15 – Rádio Imprensa Jovem entrevista escritores na Bienal do Livro 2016



Fonte: Imprensa Jovem (RÁDIO, 2016).

Quando tratamos de assuntos como o racismo, cujo objetivo se enfrenta com as demandas dos donos do capital, as coisas são mais complexas. Estamos cientes de que a realidade do município de São Paulo muito nos anima, contudo, o estabelecimento de uma relação dialógica nem sempre é harmoniosa. Assumir a relação dialógica como essencial na constituição dos seres humanos não significa imaginá-la sempre harmoniosa, consensual e desprovida de conflitos (GERALDI, 2003). Esse vasto campo de possibilidades que se estabelecem por meio da educomunicação é um caminho sem volta para a plena cidadania e democratização da comunicação em todos os espaços educacionais.

4.3 CIBERCULTURA: AS REDES SOCIAIS COMO ESPAÇOS DE INTERAÇÃO NOS PROCESSOS EDUCOMUNICATIVOS

Ao falarmos em cultura digital ou cibercultura, somos remetidos a pensamentos mega tecnológicos como revolução digital, era digital, explosão digital, entre outros milhares de expressões que acabam assustando os que não nasceram em meio às tecnologias atuais. Isso pode nos levar à negação de experiências fantásticas que podemos realizar por meio dos processos educacionais e do uso das mídias que fazem parte do ciberespaço. Conhecer, estar aberto a essa proposta, passa por entender o conceito de cibercultura, termo que optamos por utilizar nesta pesquisa.

Para Lévy (2010, p. 132),

A cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração.

Como afirma o autor, estamos falando das novas relações sociais que se estabeleceram para a nossa sociedade. Relações sociais essas que não são limitadas a territórios, aos Estados-nação ou aos limites impostos pelo imperialismo. Nesse âmbito, é necessário um olhar crítico que identifique também o papel que cumpre essa cibercultura para o mercado e para a cultura de massas.

Mesmo em condições desiguais, a necessidade nos faz disputar espaços que pertencem hegemonicamente à burguesia ou donos do capital. E não houve na história momento tão propício para uma revanche, como afirma Santos (2002, p. 145), [...] “os símbolos ‘de baixo’, produtos da cultura popular, são portadores da verdade da existência e reveladores do próprio movimento da sociedade. É a partir de premissas como essas que se pode pensar uma reemergência das massas”.

A nossa discussão sobre o papel das redes sociais nos processos de interação educacionais nas webs rádios parte dessa perspectiva. Estamos cientes de que grandes grupos controlam as plataformas como o *Facebook*, *Whatsapp*, *YouTube*, etc., no entanto, compreendemos ser possível desempenhar

um trabalho progressivo a partir dessas redes sociais, já que o seu controle é mais difícil do que nas mídias tradicionais.

Mas há também, e felizmente a possibilidade, cada vez mais frequente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso de instrumentos que na origem são próprios da cultura de massas. Nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso do “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias (SANTOS, 2002, p. 144).

Entre os elementos que nos levam a considerar o importante papel das redes sociais na cibercultura está a predileção dos jovens por essa forma de relacionamento, pela facilidade de interação entre os professores, principalmente com a influência da pandemia. “Ao ter um perfil no Facebook, Twitter ou em outra rede, ali passa a se localizar uma representação do ator social, desempenhando na internet uma expressão pessoal marcada por elementos identitários e apresentação de si” (RECUERO, 2009). Também podemos dizer que as “redes sociais são o meio onde as pessoas se reúnem por afinidades e com objetivos em comum, sem barreiras geográficas e fazendo conexões com dezenas, centenas e milhares de pessoas conhecidas ou não” (MONTEIRO, 2015, p. 18). Hoje elas já estão enraizadas no cotidiano das pessoas, milhares de atividades são desenvolvidas no mundo a partir de aplicativos de mensagens, aulas, cursos e com as rádios e web rádios não é diferente.

É evidente que um olhar crítico também se faz necessário quanto ao uso excessivo das redes sociais, principalmente pelos adolescentes e jovens. Os dados apontados pelo IBGE demonstram essa necessidade no Brasil e esse crescimento também precisa de um olhar cuidadoso dos educadores. Segundo pesquisa realizada pelo Pnad Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

O Brasil fechou 2016 com 116 milhões de pessoas conectadas à internet, o equivalente a 64,7% da população com idade acima de 10 anos. Com relação ao uso, a pesquisa apontou que o celular continua a ser o principal aparelho para acessar a internet no Brasil. Em 2016, o aparelho eletrônico era usado por 94,6% dos internautas, à frente de computadores (63,7%), tablets (16,4%) e televisões (11,3%). Segundo o IBGE, 77,1% dos brasileiros possuíam algum celular. A Pnad Contínua também levantou as finalidades com que os brasileiros navegam na internet ou usam serviços conectados. A principal ação nestas atividades, apontada por 94,6% dos internautas, é trocar mensagens (de texto, voz ou imagens) por aplicativos

de bate-papo. Assistir vídeos (programas, séries e filmes) foi apontado por 76,4% dos brasileiros conectados e superou as conversas por chamadas de voz ou vídeo, indicadas por 73,3% (PNAD, 2018).

Sendo assim, nossos próximos passos devem refletir a abrangência das redes sociais na vida dos educandos e o quanto podemos utilizar desse interesse, em prol de uma educação questionadora, produtora de conteúdo e de uma comunicação atrelada aos interesses das camadas mais populares.

Colocar a luta antirracista na ordem do dia a partir do ciberespaço e das mídias que esse disponibiliza a serviço das comunidades das periferias é urgente. Estamos diante de um novo momento e toda novidade exige muita dedicação, estudo, reflexão e análise crítica, independente do instrumento utilizado.

5 AÇÃO EDUCOMUNICATIVA E A LUTA ANTIRRACISTA DE DOCENTES NEGROS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA *PROTAGONISTAS SEM FRONTEIRAS*

Neste espaço, contextualizaremos o programa *Protagonistas Sem Fronteiras* enquanto ação educ comunicativa e antirracista. Optamos por dividi-lo em três momentos: o primeiro traz um breve histórico do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* sob o olhar da idealizadora e apresentadora Cintia dos Santos; o segundo momento trata do diagnóstico sobre o funcionamento do programa e a constituição de um ecossistema educ comunicativo; e no terceiro apresenta-se a análise dos programas, seguida da tabela relacional das categorias e as respectivas considerações.

5.1 BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA *PROTAGONISTAS SEM FRONTEIRAS* SOB O OLHAR DA IDEALIZADORA

Durante o desenvolvimento da pesquisa, observou-se uma forte ligação entre o rádio e a educação, sendo nesta perspectiva que se desenvolve a ação educ comunicativa antirracista do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, transmitido pela web rádio Santa Luzia. Esse projeto foi idealizado pela professora Cintia dos Santos, a partir do convite recebido de um entusiasta do rádio amador para a apresentação de um programa na sua rádio em 2018. O convite foi aceito e impulsionado pelas angústias oriundas das suas experiências com a comunicação que perpassou seu caminho a partir do movimento sindical, além da ausência de espaços na área da comunicação para a luta antirracista que influenciou na sua tomada de decisão. Além disso, a possibilidade de elaborar um projeto cujo objetivo estaria voltado para a educação das relações étnico-raciais definiu os rumos do seu projeto.

Figura 16 – Primeiros contatos com a tecnologia de transmissão (2018)



Fonte: Página do Facebook – Cintia Santos/Programa Protagonistas Sem Fronteiras em 25/04/2018.

O programa *Protagonistas*, nome inicial, foi elaborado e pensado para o perfil popular e periférico, sem pretensões de grandes audiências, mas comprometido com uma região específica da cidade de Criciúma: a região da grande Santa Luzia, devido às limitações de alcance da própria rádio. Esse problema do radioamador no Brasil passa por diversas questões, entre elas podemos citar a infraestrutura, a burocracia e o controle ideológico da opinião pública. Para a Associação Brasileira de Rádio e TV,

Para ser executado, todo serviço de radiodifusão precisa antes ser outorgado pelo Ministério das Comunicações e depois autorizado a fazer o uso do espectro radioelétrico, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Só assim a rádio estará apta a funcionar de forma legal. De outro modo, estará exercendo atividades de forma ilícita, ao não pagar as taxas pertinentes a este tipo de serviço, cometendo assim crime de ordem fazendária, ao desenvolver atividade clandestina e utilizar o espectro radioelétrico sem autorização (ABERT, 2010).

A monopolização da prestação do serviço concentra, conseqüentemente, além da transmissão, o conteúdo ideológico da comunicação que não é neutra. As grandes corporações estão a serviço do imperialismo, da concentração da riqueza e da manutenção dos privilégios da branquitude. A democratização do acesso à comunicação e a liberdade de expressão passam pela revisão dessa legislação que engessa a mobilização popular, principalmente por meio das rádios amadoras. A preocupação também está focada na manutenção dos lucros dos proprietários das concessões, pois

A remuneração do rádio difusor é a publicidade que ele veicula. Entretanto, algumas rádios não comerciais, como as comunitárias e educativas, veiculam publicidade, contrariando a legislação que proíbe este tipo de rádio a captar recursos e assim acabam prejudicando e lesando todo o sistema legalizado que emprega e paga imposto” (ABERT, 2010).

Diante de todas essas dificuldades, o primeiro programa foi ao ar no Dia do Trabalhador, em 1º de maio de 2018. O primeiro tema abordado foi sobre a Rede de Afroempreendedores do Sul de Santa Catarina (Rede AFROEM), e contou com a participação de Ivan Ribeiro, idealizador da Rede e dos afroempreendedores Fernando dos Santos Dias e Gislaine Rosalino dos Santos Dias, da *Dias Eventos*. A preparação e a construção do primeiro roteiro do programa foram totalmente empíricas, cujo objetivo era levar ao conhecimento da comunidade negra a existência da rede afroempreendedora, e o seu potencial, no Dia do Trabalhador.

Figura 17 – Primeiro Programa Protagonistas transmitido ao vivo pelo rádio amador em 1º de maio de 2018



Fonte: Página do Facebook – Cintia Santos/ Programa Protagonistas Sem Fronteiras dia 05/02/2018.

Consciente da situação irregular da rádio amadora, a idealizadora buscou alguns suportes para registrá-la como comunitária. Entre as pessoas que procurou, destacam-se as coordenadoras Karina Woehl de Farias e Marli Vitali do Curso de Jornalismo da Educação e filantropia na Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC), contando com a mediação do Professor Alex Sander da Silva, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). A iniciativa não teve sucesso, pois constataram que o caminho para registrar uma rádio comunitária é extremamente burocrático.

O programa *Protagonistas* seguiu no rádio amador por aproximadamente 6 meses, chegando ao modelo das web rádios somente em 2019. Com a ajuda de Filipe Cardoso²⁴, um técnico experiente em web rádio, nasceu a web rádio Santa Luzia. A partir daí o programa passou a se chamar *Protagonistas Sem Fronteiras*, entendendo que o seu alcance é mundial. A web rádio Santa Luzia é, desde o princípio, um projeto de comunicação alternativa pensado para a educação, para os movimentos sociais, é democrático e coletivo. A rádio é totalmente transmitida pela internet, através do site <https://www.webradiosantaluzia.com/>.

Durante os anos de 2019 e 2020, a web rádio contou com uma equipe de colunistas voluntários, que ajudavam a manter o site atualizado. Eram profissionais da área da educação, psicólogos e cronistas. Em 2021, com a troca do prestador de serviço de *streaming*, a atualização do site encontra-se na incubadora de ideias pela falta de tempo.

Figura 18 – Site da web rádio Santa Luzia na internet



Fonte: Web Rádio Santa Luzia (<https://www.webradiosantaluzia.com/>). Acesso em: 14 fev. 2022.

Com a transmissão via internet, novas exigências passaram a fazer parte do cotidiano da idealizadora, que passou a entender a necessidade de uma participação mais coletiva na construção das pautas, na intervenção do ouvinte durante o programa. Com as aulas de educação e comunicação na UDESC, passou

²⁴ Registro sobre a importância de Filipe Cardoso nesse processo. Em 2019, ele fecha a sua web rádio e passa a fazer parte da web rádio Santa Luzia. Atualmente é o responsável técnico.

a fazer uma divulgação mais direcionada para os grupos de WhatsApp do movimento negro, na sua maioria constituídos por educadores. Alguns exemplos são o grupo do *Coletivo Chega de Racismo* e, mais recentemente, o grupo *Kizomba do Conhecimento*, além do *Comunidade Negra Criciúma* no Facebook. “A educomunicação – enquanto teia de relações (ecossistema) inclusivas, democráticas, midiáticas e criativas – não emerge espontaneamente num dado ambiente. Precisa ser construída intencionalmente” (SOARES, 2017, p. 496). O conhecimento empírico, fruto da participação ativa nos movimentos sociais, passou, com o mestrado, a ser elaborado pelo conceito de educomunicação.

[...] a chamada “educação radiofônica” será entendida aqui em um sentido amplo: não só as emissões especializadas destinadas à alfabetização e difusão de conhecimentos básicos – cujas utilidade e necessidade não se questionam – mas também aquelas que buscam a transmissão de valores, a promoção humana, o desenvolvimento integral do homem e da comunidade; aquelas que se propõem elevar o nível de consciência, estimular a reflexão e converter cada homem em agente ativo da transformação do seu meio natural, econômico e social (KAPLÚN, 2017, p. 22).

O programa *Protagonistas Sem Fronteiras* é uma oportunidade para o público periférico, para professores e ouvintes em geral terem acesso a um conteúdo educacional e antirracista, extrapolando os espaços formais de educação como a escola. O desenvolvimento humano passa pela compreensão da diversidade étnico-racial, do respeito mútuo e pelas abordagens antirracistas em todos os espaços educacionais.

Os primeiros programas foram perdidos, não estão no acervo da web rádio por falta de conhecimento técnico e estrutura tecnológica daquele período. Eles passaram a ser gravados em 2019, mas uma grande parte também foi perdida devido à situação precária do computador utilizado. O principal desafio continua sendo a falta de infraestrutura e a dificuldade financeira que se intensificou com a pandemia da Covid-19, colocando em risco a manutenção do projeto. Com muito esforço, vaquinhas online, rifas, contribuições espontâneas, hoje o programa é apresentado num estúdio simples, mas com um ambiente acolhedor e o espaço também está à disposição para exposições artísticas e visitação de estudantes.

Figura 19 – Estúdio com a participação do Edsoul Amaral, Educador Social e colunista da NSC pela plataforma Google Meet



Fonte: Instagram @protagonistas_cintiaoficial em 11/12/21.

Além da abordagem das práticas pedagógicas antirracistas, o programa está com um novo ecossistema educacional em construção, envolvendo os Núcleos de Pesquisa Afro-brasileiro e Indígena da UDESC e Unesc, intitulado: NEABs – Nossos Quilombos nas Universidades. O programa também possibilitou a inserção da web rádio Santa Luzia pelo edital de extensão *Território Paulo Freire* da Unesc, intitulado *Plataformas Digitais e Colaboração Cidadã na Web Rádio Santa Luzia*. A ação extensionista envolve a escola de ensino fundamental Amaro João Batista, a Unidade Básica de Saúde e a web rádio Santa Luzia, todos se localizam na comunidade de Nova Esperança, na grande Santa Luzia. Além do *Protagonistas Sem Fronteiras*, que é transmitido ao vivo pelo site, todos os sábados às 10h30, o programa também está disponível no seu canal do YouTube, *Protagonistas Sem Fronteiras* (<https://youtu.be/w-UBvtEy1cg>).

A educomunicação é uma área do conhecimento que apresenta na sua organização sete áreas de intervenção social. Como vimos no terceiro capítulo desta dissertação, ela se caracterizava a partir de um campo de atuação. Dessa forma, para analisarmos o programa *Protagonistas Sem Fronteiras* enquanto uma ação educacional antirracista, é necessário identificar as áreas de intervenção social que mais se identificam com a nossa pesquisa e como se constitui o seu ecossistema educacional.

A construção desse novo “ecossistema” requer, portanto, uma racionalidade estruturante: exige clareza conceitual, planejamento, acompanhamento e

avaliação. No caso, demanda, sobretudo, uma pedagogia específica para sua própria disseminação, uma pedagogia de projetos voltada para a dialogicidade educacional, em condições de prever formação teórica e prática para que as novas gerações tenham condições não apenas de ler criticamente o mundo dos meios de comunicação, mas, também, de promover as próprias formas de expressão a partir da tradição latino-americana, construindo espaços de cidadania pelo uso comunitário e participativo dos recursos da comunicação e da informação (SOARES, 2017, p. 506).

O educador organiza esse processo interativo, sendo assim, demonstraremos a preparação para a realização do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*.

É para criar e desenvolver ecossistemas comunicativos que o educador trabalha, qualificando suas ações como: a) inclusivas (nenhum membro da comunidade pode sentir-se fora do processo); b) democráticas (reconhecendo fundamentalmente a igualdade radical entre as pessoas envolvidas); c) midiáticas (valorizando as mediações possibilitadas pelos recursos da informação) (SOARES, 2017, p. 490).

5.2 PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA *PROTAGONISTAS SEM FRONTEIRAS*

O processo de organização e elaboração dos programas acontece com pelo menos uma semana de antecedência, passando pela escolha das pautas, seleção dos participantes e produção. Os temas pautados não são padronizados, ou seja, não seguem um ritual e procuram estar conectados às relações étnico-raciais, em especial nas práticas pedagógicas antirracistas protagonizadas por mulheres negras. Algumas pautas são inspiradas pela relevância dos projetos ou trabalhos realizados de conhecimento da apresentadora, postagens de seguidores nas redes sociais ou afinidade com os convidados, por sugestão de ouvintes, entre outros. Na sequência, é feito o contato com os convidados e a apresentação do tema a ser abordado; nos casos de sugestões de pautas, o convidado já é indicado; a produção é elaborada pela apresentadora, que pensa na condução do programa, intervalos, músicas²⁵ inserções de apoiadores culturais²⁶, ou apoio social²⁷ da web rádio Santa

²⁵ As músicas são na maioria dos gêneros samba e pop rock, de cantoras e cantores negros, ou clássicos da música popular brasileira.

²⁶ Os apoiadores culturais contribuem financeiramente, de forma voluntária, para o andamento do projeto web rádio Santa Luzia.

Luzia, com o objetivo de tornar o programa agradável, sem o formato engessado²⁸ de entrevista. Além disso, a linguagem utilizada é pensada num contexto popular, mas sempre preservando a qualidade dos conteúdos abordados. O público-alvo é constituído prioritariamente por professores e a transmissão é aberta a todos. A divulgação dos programas ocorre nas redes sociais do programa e da web rádio Santa Luzia, como o Facebook, Instagram e TikTok. Os *cards* para a divulgação são elaborados pela apresentadora com fotos dos participantes, pauta, dia e horário, e postados com pelo menos uma semana de antecedência. Em algumas datas comemorativas, opta-se pela padronização dos *cards*, demonstrando a sequência da temática abordada.

Figura 20 – Divulgação da participação da Diretora Geral do CEAD/UDESC, a Dra. Vera Marques; da Coordenadora do NEAB/UNESC, da professora Mestra Normélia Lalau e da professora pedagoga Maria Estela Costa, da ONG das Mulheres Negras Maria Maura Vicência (MUMNV)



Fonte: Instagram @protagonistas_cintiaoficial

O planejamento do programa gera uma rede de conexões interativas e colaborativas na web rádio Santa Luzia. Esse processo ocasiona a participação de diversas pessoas e mobiliza a comunidade negra, principalmente por meio das redes sociais. A apresentação do programa é o momento mais rico, mas não expõe

²⁷ O programa *Protagonistas Sem Fronteiras* apoia, por meio da divulgação, os trabalhos realizados por entidades e projetos sociais, como: a Casa Guido, voltada para o atendimento de crianças com câncer; Projeto ADINKRAS de combate à violência doméstica; Semeadores de Cristo, voltado para a recuperação de dependentes químicos; Coletivo Chega de Racismo etc.

²⁸ O programa *Protagonistas Sem Fronteiras* pretende, por meio do entretenimento (músicas), promover uma suavidade diante das pautas que geralmente abordam temas pesados, como o racismo, violência doméstica etc.

todo o seu processo de construção, que exige tempo, disposição e comprometimento para alcançar os seus objetivos educacionais.

Com esse diagnóstico estrutural do Programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, conseguimos identificar as áreas de intervenção social da educação que mais se aproximaram deste projeto. Destacamos a área de produção midiática, que visa “produzir conteúdo midiático com intencionalidade educativa” e “a área da Gestão da Comunicação que visa ‘implantar e otimizar fluxos de comunicação em ecossistemas comunicativos’” (ALMEIDA, 2016, p. 16). Isso não significa dizer que as outras áreas de intervenção da educação não são consideradas, pois estão interligadas. Além disso, o programa é entendido a partir de um processo dialógico, educativo, antirracista e multiparticipativo que transita inclusive nos temas transversais.

O programa *Protagonistas Sem Fronteiras* apresenta uma forte ligação com o ambiente formal de educação. Conforme Sartori (2021, p. 73),

com o desenvolvimento das tecnologias digitais e o atravessamento da sociedade pela cultura digital, pelas possibilidades de comunicação e conectividade que trazem, faz sentido pensar nas contribuições ou nas relações intrínsecas que trazem para a educação.

Ou seja, o programa está intimamente ligado ao espaço escolar por meio da participação dos professores, que abordam as suas experiências em sala de aula, a partir do ciberespaço. O professor participante tem a oportunidade de compartilhar o seu conhecimento e se sentir parte dessa experimentação virtual como um elemento educador. Esse processo de interação possibilita ao educador a utilização dos recursos digitais a partir de uma perspectiva que vai além da instrumentalização. Ao se ver protagonista da sua própria história, o professor negro também incentiva a participação ativa de outros professores no programa e estimula a valorização das práticas pedagógicas antirracistas para que mais professores, educadores sociais e simpatizantes se apropriem dessas práticas no seu cotidiano, impactando diretamente sua própria autoestima.

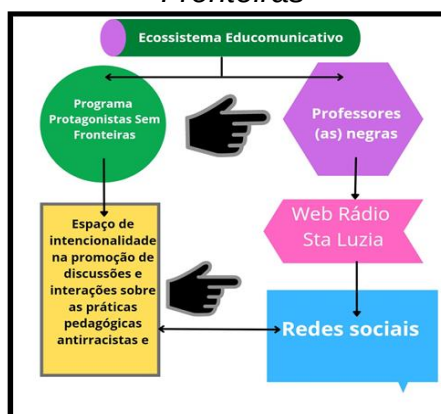
O professor não negro que participa do programa com a temática antirracista incentiva a reflexão sobre a importância da ampliação dessa discussão com a branquitude e da compreensão de que somente em conjunto o combate ao racismo pode ser efetivo.

Com a pandemia da Covid-19, o programa também precisou se reinventar, deixando de acontecer somente com os participantes no estúdio. As participações passaram a ser mediadas por outras tecnologias, como a utilização de aplicativos de reuniões síncronas ou gravações assíncronas e pela rede social WhatsApp. Mesmo estando inserida no ciberespaço, a familiarização com alguns recursos foi antecipada pela pandemia, sendo necessário um tempo de adaptação para dominar as novas plataformas de comunicação frente ao isolamento social. Como afirma a Sartori (2021, p. 3),

Profissionais das mais variadas áreas passaram a realizar seu trabalho em casa por meio da internet, intensificando a prática do teletrabalho. Nesse processo, rotinas e práticas foram reinventadas. Houve quem tentasse evitar, mas, mais cedo ou mais tarde, participou de uma “live” para discutir algum tema relativo ao seu ofício e, certamente, assistiu a muitas delas uma vez que esse se tornou o formato mais comum de debate, de apresentação e de interação. Dispositivos móveis, como o tablet e o smartphone, passaram a desempenhar papel importante na rotina hospitalar durante a pandemia na busca por colocar doentes e familiares em contato. Famílias passaram a usar intensamente aplicativos de comunicação para a circulação de seus afetos e atualização das informações.

Realidade significativa para o programa *Protagonistas*, essa mudança imposta pela pandemia também possibilitou a abertura de outros canais de comunicação com ouvintes, a exemplo do YouTube, que também passa a fazer parte dessa rede de conexões. Esse ecossistema educacional antirracista do Programa *Protagonistas sem Fronteiras* abrange o ciberespaço, a web rádio Santa Luzia e os professores negros como principais agentes interativos, representados na figura abaixo.

Figura 21 – Ecossistema educacional do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*



Fonte: elaborado pela autora.

O programa *Protagonistas Sem Fronteiras* é o elo de conexão entre todos os envolvidos, incluindo os ouvintes. Conforme Soares (2011, p. 44), o ecossistema educacional persegue o “ideal de relações, construído coletivamente em dado espaço, em decorrência de uma decisão estratégica de favorecer o diálogo social, considerando, inclusive, as potencialidades dos meios de comunicação e de suas tecnologias”. A interação acontece desde o primeiro contato para a elaboração do programa, que está sujeito às críticas e às contribuições dos participantes. A idealizadora e apresentadora cumpre um papel de gerenciamento entre a organização, planejamento e participação dos convidados, provocando esse professor ou professora a pensar na sua prática pedagógica antirracista em sala de aula, de forma didática para a compreensão do ouvinte. Também estimula a participação externa, publicando fotos nas redes sociais, inclusive sobre fatos relacionados a outras pautas antirracistas, interagindo com os grupos de WhatsApp para provocar o ouvinte de forma simultânea. No ecossistema do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, fazem parte, além dos professores, militantes do movimento negro, ativistas ambientais, coordenadores de projetos sociais, lideranças comunitárias e ouvintes que estão envolvidos na luta direta. Mas o foco da atuação é a valorização daquilo que está sendo realizado pelos professores na luta antirracista.

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu (FREIRE, 1987, p. 50).

Com isso, entendemos que o programa *Protagonistas Sem Fronteiras* se preocupa desde a sua formação com o compartilhamento dos diferentes saberes dos participantes, por meio de uma ação educacional e antirracista, num processo coletivo, democrático e colaborativo.

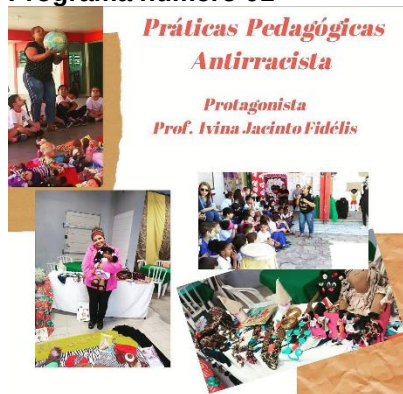
5.3 PROGRAMA 01: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O tema abordado no Programa 01 girou em torno das metodologias antirracistas aplicadas pela professora Ivina Jacinto Fidelis em sala de aula, e a sua intervenção antirracista nas reuniões pedagógicas, participações em eventos sobre a temática afro-brasileira, cultura, confecção de bonecas e personagens negros para a contação de histórias. O convite feito à professora Ivina partiu de uma publicação do movimento negro, a Entidade Negra Bastiana (ENEB), nas redes sociais sobre o relevante trabalho realizado pela professora, o qual despertou o interesse da apresentadora, que vislumbrou a necessidade de socializar esse trabalho para além dos muros escolares.

Este programa está dividido em três blocos: a apresentação da professora Ivina, que expressa o racismo estrutural na sua constituição enquanto mulher negra, professora e atuante na luta antirracista em sala de aula. No segundo bloco, que consideramos central, destaca-se a prática pedagógica antirracista na educação infantil e nas séries iniciais. No terceiro bloco, a importância do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* nesse contexto.

Quadro 3 – Apresentação geral do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* – 01

Programa número 01



**Práticas Pedagógicas
Antirracista**

**Protagonista
Prof. Ivina Jacinto Fidelis**

Tema: Práticas Pedagógicas Antirracistas na Educação Infantil

Data: 17/08/19

Tempo: 1h e 24 minutos

Convidada: Professora Ivina Jacinto Fidelis, pedagoga na educação infantil e séries iniciais da rede municipal de Criciúma/SC. Ex-militante do *Coletivo Chega de Racismo*.

* Apresentação disponibilizada pela participante.

Gravação depositada no repositório/drive de Cintia dos Santos (acesso privado).

Foto divulgação: Instagram @protagonistas_cintiaoficial

Fonte: elaborado pela autora.

O programa inicia com a apresentação de um texto da filósofa Djamila Ribeiro, sobre o que é ser antirracista, introduzindo o tema tratado. A pedido da apresentadora, a convidada fala sobre a sua trajetória na luta antirracista, e do seu trabalho em sala de aula.

IVINA – *As pessoas me conhecem e a Cintia também, nós fomos assim, trabalhamos muito junto na luta do Coletivo Chega de Racismo e é enfrentamento sim. Estou trabalhando no meu chão de sala, de outra forma, para que os movimentos sociais não tenham tanto trabalho, porque o meu aluno vai saber se defender e não vai ter tanta, tanta desigualdade. **Se eu fizer a minha parte na sala de aula, o meu aluno não vai precisar e esses movimentos negros não vão ter tanto trabalho. O meu aluno vai saber se defender.***

As angústias para tentar amenizar o trabalho do movimento negro, e a sua tomada de decisão em permanecer somente no chão de sala com a prática pedagógica antirracista, são evidências do peso que é atuar em diversas frentes. Essa característica é comum entre as mulheres negras que, além da jornada dupla, estão à frente do movimento negro, que pela alta demanda sobrecarrega as militantes. Quando falamos de racismo estrutural, estamos nos referindo a esse cotidiano da população negra que, para enfrentar as agressões racistas naturalizadas pela sociedade brasileira, precisa fazer parte de organizações e movimentos antirracistas. No entanto, o querer fazer mais a coloca numa situação contraditória entre a luta no movimento negro ou a sala de aula. Entendo que ambos fazem parte da militância negra, principalmente as mulheres, o que os difere é a frente de atuação.

Destacamos em negrito a argumentação da professora e o seu olhar diferenciado para o aluno negro desde a educação infantil. Ela ressalta a importância do papel da escola na formação do ser humano e a necessidade de outra história a ser contada para as crianças. Essa preocupação reflete o quanto os primeiros anos escolares são importantes no entendimento do racismo estrutural e a escola faz parte, reforçando estereótipos, a rejeição da identidade africana e afro-brasileira e oportunizando aos estudantes somente o ponto de vista do colonizador. Nesse sentido, a representatividade negra na figura do professor “serve para dismantlar as narrativas discriminatórias que sempre colocam minorias em locais de subalternidade” (ALMEIDA, 2018, p. 84). Mesmo que este professor negro não trabalhe numa postura antirracista, ocupa um papel diferenciado frente ao lugar que ocupa, frente à sua representatividade.

IVINA – *Eu trabalho muito com a dança, gosto de fazer a dança, não sei dançar, metida a dançar. Mas o que é difícil para gente enquanto pedagogo, enquanto agentes da educação fazer uma dança afro? Já vem com aquele estigma de que isso eu não quero, é macumba é feio. Eu sempre trago a história o porquê da roupa, o porquê do som, o porquê do movimento. Se a*

gente for pesquisar eu pesquiso junto com o meu aluno essa história. Então para eles, eles vestem a dança, eles vestem a roupa.

Na sua prática pedagógica antirracista, Ivina expôs algumas atividades desenvolvidas com os estudantes, demonstrando uma relação de afetividade e compromisso com a cultura negra, subjugada principalmente pela falta de conhecimento. Freire (1997, p. 47) afirma que “o educando se reconhece conhecendo os objetos, descobrindo que é capaz de conhecer, assistindo à imersão dos significados em cujo processo se vai tornando também significador crítico”. Esse conhecimento elaborado e produzido na sala de aula pela professora Ivina é construído coletivamente. Experiências ricas, compartilhadas com simplicidade, mas muito autênticas, de quem busca esse aprendizado continuamente. O programa é produzido no contexto da pedagogia libertadora, emancipatória, envolvendo as participantes e os ouvintes que já tiveram ou nunca tiveram contato com uma prática pedagógica antirracista. “Ensinar e aprender são assim momentos de um processo maior – o de conhecer, que implica reconhecer” (FREIRE, 1997, p. 65), além daqueles que desejam ampliar a sua atuação antirracista nos espaços educacionais não formais.

Outro componente do racismo estrutural, o papel da mídia manipuladora e fortalecedora da ideologia racista, também aparece no diálogo com a professora Ivina. Conforme Freire (1997, p. 51), “a manipulação contradiz, frontalmente, a afirmação do homem como sujeito, que só pode ser a de que, engajando-se na ação transformadora da realidade, opta e decide”.

IVINA – Eu fiz uma dança no ano passado com o 2º ano e foi difícil porque era sobre o Rei Leão. Era uma dança africana, mas tu vais trazer uma África pobre? Não! A minha África era linda, era brilho, era pluma, era riqueza... fazendo as crianças conhecerem a África, mas não a pobre? A mídia mostra uma África pobre tá, a África é o berço da humanidade. De que forma professora? E aí começamos tudo até a matemática. Daí a criança não bota mais uma saia ela bota uma capulana, vamos trabalhar o vocabulário africano que tanto é falado, mas a gente não sabe que é da África.

A imagem do continente pobre, marginalizado, o tráfico de drogas nas comunidades periféricas e a associação dos negros ao ruim, ao feio, é a imagem transmitida pelos meios de comunicação tradicionais. A desconstrução dessa realidade passa pelo estudo de que existe outro lado da história africana e do processo de escravização que ocorreu no Brasil. Essa socialização de outra

perspectiva em sala de aula, e em espaços educacionais como o programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, contribuem com o rompimento desse círculo vicioso. Com isso,

Partimos da premissa de que a educomunicação, conceito que – no entendimento do Núcleo de Comunicação e Educação da USP – designa um campo de ação emergente na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação, apresenta-se, hoje, como um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os segmentos (SOARES, 2017, p. 144).

A educomunicação antirracista se enfrenta com a imagem distorcida da população negra e o continente africano, apresentados pela mídia tradicional. O professor antirracista compreende a necessidade da ampliação dessa luta no cotidiano escolar e nos demais espaços educacionais, e essa ação precisa de uma atuação global de todos os sujeitos envolvidos nas comunidades escolares. A figura do professor negro como protagonista do processo é inestimável, mas o combate efetivo contra o racismo também precisa dos não negros. Essa coletividade é importante para a luta antirracista nos espaços educacionais. Valorizar as iniciativas da branquitude na busca pelo conhecimento afrodiaspórico é um passo fundamental para uma educação verdadeiramente libertadora. O aluno negro tem um comportamento diferente, fruto da sua inserção cultural, seja na periferia ou no seio familiar. Uma aproximação do professor negro com os colegas brancos nem sempre é fácil, mas corrobora com a ampliação das práticas pedagógicas antirracistas. E o professor não negro precisa dessa aproximação para não reproduzir situações no seu cotidiano escolar, criando estereótipos, apelidos e constrangimentos racistas. Eles são tão silenciados que desenvolvem um jeito próprio de ser. Como afirma a professora Ivina:

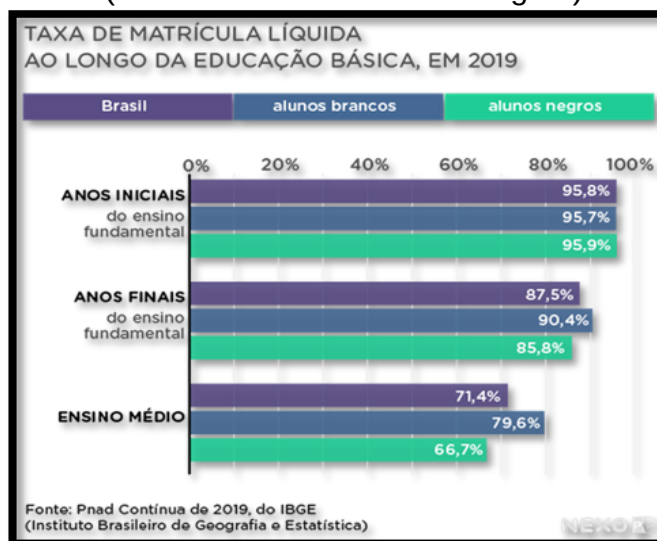
IVINA – *A Cintia sabe a minha dor. Eu sei a tua, mas a gente precisa dessa parceria do não negro para estar modificando. Porque assim, a gente sabe que não temos esse material, que é olhado para a gente diferente, mas a gente precisa de parceiros. Quando eu digo parceiros é esse professor não negro que vai para dentro de uma sala de aula, que prepare, que busque. Eu preciso de alguma coisa que tire esse meu aluno do anonimato, eu preciso despertar isso quando eu venho com a minha história africana, eu já vejo o meu aluno, ele fica diferente, ele cresce, ele se empodera daquela coisa, eu vivo em algum lugar, eu vim de algum lugar. Quando a gente fala de uma criança com cabelo crespo numa história, poucas histórias têm princesas de cabelo crespo. Então, por que não uma menina negra, uma princesa negra?*

Mesmo com a conquista da Lei nº 10.639/03, observa-se, na fala da professora, que o material pedagógico voltado para a representatividade negra ainda é escasso. Na alteração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira de 1996, não observamos em seus artigos uma punição pelo não cumprimento, ou um incentivo para os professores que colocam em prática a obrigatoriedade do ensino sobre história da África e cultura afro-brasileira. Nota-se que a redação da Lei não contempla essa questão: essa lacuna compromete significativamente a aplicação da lei, o Estado brasileiro, que é racista, não se empenha nas demandas da população negra. O racismo estrutural ainda predomina quando as intenções são positivas por parte da superestrutura, mesmo no caso da Lei, uma pressão do movimento negro. Após 19 anos de existência da Lei nº 10.639/03, é perceptível que a sua aplicação está ligada somente à boa vontade do professor.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. § 3º (VETADO); Art. 79-A. (VETADO); Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003).

O resultado de todo esse processo recai sobre a evasão escolar dos estudantes negros; o gráfico a seguir traz números recentes sobre a sua permanência na educação básica. Mas “o racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo. Reconhecer o caráter estrutural do racismo pode ser paralisante. Afinal, como enfrentar um monstro tão grande?” (RIBEIRO, 2017, p. 7). As equipes gestoras também são relevantes no processo antirracista das unidades escolares, elas podem proporcionar espaços de discussão nas reuniões pedagógicas. Como professora, percebo que essa não é uma regra geral. Nas escolas, nos deparamos com raros espaços de discussão sobre as relações étnico-raciais, concentrados nos meses de maio e mais fortemente no mês de novembro, em razão das datas comemorativas (Abolição da Escravatura e Dia Consciência Negra) que também são abordadas pela mídia tradicional.

Figura 22 – Taxa de Matrícula Líquida ao longo da Educação Básica, em 2019
(Alunos brancos e alunos negros)



Fonte: Nexo Jornal (2020).

Os dados acima demonstram a fragilidade da educação brasileira quando o critério é raça. Nota-se que a entrada dos estudantes lá no ensino fundamental tem pouca diferença entre negros e brancos, já nas séries seguintes o contingente de permanência na educação básica dos adolescentes e jovens negros começa a se distanciar. Neste contexto, fica evidente que a luta antirracista é importante em toda a trajetória da vida escolar. Ao abordarem essas discussões no programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, as participantes apontam a falta dessa pedagogia antirracista nos espaços educacionais, um dos fatores que levam os estudantes negros a não permanecerem na educação formal.

A professora Ivina também traz para a discussão a situação dos imigrantes haitianos nas escolas públicas da rede municipal de Criciúma. Além do racismo estrutural propriamente dito, destaca-se outra forma de discriminação racial vivenciada pelos estudantes negros e imigrantes: a xenofobia.

IVINA – *Eu recebi uma menina, a minha Benícia que veio do Haiti, e aí como é que eu recebo a Benícia? Recebi a Benícia e a Ivina foi para o Google tradutor, fui, eu estava falando crioulo e haitiano. Primeiramente a mãe da Benícia não fala o português, a Benícia faz um mês que está no Brasil, tem 8 anos. Com o Google tradutor fui descobrir o alfabeto para ver se ela sabia, pra poder me comunicar. Levei ao banheiro (banheiro/água), fiz um acolhimento com as crianças (gente a Benícia veio de um lugar lindo, fala 5 idiomas no mínimo, então as crianças acolheram) fui para a internet e descobri que ela sabe todo o alfabeto, que a Benícia sabe todos os números e a Benícia está lendo. Mas foi muito trabalho, se eu não estou na sala com alguns professores ela ainda não tem referência. Fui a primeira professora negra e a família foi me conhecer.*

Os imigrantes de origem haitiana ou africana enfrentam uma dupla discriminação: o racismo e a xenofobia.

Em 2010, o número de imigrantes haitianos no Brasil era de 595, saltando para quase 30.000 no ano de 2014. Segundo dados da Polícia Federal, cerca de 72.000 haitianos entraram em território brasileiro entre os anos de 2010 e 2015. Porém, uma parte deles saiu nesse mesmo período, resultando em aproximadamente 60.000 haitianos que permaneceram. Apesar de entrarem principalmente pelo estado do Acre, a maior parte dos imigrantes dispersou-se por todo o território brasileiro. A maioria dos haitianos fixou-se na Região Sul e Sudeste do país, possivelmente em busca de melhores oportunidades de emprego e boas condições de vida (SOUSA, 2021).

O destino dos haitianos que chegaram ao Brasil, se concentrou no Sul, incluindo o estado de Santa Catarina. Isso inviabiliza ignorar as condições enfrentadas pelos estudantes haitianos em nossas escolas. As práticas desenvolvidas pela professora apontam que existem recursos de integração para esses estudantes, mas é necessário ter iniciativa. Neste caso, o ciberespaço foi utilizado para incrementar a prática pedagógica antirracista da professora Ivina, a qual passa por um processo interativo entre professor e aluno.

A chegada de imigrantes africanos em Criciúma também foi intensa em 2014. A acolhida do movimento negro foi importante no primeiro momento para a inserção das famílias na cidade, mas a ausência de políticas públicas contribuiu com a evasão escolar desse público que enfrenta, além do racismo, a xenofobia.

No último bloco, a professora Ivina faz referência à importância do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* enquanto lugar de fala, interação e educomunicação antirracista.

IVINA – Primeiramente Cintia queria agradecer! É importante que a gente tenha esses espaços, porque as pessoas só nos conhecem quando a gente tem esses espaços para estar mostrando o nosso trabalho. Esse trabalho eu já faço a bastante tempo, mas faço no meu chão de sala. É o meu dia a dia, estou conhecendo uma nova paixão que são os bonecos, não coloco nas redes sociais, mas vou começar a colocar. Eu disse para a minha filha ainda hoje, eu vou começar a mostrar! Porque isso a gente faz e vai despertando o outro a fazer também, porque se eu faço o outro também pode. Então é muito importante! Eu gostaria muito de agradecer, se precisar estamos à disposição para vir, venho mesmo sem problemas tá! E a gente está aqui para contribuir e que as pessoas se encorajam, vão procurar, temos bastante material e é só começar a se apaixonar pela África, porque eu sou apaixonada e todo mundo se apaixona porque é um povo, um continente onde tem tudo, da matemática ao bem viver.

Essa acolhida ao Eu-Tua se dá a partir da troca de saberes entre ambas as participantes do programa numa condição de igualdade, sem uma hierarquia, mas a partir de um diálogo que transcende o espaço físico com a utilização da internet. Vale ressaltar que, neste momento da participação da professora Ivina no programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, ainda não existia por parte da apresentadora o conhecimento teórico sobre a educomunicação. Mas,

Diante de uma mídia que se sente livre para produzir e divulgar o que convém ao tipo de relação que mantém com o mercado, a educação se previne e cria programas de análise crítica das mensagens em circulação; por sua vez, a comunicação, desobrigada do ensino formal, não se furta em conduzir a formação de hábitos e valores de seus públicos, através do entretenimento e de uma publicidade especificamente dirigida ao segmento infanto-juvenil, em outras palavras, os campos da comunicação e da educação, simultaneamente e cada um a seu modo, educam e comunicam (SOARES, 2017, p. 195).

Quanto à questão antirracista do programa, a professora Ivina apresenta nos seus argumentos a importância de um espaço pensado para as questões étnico-raciais, no sentido de incentivar a realização das práticas pedagógicas antirracistas para outros, sejam eles professores ou não, em espaços formais de educação ou não. Conforme Ribeiro (2017, p. 8),

A questão é: o que você está fazendo ativamente para combater o racismo? Mesmo que uma pessoa pudesse se afirmar como não racista (o que é difícil, ou mesmo impossível, já que se trata de uma estrutura social enraizada), isso não seria suficiente – a inação contribui para perpetuar a opressão.

Nesse sentido, podemos compreender o programa *Protagonistas Sem Fronteiras* como uma ação educacional antirracista, quando oportuniza o direito à voz numa perspectiva crítica, frente à realidade imposta à população negra: o silenciamento. A pauta antirracista é entendida como uma ação de enfrentamento ao racismo estrutural que sufoca as periferias, em particular a negritude que é protagonista da sua própria história, situação visível na argumentação da professora, que destacamos em negrito.

Neste programa, não foram encontrados os registros de participações nas redes, sendo que nesse período não havia uma preocupação em armazenar esses conteúdos para o futuro.

5.4 PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO: DIREITOS HUMANOS E EPISTEMOLOGIAS NEGRAS EM MOVIMENTO: SABERES PARTILHADOS, FORMAÇÃO E LUTAS PELA CIDADANIA. PELO NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO E RAÇA DA UNESC (N.E.G.R.A)

O programa número 02 ocorreu em plena pandemia da Covid-19, cuja situação impedia o contato presencial. O WhatsApp foi o instrumento de mediação entre a apresentadora e as participantes. Nesse programa, a principal abordagem se concentra no feminismo negro, na importância do movimento negro para as lutas na academia e a importância dos projetos de extensão enquanto prática pedagógica antirracista, socializada no programa *Protagonistas Sem Fronteiras*. Nas categorias analisadas, destacamos o racismo estrutural sob o viés da exploração e discriminação da mulher negra, a educação antirracista que se constitui no projeto de extensão do N.E.G.R.A com o movimento negro e a articulação educomunicativa e antirracista do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* neste processo.

Quadro 4 – Apresentação geral do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* – 02

Programa número 02



Tema: Projeto de Pesquisa e Extensão: Direitos humanos e Epistemologias negras em movimento: Saberes partilhados, formação e lutas pela cidadania. Núcleo de Estudos de Gênero e Raça da Unesc (N.E.G.R.A)

Data: 09/05/2020

Duração: 2h e 25 minutos

Gravação depositada no repositório/drive de Cintia dos Santos (acesso privado).

Participantes: Profa. Dra. Fernanda Lima; Profa. graduada em História Iara Odila Nunes; **Acadêmicas:** Maria Eduarda D. Chagas e Tattiane Beretta

Foto divulgação/ Fonte: Instagram @protagonistas_cintiaoficial

Fonte: elaborado pela autora.

O tema abordado neste programa foi uma indicação de pauta de uma professora e membro do N.E.G.R.A. A iniciativa da professora revela uma intencionalidade das participantes do grupo de pesquisa em levar o tema do projeto ao *Protagonistas Sem Fronteiras*. A solicitação da professora também aponta que o programa é uma referência para a discussão da temática antirracista que ocorre nos

espaços educacionais. Além disso, constatamos uma preocupação maior da apresentadora com os ouvintes ao apresentar o tema a partir de um texto disponibilizado pelas convidadas. Associamos essa organização mais didática com as aproximações da apresentadora com a educomunicação no curso de mestrado.

A educomunicação fala de relacionamento, de liderança, diálogo social e protagonismo juvenil. Posiciona-se de forma crítica anti ao individualismo, a manipulação e a competição. A cidadania, vencendo a economia de mercado, é o que ela busca, transformando as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias em instrumentos de solidariedade e crescimento coletivo (SOARES, 2017, p. 1482).

A primeira participante foi a professora Fernanda Lima, que ao falar do N.E.G.R.A, abordou a importância do desenvolvimento de um projeto antirracista no ambiente universitário. Ela argumenta que o grupo de pesquisa está voltado principalmente para as demandas do feminismo negro interseccional, indicando a necessidade de um recorte de gênero e classe nesta estruturalidade. A mulher negra é uma sobrevivente no espaço acadêmico, considerando que a realidade enfrentada para a sua permanência na universidade é muito difícil.

FERNANDA – A proposta do grupo é discutir as relações raciais e como o racismo está estruturado na sociedade brasileira, mas segue inclusive moldando a condição de vida da população negra no Brasil enquanto estrutura. Porque a gente entende o racismo como estrutural e também temos a preocupação quanto às relações de gênero, pensando principalmente na condição das mulheres negras na sociedade e o quanto elas acabam sendo afetadas pelo racismo, pelo sexismo, pelo classismo. E aí a gente entende que existem opressões que são múltiplas.

As mulheres negras constituem a base da educação antirracista desde o seio familiar, são as principais agentes na aplicação das práticas pedagógicas antirracistas nas escolas e são a maioria das participantes do *Protagonistas Sem Fronteiras*. O ambiente universitário e os enfrentamentos dos acadêmicos negros são romantizados a ponto de a sociedade entender que as conquistas dessa população devem ser acompanhadas de muito sofrimento.

[...] casos de pessoas negras que enfrentam grandes dificuldades para obter um diploma ou passar em um concurso público são romantizados. Entretanto, ainda que seja bastante admirável que pessoas consigam superar grandes obstáculos, naturalizar essas violências e usá-las como exemplos que justifiquem estruturas desiguais é não só cruel, como também uma inversão de valores. Não deveria ser normal que, para conquistar um diploma, uma pessoa precise caminhar quinze quilômetros para chegar à

escola, estude com material didático achado no lixo ou que tenha que abrir mão de almoçar para pagar um transporte (RIBEIRO, 2017, p. 24).

Ao ser levado a público pelo *Protagonistas Sem Fronteiras*, o debate desperta uma reflexão nos participantes, sobre as fragilidades emocionais e estruturais das mulheres negras, invisibilizadas nos diversos espaços sociais. Essas violências variam desde a rotulagem de mulheres fortes, mulheres que sentem menos dores, número de estupros ou a própria condição de sofrimento para a aquisição de um diploma universitário como regra. “Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo, quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade” (SOUZA, 1983, p. 17).

O papel do movimento negro, como entidade educadora das questões étnico-raciais e das práticas pedagógicas antirracistas, fez parte do programa por meio da discussão feminista e interseccional tão necessária para as mulheres negras.

FERNANDA – O movimento interseccional que é cunhado pelas mulheres feministas negras. Ele tem dado algumas respostas para a gente inclusive fraturar a narrativa com o feminismo tradicional que se constitui como um feminismo branco e que muitas vezes ignora as demandas que vêm das mulheres negras. A gente vai perceber que no Brasil as mulheres negras em lutas coletivas se unem basicamente a partir da década de 80. Foram feitos vários movimentos de encontros de mulheres negras ao longo dessas décadas e hoje a gente tem vários coletivos que se juntam dentro de uma perspectiva que a gente conhece como novos movimentos sociais. Mas também temos coletivos que vêm da internet, das youtubers que os autores e autoras têm considerado como novíssimos.

Fazendo referência ao processo de organização das mulheres negras sob o viés interseccional, a Profa. Fernanda traz à tona a importância desse diferencial dentro do movimento feminista, cuja influência também inclui o ambiente universitário. Nesse sentido, é importante localizar na história o papel preponderante que as mulheres negras tiveram na organização e protagonismo do feminismo negro. Para Gomes (2017, p. 129), essa organização “é capaz de suscitar um tipo de subjetividade desestabilizadora que desvie do conformismo perante o racismo para a subversão, superação do mesmo e para construção de políticas radicais de igualdade racial”. Essa subversão fortalece as mulheres negras a partir de iniciativas como a do N.E.G.R.A, corroborando no enfrentamento das adversidades estruturais que o racismo impõe nos espaços acadêmicos.

Souza (1983) diz que o movimento negro é educador desde a sua origem, mas enfatizamos que com a cultura digital ele também se reinventou. Atualmente se caracteriza como uma reorganização e ocupação de novos territórios, a exemplo do ciberespaço, possibilitando diferentes formas de atuação para os ativistas. O programa *Protagonistas Sem Fronteiras* é exemplo disso ao trazer o feminismo negro para a sua pauta, contribuindo para a socialização, o debate e a visibilidade dessas mulheres negras dentro e fora da universidade.

A discussão da Profa. Fernanda também percorre a importância da educação dialógica de Paulo Freire, na qual o conhecimento do outro é tão importante quanto o conhecimento produzido nos espaços acadêmicos e reflexões sobre os projetos de extensão e a sua inserção das comunidades e realidades como o movimento negro ENEB.

FERNANDA – A gente quer demonstrar que existe uma produção do conhecimento que também vem das margens, que também vem da periferia. E que essa também é uma produção do conhecimento legítima. Por isso a gente pensou em dialogar e discutir com mulheres negras que estavam vinculadas ao movimento negro e movimentos sociais... A gente acredita que a construção do conhecimento tem que ser coletiva. E aí como é que foi a experiência com o ENEB pensando os saberes partilhados na luta? A gente entende que a extensão universitária não é só abrir as portas da universidade para a comunidade, mas é necessariamente nós também nos abrimos para a possibilidade de aprendizado, ou seja, nós não acreditamos que o conhecimento legítimo é aquele que vem da academia.

A desconsideração de intelectuais sobre o conhecimento forjado nas lutas cria um abismo para os que estão fora dos espaços acadêmicos, dificultando uma interação entre ambos os espaços educacionais, situação vivenciada pela idealizadora do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, que protelou a retomada acadêmica por pelo menos dez anos, entendendo que a academia era um elemento distanciador para a militância nos movimentos sociais. O equilíbrio é necessário no processo de formação da consciência crítica e a construção do conhecimento, seja ele fruto do movimento negro ou da academia. Situações como essas, compartilhadas no programa, oportunizam novas experiências com os espaços acadêmicos e, conforme Freire (1997, p. 25), “face ao novo, não repele ao velho por ser velho, nem aceita o novo por ser novo, mas aceita-os na medida em que são válidos”. Ou seja, ninguém é detentor de todo o saber, este se constrói na coletividade, neste sentido o autor ainda afirma que “educar e educar-se, na prática

da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’ até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta”.

O diálogo no programa também apontou a importância da família na construção de referências antirracistas com a participação da acadêmica de Psicologia Maria Eduarda Delfino Chagas. Para ela, o movimento negro, a importância da família, diga-se: as mulheres negras, aliada ao projeto de extensão universitária, foi um diferencial.

MARIA EDUARDA – Então o ENEB que é o movimento que a gente faz as trocas, é um movimento composto por mulheres da minha família em grande parte né. Então está nas minhas raízes e na minha vida há muito mais tempo do que eu estou na academia, porém antes disso eu não tinha muito contato. Por isso, foi muito importante para mim quando a gente iniciou o projeto, conversar e fazer a troca com as mulheres do ENEB por ser algo tão familiar. Aprendemos muito com o movimento, tanto quanto com os estudos acadêmicos. Me elevou como mulher, como mulher negra, em questões de experiências e de falas, de romper silêncios [...] foi um espaço até mesmo terapêutico porque a gente compartilhou as nossas dores também, então a gente fez algumas curas coletivas.

A acadêmica revela que o aprendizado experimentado proporcionou uma relação diferenciada sobre o conhecimento acumulado nas lutas. Ela também reafirma o quanto as mulheres negras têm um papel preponderante na estrutura familiar quando a discussão é antirracista. A partir do projeto de extensão, a acadêmica rompe o distanciamento com a militância no ENEB. Com isso, entendemos que “o privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder. É danoso que, numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram” (RIBEIRO, 2017, p. 33).

Já para a acadêmica Tatiane Beretta, a experiência com o grupo de pesquisa foi reveladora para a sua condição de mulher branca, o que evidencia o quanto uma prática pedagógica antirracista pode ser transformadora para os não negros.

TATIANE – [...] o que me motivou, o que me levou a este projeto de pesquisa, foi realmente a busca de compreender e compreender o meu lugar no mundo. Quando eu tive o meu primeiro contato com a questão das mulheres negras, e das questões decoloniais, eu comecei a compreender algumas questões básicas. Passei a me enxergar como uma mulher branca que entende os seus privilégios. E isso só veio por conta da pesquisa.

Tatiana expressa a dimensão de uma prática pedagógica antirracista em sala de aula, quando se oportuniza a leitura, a discussão e a experimentação dialógica na construção de um saber decolonizante. Reconhecer essa estruturalidade do racismo é um passo importante para a branquitude, pois essa tomada de consciência não emerge naturalmente. Ou seja, “é impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista. É algo que está em nós e contra o que devemos lutar sempre” (RIBEIRO, 2017, p. 19). O que nos diferencia é a busca constante por práticas que promovam mudanças no nosso cotidiano.

O racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele. Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação. Dessa forma, se o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo, o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que pessoas negras não costumam acessar (RIBEIRO, 2017, p. 18).

O programa encerrou com a participação da professora graduada em História, Iara Odila Nunes, representante da Entidade Negra Bastiana (ENEB). Ela relata o que significou para o movimento negro participar do projeto de extensão do N.E.G.R.A, e o quanto isso foi significativo para as mulheres negras da entidade.

IARA – É sempre importante né Cintia esse contato da academia com a militância. O movimento negro fazendo as suas ações e em contato com as pesquisas que estão sendo feitas dentro da Unesc, da universidade. Então para nós enquanto grupo, enquanto entidade, enquanto mulheres negras é muito importante. Eu acredito que a gente está contribuindo com a pesquisa, as meninas são muito parceiras, e o trabalho que elas estão desenvolvendo é muito bom. É importante elas terem este olhar para a militância do movimento negro e a importância das mulheres negras dentro do movimento negro. [...] quando nos convidam a participar desse trabalho junto com elas é a valorização daquilo que acontece na nossa militância. E a experiência, acredito que para elas também tenha sido muito rica.

Na fala da professora, também temos registros do quanto o racismo estrutural invisibiliza o trabalho realizado pelas mulheres negras no movimento negro. Suas palavras demonstram que existe uma necessidade de reconhecimento desse trabalho no movimento social voluntário, para o qual o programa *Protagonistas Sem Fronteiras* abriu espaço.

Outro elemento apareceu na discussão e merece a nossa atenção: o silenciamento da negritude nos espaços escolares, com um recorte de gênero. O

direito de fala para nós mulheres negras é uma conquista diária em todos os espaços que ocupamos.

Nós percebemos que as mulheres negras, nós jovens ou adultas somos silenciadas em determinados momentos, então aquela nossa timidez lá na escola onde nós não falávamos e não nos expressamos com a pergunta da professora. Então a gente faz toda essa reflexão hoje! Esse entendimento de que nós fomos silenciadas! E nesse momento, foi muito rico, acredito que para nós e para elas também.

O papel dos espaços educacionais é o de libertação desses silenciamentos que foram produzidos nas diversas instituições que encarceram o pensamento da mulher negra desde a infância. A troca coletiva, quando é consciente, rompe com esse *status quo* estabelecido pelo racismo estrutural. Ou seja, “é importante ter sempre claro que faz parte do poder ideológico dominante a inculcação nos dominados da responsabilidade por sua situação” (FREIRE, 1996, p. 92).

[...] quando pensamos a escola como um espaço específico de formação, inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, normas, projetos, provas, testes e conteúdos. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las (GOMES, 2003, p. 173).

Dessa forma, o espaço educacional do *Protagonistas Sem Fronteiras* corrobora com o fortalecimento da liberdade de expressão, da democratização da comunicação e da participação dessas mulheres como parte atuante do processo de libertação frente ao silenciamento. O programa representa um espaço de compartilhamento e de aprendizagem para a aplicação das práticas pedagógicas antirracistas para uma coletividade.

A Profa. Iara finalizou a sua participação enaltecendo a importância do espaço de discussão no programa *Protagonistas Sem Fronteiras*.

[...] é muito importante termos este espaço Cintia, nessa mídia alternativa que nós estamos tendo. Eu agradeço muito esse teu programa porque está abrindo portas para muitas pessoas aprenderem, conhecerem, para a gente poder dialogar, discutir e é isso que importa neste momento. É importante dizer que o teu programa está contribuindo muito para toda a comunidade e para todos terem acesso ao conhecimento que as outras mídias não nos proporcionam. Então meus parabéns e nós ficamos à disposição para quando precisarem para a gente poder estar fazendo essa troca novamente.

Trazer o que representa esse espaço educ comunicativo na web rádio Santa Luzia a partir do olhar da Profa. Iara, educadora, antirracista e ativista do movimento negro, é compreender que precisamos de oportunidades para falar e romper com o silenciamento que nos foi imposto pela sociedade racista. A crítica às mídias tradicionais demonstra o quanto o caminho para a democratização da comunicação, enquanto um direito humano universal é longo. Logo, o *Protagonistas Sem Fronteiras* do dia 9 de maio de 2020 traz elementos educ comunicativos mais organizados e uma troca de saberes fraterna entre as participantes. “No mundo do ciberespaço onde as culturas diversas se encontram, dialogam e possibilitam trocas comunicativas intensas, a cibercultura representa um espaço de relações sociais reais, cercadas de afetividade e reflexibilidade” (LOSSO; SARTORI, 2014, p. 105).

Ao final do programa, houve o registro de algumas interações enviadas por mensagem de texto no WhatsApp da apresentadora. Selecionamos a leitura feita da participação da ouvinte que se identificou como Priscila, do curso de Medicina da Unesc, e da Profa. Iara Odila Nunes, uma das participantes, além de alguns prints que demonstram o envolvimento emocional das participantes com o programa.

Quadro 5 – Interações durante o programa *Protagonistas* do dia 09/05/20

A. Priscila do curso de medicina da Unesc:

Bom dia Cintia, o programa está demais. Quero registrar meus parabéns a todos e com destaque para a amiga de luta Tati, que é sem dúvida uma grande batalhadora das causas sociais. Muito orgulhosa dessa amiga.

B. Professora Iara Odila Nunes:

Parabéns pelo programa, obrigada Fernanda, Lucy, Duda e Tatiane na parceria nessa luta contra o racismo. Parabéns pelo projeto de extensão.

Fonte: elaborado pela autora.

Figura 23 – Interação das participantes com o programa – Acadêmicas: Maria Eduarda D. Chagas e Tatiane Beretta/ Professora Dra. Fernanda Lima



Fonte: acervo da pesquisadora (2020).

As imagens revelam o quanto esse espaço educ comunicativo e antirracista é importante para os invisibilizados, em especial para as mulheres negras, pois

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades (RIBEIRO, 2017, p. 71).

O programa *Protagonistas Sem Fronteiras* é o lugar de fala para essas mulheres. A valorização, o reconhecimento dos trabalhos e pesquisas sobre a temática antirracista desenvolvidos nos espaços educacionais são uma necessidade e um estímulo para resultados práticos, principalmente para as envolvidas nesse tipo de projeto.

5.5 A ARTE NO CONTEXTO EDUCOMUNICATIVO ANTIRRACISTA: RODA DE CONVERSA SOBRE A EXPOSIÇÃO VOZ PRESENTE – DIÁLOGOS PERMANENTES

O programa número 03 teve uma organização diferente dos demais. Trata-se de uma roda de conversa com a participação de diversos convidados, para a realização de comentários sobre as obras do artista Lip Wadocha. Nesse programa, destacamos o racismo estrutural a partir da imagem estereotipada, construída socialmente a partir do corpo negro, e a importância do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* na aproximação da arte com as práticas pedagógicas antirracistas. O programa/exposição aconteceu no formato presencial, no dia 20 de fevereiro de 2021, no estúdio da web rádio Santa Luzia, durante a pandemia da Covid-19, obedecendo às normas e protocolos estabelecidos pelos órgãos de saúde.

Quadro 6 – Apresentação geral do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* número 03

Programa número 03



Tema: Roda de Conversa sobre a exposição *Voz Presente – Diálogos Permanentes*

Data: 20/02/21

Duração: 2h e 41 minutos

Reapresentação: 06/02/21

Participantes: Professora Mestra Normélia Ondina de Lalau, Professora Mestra Ivana dos Santos, mestrando em Educação Ivan Ribeiro, advogada Cristiane Westrup e o artista Filipe Machado.

O artista: Nome artístico Lip Wadocha, artista visual, professor e pai, levando, assim, sua produção a assuntos corriqueiros do seu cotidiano. Sua ligação com a formação de identidades das pessoas ao seu redor está presente em sua pesquisa e produção artística, que investiga, a partir das situações e objetos, a construção de identidades em nossos nichos de relacionamento.

Fonte: texto disponibilizado por Lip Wadocha.

A exposição: *Voz Presente – Diálogos Permanentes* é uma série em aquarela que tem como objetivo relembrar ou apresentar ao público personalidades internacionais e locais que lutam ou lutaram contra o racismo. Com o intuito de abrir diálogo para as questões de alteridade e igualdade na busca por uma sociedade que deseja um convívio respeitoso em sua amplitude identitária quando pensado nas múltiplas possibilidades da raça humana. O texto “Quem pode falar?” (“*Grada Kilomba*”) é base conceitual do memorial descritivo da produção artística que apresenta pessoas que, de maneira sutil ou intensa, estão falando por tantas outras, assim presenteando com sua voz aos que de alguma forma ainda não falam ou não são ouvidos.

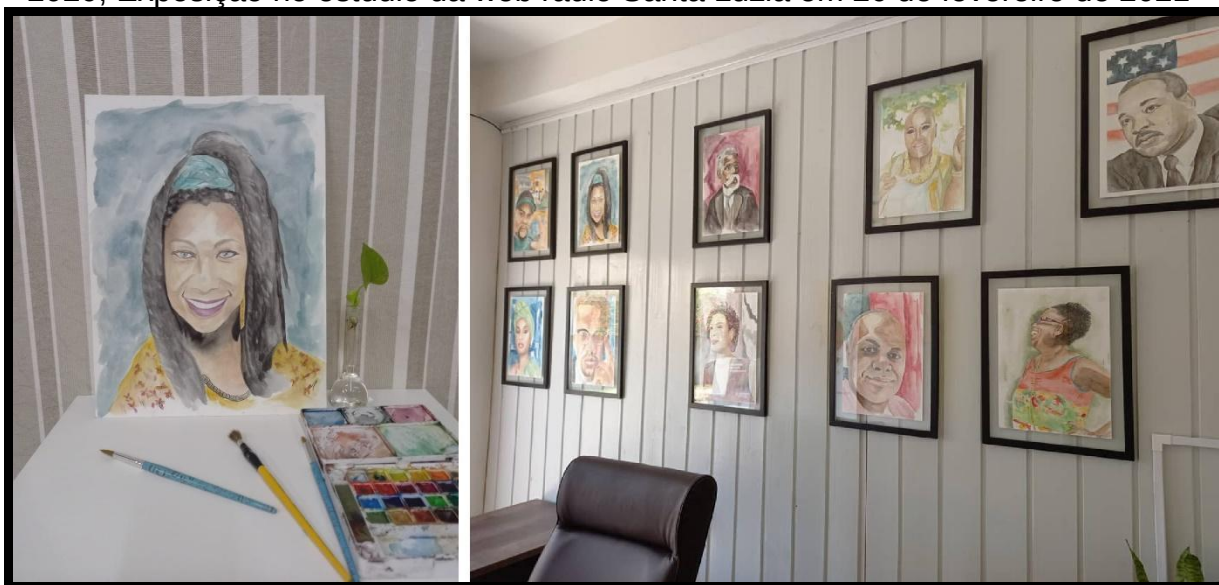
Fonte: texto disponibilizado pelo artista Lip Wadocha.

Foto: divulgação.

Fonte: Facebook – Cintia Santos/Protagonistas Sem Fronteiras (19/02/21).

A inserção da arte enquanto proposta de intervenção social para as práticas pedagógicas antirracistas é um elemento que contribui para a emancipação dos sujeitos, entendendo que “o conhecimento-emancipação é cheio de nuances, riscos, conceitos provisórios que podem ser mudados de acordo com a dinâmica social e a politização da sociedade” (GOMES, 2019, p. 59). Com esse programa, entendemos que o espaço não formal de educação do *Protagonistas Sem Fronteiras* é comprometido com a emancipação intelectual, envolvendo as diferentes formas de produção do conhecimento. Isso implica considerar a educação na sua totalidade, sem a compartimentalização dos saberes científicos pré-estabelecidos pelo modelo bancário. “Nesse contexto, a arte exerce uma dupla função. Como plataforma singular de expressão potencializa a função da comunicação. Como um potente veículo questionador, quebra paradigmas, potencializando a função de inovar da educação” (SANTOS, 2017, p. 831).

Figura 24 – Cintia dos Santos pintada em Aquarela pelo artista Lip Wadocha em 2020; Exposição no estúdio da web rádio Santa Luzia em 20 de fevereiro de 2021



Fonte: WhatsApp da autora e Facebook – Cintia Santos/ Protagonistas Sem Fronteiras 20/02/21.

O projeto proposto por meio do programa está fortemente relacionado a uma educação libertadora, “O educador democrático não pode negar-se ao dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, da sua curiosidade, sua insubmissão” (FREIRE, 1996, p. 28). A arte contribui com o desenvolvimento da sensibilidade estando ligada às emoções, às abstrações e na construção de uma sociedade mais humana. Por ser um programa um pouco mais longo, optamos por

suprimir as intervenções da apresentadora, mas enfatizamos que houve uma mediação muito presente na condução das participações.

As primeiras impressões foram registradas pela professora Normélia Lalau, após a abertura realizada pela apresentadora. O programa foi muito emotivo e não é possível na descrição demonstrar com precisão a emoção da professora com as obras – por meio do rádio, os estímulos sensoriais se dão principalmente pelo som com o tom de voz – mas é perceptível na sua linguagem um encantamento ao contemplá-las. Além disso, constatamos uma estranheza da convidada com o próprio artista.

NORMÉLIA LALAU – Eu gostaria de saber de você Filipe, o que te conduziu na verdade a estar fazendo esse trabalho? Porque para nós que recebemos essa homenagem, isso é muito gratificante, esse reconhecimento também é muito gratificante. Mas o que me deixa curiosa é você, um jovem e até onde eu posso estar percebendo, que é aquilo que a gente normalmente faz, não necessariamente é um jovem negro, que de repente desperta para esta questão e que na verdade expressa tão bem essas suas aquarelas. Não sei se podes responder! Mas é algo que vem me chamando muito atenção desde o primeiro contato, gostaria de saber de você?

Nós negros convivemos com o racismo estrutural e estamos habituados à exploração do corpo negro, ao sexismo, à banalização das nossas figuras e à falta de representatividade nos diversos espaços sociais. Situação que explica a emoção ao ver as obras com as personalidades negras sorrindo, imponentes, com muita cor e expressão de felicidade, afinal, não nos vemos retratados com dignidade. Já a estranheza com o artista se justifica por não ser comum vermos as práticas pedagógicas antirracistas serem abordadas espontaneamente pelos não negros, sem uma vivência ou experiência próxima com o racismo.

Nesse sentido, podemos afirmar que no Brasil o imaginário construído a respeito dos negros e dos indígenas primou vê-los de duas formas: em primeiro lugar, como seres “*sem cogitos*” e por isso relegados a uma relação quase naturista com o corpo, o que facilitou a construção de imagens exóticas sobre os mesmos (GOMES, 2019, p. 116).

Sobre essa questão, Lip Wadocha nos relata dois elementos importantes que influenciaram diretamente no seu trabalho para a elaboração da exposição, que foge das construções racistas que os não negros vivenciam ao longo do tempo. Destacamos as práticas pedagógicas antirracistas no ambiente universitário e a sua vivência com o racismo a partir do seu lugar de fala.

LIP WADOCHA – *No meio do ano passado, o professor Gladir Cabral, do qual eu fui aluno no Mestrado da Unesc, Mestrado em Educação. Em uma das aulas ele trouxe alguns textos que pontualmente falavam sobre o racismo, foram textos que ele elaborou em março ou fevereiro de 2020 e eles caíram na semana do assassinato de Georg Floyd nos Estados Unidos, onde houve uma série de revoltas no mundo todo. **A gente teve o prazer de poder discutir aquilo naquele momento tão necessário. [...] o professor comentou como homem branco e homem cisgênero que ele tinha a obrigação de trazer para a universidade ou para a sala de aula, discussões sobre homofobia. Sobre racismo e questões outras, que talvez outro professor não tinha oportunidade**²⁹. Então eu pensei no que eu poderia fazer enquanto artista? Porque eu sou professor, artista, sou pai, sou uma pessoa que pensa na educação em diversos níveis, incluindo os espaços não formais também, surgindo daí a ideia de fazer a exposição. **São questões que me tocavam, eu sou filho adotivo, tardiamente, de um pai negro com uma mãe branca e sempre fui questionado pelo fato de ir fazer um serviço pra ele e ninguém me aceitava como filho**³⁰.*

As práticas pedagógicas antirracistas num ambiente universitário têm sido muito significantes na nossa pesquisa, pois esses são espaços de formação de novos professores e profissionais da educação, e tal prática contribui com a ampliação das discussões étnico-raciais nos demais ambientes educacionais. Conforme Freire (1996, p. 29), é exatamente nesse sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. Ao expor os seus constrangimentos e as dores dessa realidade, o artista demonstra o quanto essas experiências com o racismo nos acompanham nos diferentes papéis que ocupamos. Reflexões que estimulam uma análise crítica do papel social que cada sujeito deve cumprir frente a essa estrutura racista que impõe uma padronização, inclusive para as famílias.

LIP WADOCHA – *Conversando com a própria Cintia, eu questionei se seria interessante continuar com essa produção, porque muitos colegas e até professores meus questionaram sobre o Filipe, um artista branco, trazer essa discussão sobre o racismo. Porque eu? Daí foi quando a Cintia falou que devemos abraçar esta luta, continua que faz sentido, continua que é importante e vai ser lindo. E foi!*

Essa naturalização do racismo é profunda e gerou inclusive dúvidas no artista sobre continuar ou não com a exposição. Por meio desses relatos identificamos o quanto ainda é forte o Mito da Democracia Racial no Brasil, “se não há racismo, a

²⁹ Destaque em negrito para o momento em que o artista fala sobre a importância do seu professor no mestrado ter uma abordagem antirracista.

³⁰ Destaque em negrito para a emoção do artista que, com a voz embargada, fala sobre sua experiência com o racismo por meio do seu pai que é negro.

culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava ao seu alcance” (ALMEIDA, 2017, p. 63). Situação caracterizada pela sutilidade nos questionamentos ao se referirem às suas obras. Um artista branco abordando a temática negra – “não tem nada a ver” – comportamento que carrega em si toda a carga racista construída por esses sujeitos. Portanto, a discriminação tem como requisito o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Assim, a discriminação pode ser direta ou indireta (ALMEIDA, 2017, p. 25). Como a referida situação de discriminação racial com o pai do artista, que sofre a ação racista por intermédio da figura branca do próprio filho.

Ao cumprir o seu papel político, por meio desse diálogo, o programa *Protagonistas Sem Fronteiras* viabiliza a ampliação da discussão para além das obras expostas no estúdio da web rádio Santa Luzia. “O diálogo de que Freire nos fala não é o diálogo romântico entre oprimidos e opressores, mas o diálogo entre os oprimidos para a superação de sua condição de oprimidos” (GADOTTI, 1996, p. 13).

Figura 25 – Participação da professora mestra em educação Normélia Lalau ao lado do artista Lip Wadocha no programa em 20/02/21



Fonte: Página no Facebook de Cintia Santos/Protagonistas Sem Fronteiras em 20/02/21.

Na participação dos outros convidados: professora Ivana Beatriz dos Santos, do Educador Social Ivan Ribeiro e da ativista Cristiane Westrup da área do Direito, um outro olhar sobre as práticas pedagógicas antirracistas foi apresentado para a superação do senso comum. Nas narrativas apresentadas, os demais convidados manifestaram as suas diferentes visões de mundo, convergindo numa luta antirracista a partir desse espaço. Corroborando com o pensamento freiriano de que

“todo saber humano tem em si o testemunho do novo saber que já anuncia. Todo saber traz consigo sua própria superação” (FREIRE, 1997, p. 35). Seleccionamos as principais abordagens de cada participante sob esta percepção:

IVANA – Eu fico muito honrada com esse convite porque pela primeira vez eu vou fazer um comentário que não é da minha área específica. Quando eu entrei aqui nesse ambiente lindíssimo, que está lindo, maravilhoso e acolhedor, me sinto muito bem aqui é uma delícia estar aqui. E observando essas obras eu disse: Gente elas estão olhando para mim! O que eu estou enxergando era o que eu esperava, há tanto tempo eu procurei e hoje eu encontro. Sempre acreditei que as coisas seriam diferentes para os meus netos, meus filhos e para a população negra. E chegando aqui eu vejo que além da literatura temos a arte aqui no meu município, num bairro próximo ao meu, um artista aqui de Criciúma. Se eu estivesse em sala de aula, já levaria na próxima semana para a minha escola e divulgaria o teu trabalho. O que eu observei ali é que durante a minha escolaridade os livros didáticos, as obras literárias eram sempre as mesmas apresentadas. Tanto no livro didático da minha área de atuação, como em outras literaturas. Então como as personagens eram representadas ali? Sempre do mesmo jeito, pessoas negras acorrentadas, mulheres negras trabalhando ou com aquele estereótipo negativo. Situações que não eu não me sentia representada, eu não gostava de enxergar aquilo. E aí observando estas obras, a cor, as pessoas que estão ali, fizeram-me sentir muito bem, eu acredito na mudança e que vai mudar.

A professora Ivana trouxe uma abordagem a partir da área das linguagens e da sua experiência como pesquisadora de livros infantis, sob o olhar de meninas negras. O programa é entendido pela participante como um evento honroso e as emoções provocadas resultaram num misto de sentimentos. Na descrição, fica explícito que, ao se deparar naquele espaço, com as obras refletindo uma negritude bela, diferente do que habitualmente encontramos nos livros didáticos ou de literatura, houve um sentimento de mudança, ao mesmo tempo em que memórias de uma vida carregada de experiências racistas também vieram à tona. Incorporar essas outras formas de linguagens, não somente a escrita, mas também a comunicacional por meio da arte, é parte do processo educomunicativo planejado para o programa *Protagonistas Sem Fronteiras*. Libertar as nossas emoções é confrontar-se com o que está guardado, escondido nas memórias, mas também é esperar. O desejo de compartilhar essa experiência na escola demonstra o quanto a abordagem artística no programa pode contribuir com a ampliação da pedagogia antirracista.

Para demonstrar a participação da apresentadora, destacamos a sua intervenção no que diz respeito à realização das práticas pedagógicas antirracistas. pois “a proposta educomunicativa é facultada ao sujeito educador que se transforme,

sem receios e com desenvoltura em sujeito educador” (SOARES, 2017, p. 236).

CINTIA – Ivana, você é professora da área das linguagens. O que você levaria para a sala de aula como proposta, até para as pessoas que estão nos ouvindo saberem que não se trabalha arte somente na disciplina de educação artística?

IVANA – Então Cintia o quanto é importante este trabalho de alguém aqui da nossa região. Nós temos uma Lei que é a 10.639/03, onde geralmente quem trabalha no espaço escolar são as professoras negras. Mas dentro da Lei tem algumas áreas mais indicadas para trabalhar que são letras, história e artes. Então voltando para os conceitos da língua portuguesa é possível trabalhar muita produção textual, com uma obra daquela ali eu vou trabalhar a biografia da pessoa e qual a contribuição dela para o município, partindo da comunidade. A exemplo da Cintia que é aqui da comunidade, aqui na frente do estúdio tem uma escola, que pode partir dessa personalidade negra no bairro, o que ela faz, área de atuação, entrando na questão da representatividade para as crianças. E de todas as crianças sejam elas, negras ou não negras. Pensando na minha área de atuação, eu trabalharia muitas coisas, resenhas, história em quadrinhos, charges, nossa dá para montar muita coisa! Eu não ficaria só com a literatura porque hoje eu sei que em Criciúma eu consigo. Se um professor disser que não consegue trabalhar uma obra literária! Em Criciúma a gente consegue com um artista que traz uma representação positiva.

A apresentadora incentiva a socialização de experiências ou sugestões de atividades, que possam contribuir tanto com os ouvintes quanto com os convidados. Essa tomada de consciência do ser negro passa pela nossa condição e entendimento do papel que cumprimos na linha de frente contra o racismo, estendendo para as contribuições de todos aqueles que almejam uma sociedade diferente. “Enquanto a mudança implica, em si mesma, uma constante ruptura, ora lenta, ora brusca, da inércia, a estabilidade encarna a tendência desta pela cristalização da criação” (FREIRE, 1997, p. 61).

A professora trouxe alguns exemplos de práticas pedagógicas antirracistas, que no ambiente escolar promovem discussões e ações a partir da arte, mas do ponto de vista da área das linguagens. Questões que diferenciam a prática pedagógica do professor que assume uma postura política.

Figura 26 – Participação da professora mestra Ivana Beatriz dos Santos no programa Protagonistas Sem Fronteiras em 20/02/21



Fonte: Página do Facebook- Cintia Santos/Protagonistas Sem Fronteiras 20/02/21.

A participação do Ivan Ribeiro, Educador Social e Historiador, é marcada pela contextualização entre o corpo negro e a visibilidade da negritude criciumense com a temporalidade, a partir das obras apresentadas na exposição.

IVAN – [...]. A minha origem é a História então uma das coisas que eu trabalho é a negritude e temporalidade em Criciúma. [...] quando o nosso baita artista Lip traz esta exposição eu pensei na temporalidade: 1910 Machado de Assis, aquela velha discussão sobre quanto tempo a história o embranqueceu. Assim como grandes outros artistas, literatos, pintores foram embranquecidos para atender uma demanda e não é por acaso! Porque tornar invisível os não europeus é uma estratégia para anular e esvaziar a autoestima dessa população. A produção de excelência para muitos só pode ser branca ou alienígena né, pois vão dizer que tamanha arquitetura ou tamanha arte não pode ter sido negro egípcios que construíram. Se não foi o europeu foi um alienígena, que no seu arrojo construiu. Porque populações negras de pele escura não poderiam ter esse arrojo. Então quando o Lip traz essa exposição, ele trabalha a questão da revisibilidade da população negra em Criciúma.

Em face do cenário atual, “aos poucos, no Brasil, ter um corpo negro, expressar a negritude começa a ser percebido socialmente como uma forma positiva de expressão da cultura e da afirmação da identidade” (GOMES, 2019, p. 94). Machado de Assis é um símbolo do racismo estrutural no Brasil, o seu corpo negro passou a ser representado como branco diante da magnitude da sua atuação na literatura brasileira.

Como a escola, a mídia tradicional também contribui com a consolidação dessas imagens embranquecidas, sendo parte da estrutura racista que silencia e não oportuniza espaços de atuação para os negros³¹.

A população negra desenvolve um papel protagonista no campo das artes, mas a falta de reconhecimento ainda prevalece. “No Brasil, o corpo negro ganha visibilidade social na tensão entre adaptar-se, revoltar-se ou superar o pensamento racista que o torna erótico, exótico e violento” (GOMES, 2019, p. 94). Para o rompimento dessa máxima, espaços como o programa *Protagonistas Sem Fronteiras* são fundamentais quando fazem essa abordagem a partir de um viés antirracista, confrontando-se com a padronização branca desde o corpo negro da apresentadora e dos conteúdos abordados.

Essa superação se dá mediante a publicização da questão racial, como um direito, via práticas, projetos, ações políticas, cobrança do estado e do mundo privado da presença da população negra na mídia, nos cursos superiores, na política, nos lugares de poder e de decisão, na moda, na arte, entre outros (GOMES, 2019, p. 94).

Sobre a realidade de Criciúma, Ivan Ribeiro fala de alguns exemplos que ainda se perpetuam nas nossas cidades. Por ser estrutural, passamos pelas mesmas situações que ocorrem nacionalmente, resguardando as devidas proporções. Criciúma, que fica ao sul de Santa Catarina, é racista e, também, considera na sua constituição populacional somente os descendentes de europeus como precursores do desenvolvimento econômico da cidade. No entanto, a atuação do movimento negro aqui no sul teve e ainda tem impactos importantes na garantia dos direitos da população negra. O desconhecimento sobre a história local da população negra gera a exclusão de personalidades que atuaram significativamente na cidade, situação que vivenciamos tanto no cenário nacional quanto local.

IVAN – *É a mesma discussão que aconteceu há alguns anos atrás sobre o mineiro da Praça Nereu Ramos de Criciúma, um senhor negro, que era tio da Maria Estela da Costa que está aqui representada. Numa exposição que montamos de fotos antigas, tem a foto dele como modelo da estátua e algumas pessoas questionaram na secretaria de educação se ele era realmente negro, que essa informação não procedia e que se procedesse isso não diferenciava em nada. Porque muito mais importante do que cor da*

³¹ O comercial da Caixa Econômica Federal, narrado pela atriz Glória Pires, está disponível no canal do YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=OboocxKLfRk>). Após a mobilização do movimento negro, o ator branco foi substituído.

pele é que o mineiro está sendo homenageado. Então essa cultura universalista, sem se ater a origem da cor, origem étnica ou gênero sempre perpetuando aquele valor eurocêntrico, cristão.

O participante trouxe elementos de quem atuou diretamente nesse contexto e o programa foi uma ponte entre essas experiências para os participantes e os ouvintes. Outros elementos sobre a temporalidade foram abordados no contexto internacional, no entanto, destacamos as questões regionais. Criciúma tem uma forte atuação do movimento negro, tanto que essa realidade colocou a cidade à frente das mobilizações nacionais que desencadearam na promulgação da Lei nº 10.639/03. Segundo Ivan Ribeiro, antes mesmo da Lei Federal, Criciúma já tinha uma legislação própria sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas.

IVAN – Também é bom lembrar Cintia que o município de Criciúma foi o quinto município no estado que antes da lei federal teve a lei municipal, 3410 de educação afro nos currículos escolares. Quando essa lei foi feita, ela ficou engavetada, até que em um curso do Núcleo de estudos negros (NEM), o ACR tomou conhecimento da mesma e foi desafiado pela professora Jeruse Romão para desengaveta-la. Na época nós tínhamos três ou quatro vereadores negros, isso em 1998 e 1999. Na câmara tivemos todo o apoio do vereador e negro Nelo Satiro, que atendeu uma demanda via estado através do NEN, mas não tinha como desengavetar. Fomos a secretaria de educação, pois lei dizia aplica-se! A primeira coisa que eu ouvi na secretaria de educação é que se trata de uma lei racista! Pois privilegia os negros em detrimento aos brancos, então vamos criar o dia do italiano, o dia do branco. Aí começamos o processo de desconstrução. A lei já existe e estamos aqui para exigir o cumprimento desta lei! Queremos que vocês viabilizem a capacitação e a formação da rede municipal de Criciúma.

A luta pela implantação das políticas afirmativas no Brasil é muito forte. “Ao questionar o ideal de branquidade impregnado na sociedade brasileira e a lógica da branquitude construída nas tensas relações de poder, o Movimento Negro constrói um saber emancipatório” (GOMES, 2019, p. 117). As políticas afirmativas, como as cotas raciais, são importantes, mas insuficientes. É preciso ampliar a discussão, saindo do senso comum que apenas vislumbra as cotas raciais no ambiente universitário. Precisamos discutir as cotas raciais sim, na mídia, nas empresas, no serviço público e nos espaços educacionais.

A participação de Cristiane Westrup encerra o programa. Uma mulher branca, ativista do movimento negro, que trouxe elementos referentes à branquitude que não está ciente da sua condição privilegiada.

CRISTIANE – *Eu penso também Lip que a tua arte trouxe tantas pessoas importantes, tanto em memória, como das pessoas aqui da cidade que estão aqui. Eu fico pensando que essa retratação também mostra o quanto a arte é pensada dentro do contexto de branquitude. Porque quando a gente fala de uma exposição, diálogos permanentes, que trata de pessoas negras na cidade de Criciúma as pessoas não têm cognição que isso é arte, porque você não está falando de pessoas brancas. Então isso gera um incômodo muito grande. Nós brancos, eu e você, através do nosso trabalho, a gente está indagando essas pessoas brancas sobre qual o lugar que as pessoas negras ocupam, e porque que elas não estão ocupando esse espaço da arte ou da pesquisa, esses vários outros espaços que são negados para a população negra. E que é tão presente aqui na cidade!*

A participação dos não negros no programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, como sujeitos atuantes na luta antirracista, seja na área da Educação, ou no Direito, como o caso da participante Cristiane Westrup, oportuniza e instiga a branquitude e a negritude a refletirem sobre a sua atuação. O espaço do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* está aberto à diversidade, às diferentes visões de mundo que convergem neste propósito. “O trabalhador social não pode ser um homem neutro frente ao mundo, um homem neutro frente a desumanização ou humanização, frente a permanência do que já não representa os caminhos do humano ou à mudança destes caminhos” (FREIRE, 1997, p. 63).

Os convidados assumiram uma postura diferente na roda de conversa, conduzindo parte do programa, fazendo indagações e proposições, além dos seus comentários referentes às obras. Cada qual estabeleceu uma linha de raciocínio entre o papel da arte no combate ao racismo estrutural, sobre a importância do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* neste processo e de como realizar uma prática pedagógica antirracista a partir da exposição de diálogos permanentes. As contribuições demonstraram o quanto “o trabalhador social, como homem, tem que fazer sua opção. Ou adere à mudança que ocorre no sentido da verdadeira humanização do homem, de ser mais, ou fica a favor da permanência” (FREIRE, 1997, p. 63).

Figura 27 – Lip Wadocha, Ivan Ribeiro e Cristiane Westrup no programa *Protagonistas Sem Fronteiras*



Fonte: Página no Facebook – Cintia Santos/Protagonistas Sem Fronteiras em 20/02/21.

Segundo a apresentadora, a falta de tempo, a movimentação intensa dos participantes e a preocupação com a segurança sanitária não possibilitaram a realização dos registros nos grupos de WhatsApp.

Figura 28 – Participação durante o programa *Protagonistas Sem Fronteiras* em 20/02/21



Fonte: WhatsApp da própria autora.

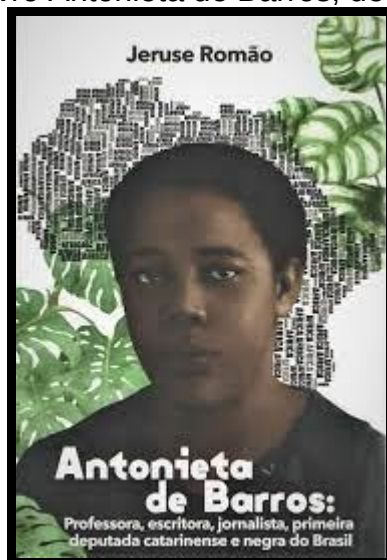
O programa *Protagonistas Sem Fronteiras* possibilitou aos participantes e ouvintes aprenderem sobre a história de Criciúma sob o olhar do movimento negro e não do colonizador, contribuindo com a construção da identidade negra tão invisível no município. “No Brasil, a leitura sobre o negro, sua história e cultura ainda tem sido regulada pela sociedade mais ampla via racismo ambíguo e mito da democracia

racial” (GOMES, 2019, p. 95) e em Criciúma não é diferente. Ser antirracista é partir para a ação, é provocar incômodos, é colocar as demandas da população negra em pauta, provocar diálogos e mover as bases que sustentam a resistência negra na sociedade brasileira, seja por meio da escola, do rádio ou da arte.

5.6 LANÇAMENTO DO LIVRO *ANTONIETA DE BARROS* DA ESCRITORA JERUSE ROMÃO

No programa 04, o tema abordado foi o livro *Antonieta de Barros*, da professora e escritora Jeruse Romão. A pauta foi uma indicação da Professora Iara Odila Nunes, responsável pela divulgação do livro no sul de Santa Catarina. Embora o tema central seja o lançamento do livro, várias categorias da nossa pesquisa aparecem entrelaçadas, sendo assim, apresentamos a descrição dos trechos que fazem referência à luta antirracista com foco na educação.

Figura 29 – Livro *Antonieta de Barros*, de Jeruse Romão



Fonte: Jeruse Romão.

Destaca-se a relevância do trabalho e das ações da própria Antonieta para a política educacional catarinense, frente ao racismo estrutural e a importância do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* enquanto fomentador das práticas pedagógicas antirracistas a partir da literatura negra local.

Quadro 7 – Apresentação geral do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* número 04

Programa 04  Foto Divulgação	Tema: Lançamento do livro: Antonieta de Barros (sugestão de pauta da professora Iara). Participante: professora, pedagoga, mestre em educação e escritora, Jeruse Romão. Data: 22/05/21 Duração: 1h e 59 minutos Disponível: Repositório, drive da web rádio Santa Luzia. Não disponível ao público.
--	--

Fonte: Instagram @protagonistas_cintiaoficial.

O quarto programa analisado ocorreu em 22 de maio de 2021, em plena pandemia da Covid-19 e, diante disso, a entrevista foi mediada pela plataforma do Google Meet. A apresentadora enfatiza logo no início que se trata de um programa comemorativo que completou três anos, com muitas discussões raciais, discussões sociais e políticas, evidenciando uma preocupação em transmitir para os ouvintes a proposta de projeto que desenvolve.

O programa foi organizado em três blocos: no primeiro, com a apresentação do envolvimento familiar entre a convidada e a personagem do livro; no segundo, o bate-papo propriamente dito entre apresentadora, convidada e os ouvintes; e num terceiro momento, o encerramento. A centralidade da nossa análise está no segundo momento, em que o clima é de conversa e não de entrevista sobre o livro de Antonieta de Barros.

Neste programa, percebemos uma interação maior, que apresentaremos ao final da análise. Nesse sentido, concordamos com Soares (2017, p. 202), que

esta é a razão pelo qual se afirma que o eixo das relações comunicacionais entre pessoas e grupos humanos converte-se no habitat natural da educomunicação. Sua função é a de qualificar tais relações a partir do grau de interação que for capaz de produzir.

O diálogo começa com a apresentação realizada pela professora Jeruse Romão, que tem vários significados para a educação pública catarinense, no que diz

respeito à visibilidade e representatividade das personalidades negras neste território e a importância dessa militância nos diversos espaços que ocupamos.

JERUSE – Eu comecei no movimento negro em 1923, eu era muito jovem, tenho 60 anos então é um bom tempo de militância. Sou filha de uma professora e a minha mãe também foi professora do chamado mobral. Na época que ela foi professora do mobral eu tinha entre 08 e 09 anos de idade e não tinha esse problema de violência contra a mulher que ocorre hoje quando a gente tem que sair à noite, ou quando uma filha da gente sai à noite e a gente alerta sobre todos os cuidados que ela deve ter fisicamente. Na época da minha mãe era outro tipo de violência, era um conteúdo moral sobre mulheres que circulavam à noite sozinhas, e o mobral era de noite. Então ela sempre me levava junto com ela à noite no percurso da ida e da vinda. Então eu costumo dizer que o magistério entrou em mim acompanhando a minha mãe nas aulas noturnas no mobral. E isso tem muito a ver com a história das professoras negras do Brasil inteiro e de SC inteira, e tudo a ver com a Antonieta de Barros também. Eu consigo entender porque minha mãe decidiu homenagear uma das filhas com o nome da Antonieta de Barros, que era uma referência extremamente preciosa para as professoras negras da época dela. Eu me formei no curso de magistério e no curso de pedagogia, por coincidência ou não, no mesmo prédio em que Antonieta de Barros foi diretora do Instituto Estadual de Educação, estagiei na escola Antonieta de Barros, então assim a minha vida caminha muito com ela.

A professora Jeruse Romão fez um paralelo entre a sua vida no movimento negro, a educação e a trajetória de Antonieta de Barros. Essa apresentação traz fortes elementos de uma vida cunhada na luta desde o seio familiar, o contato com o magistério enquanto criança, até a sua inserção no parlamento, na UNESCO e na sua participação na elaboração de políticas afirmativas para a população negra e indígena no Brasil. Jeruse Romão é umas das grandes referências no movimento negro catarinense, é muito conhecida entre os negros e negras na militância. Mas pela minha experiência na educação entre os professores da rede pública estadual, a sua biografia e publicações não são referenciadas.

O livro *Africanidades Catarinenses* é o quinto da coleção *A África Está em Nós* e foi coordenado pela professora Jeruse Romão. A coleção está disponível em diversas bibliotecas da rede pública estadual de Santa Catarina, mas mesmo estando ao alcance dos professores, não significa uma efetiva aplicação da Lei nº 10.639/03, o que denuncia a falta de comprometimento com as políticas afirmativas é a própria matéria acima da SED, que trata do curso oferecido pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina (SED/SC), sobre essa obra em 2010. Ou seja, apesar de o livro *Africanidades Catarinenses* estar em várias bibliotecas das escolas públicas desde 2010, não existe uma política de reconhecimento e

valorização desse trabalho por parte do Governo do Estado de Santa Catarina. A exemplo da própria Antonieta de Barros que apenas teve a sua trajetória reconhecida quando os nossos se propuseram a dar visibilidade.

*JERUSE – Fiz pedagogia e mestrado na UFSC, tive a oportunidade em algum momento de ser assessora da UNESCO e morar em Brasília para acompanhar o programa onde nasceram as políticas afirmativas no Brasil. O MEC queria conhecer e fortalecer experiências para fortalecer o acesso do jovem indígena e negros no ensino superior. E eu tive a oportunidade de ser chamada para fazer um relatório sobre todas as experiências do Brasil, eu viajei o Brasil inteiro, também morei em Salvador por um período pelos mesmos motivos, chamada para assessorar a implementação de políticas afirmativas. **Aqui em SC a minha atuação tem sido pela implementação das legislações e das políticas públicas sobre a história africana e África nas redes públicas e os meus sujeitos são professores.** Então eu sou uma formadora de professores. Escrevo um pouquinho aqui, um pouco ali e acho que a publicação que circula em volume maior em SC é o livro *Africanidades Catarinenses*, um livro didático que nós organizamos para poder apoiar a implementação da lei 10.639/03.*

Como professora da rede pública estadual de Santa Catarina há 20 anos, nunca fui convidada ou tive a oportunidade de participar de eventos sobre a temática antirracista promovidos pela SED/SC. O destaque em negrito é para denunciar a existência de profissionais preparados e material didático disponível para a realização das práticas pedagógicas antirracistas na rede pública estadual. A falta de continuidade nos processos formativos também é resultado do racismo estrutural consolidado no cenário da educação.

Já no contexto educacional e antirracista do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, a participação da professora e escritora Jeruse Romão expõe as fragilidades da implantação da Lei nº 10.639/03 em nosso estado. A falta de reconhecimento é visível quando ela revela aos ouvintes a sua inserção no cenário nacional e a luta constante pela implementação das ações afirmativas no estado de Santa Catarina.

A apresentadora interage afirmando:

CINTIA – Antes da Lei 10.639 a principal queixa era a falta do material pedagógico, felizmente após a lei e a gente cobrando muito a sua aplicação, hoje nós temos uma gama de referências muito importantes nessa área de combate antirracista que estão à disposição de professores e professoras que queiram realmente estar abordando estes conteúdos na sala de aula.

Uma reflexão significativa sobre o importante papel que cumpre a Lei nº 10.639/03 nos dias atuais. A valorização das políticas afirmativas implantadas no

Brasil é de responsabilidade da negritude, o que não isenta o poder público de proporcionar a ampliação dessa valorização, incentivando as coordenadorias regionais a realizarem cursos de formação para a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), desenvolvendo políticas públicas de valorização dos profissionais que desempenham um trabalho diferenciado no campo da pedagogia antirracista e fomentando projetos que tenham objetivos antirracistas. Nem só de críticas vivemos na atualidade, é relevante considerar os avanços conquistados, entre eles a Lei nº 10.639/03. Nesta perspectiva, Gomes (2019, p. 42) parte,

Do pressuposto de que o movimento negro, enquanto forma de organização política e de pressão social-não sem conflitos e contradições- tem se constituído como um dos principais mediadores entre a comunidade negra, o Estado, a sociedade, a escola básica e a universidade. Ele organiza e sistematiza saberes específicos construídos pela população negra ao longo da sua existência social, cultural, histórica, política e coletiva.

Na sequência, a apresentadora aborda questões relativas ao processo de produção e elaboração do livro.

CINTIA – Bom, Jeruse já entendemos o quanto a Antonieta de Barros está ligada à sua história, mas eu queria que você conversasse um pouquinho com a gente sobre o que a inspirou além da questão familiar, na escrita do livro Antonieta de Barros?

JERUSE – Eu entrei no teu programa e estava tocando samba, então eu lembrei do samba do Jorge Aragão que diz: Nós podemos sorrir, que nada nos impede, que dá para sentir a nossa coisa de pele e que nós sabemos que nem tudo que é bom vem de fora. Foi um samba que eu escutei muito, exatamente para poder dizer pra quem acha que está adotando a perspectiva decolonial ou descolonial, que precisa avançar muito mais do que isso, porque para ser decolonial é preciso olhar para SC. Eu costumo dizer que a biografia da Antonieta de Barros é incontornável, você não pode contar a história da educação, das mulheres e do feminismo de SC, sem falar da jornalista, da primeira escritora negra, da primeira deputada negra do Brasil, da primeira deputada mulher de SC, primeira deputada mulher da região sul do Brasil. E andei pesquisando América Latina e EUA, ela foi a primeira em todos estes espaços tb. Nós não estamos falando de qualquer biografia! Possivelmente se Antonieta tivesse nascido em outro país que valorizasse a trajetória das pessoas, a gente pudesse já ter incorporado os lugares dela de referência, sem precisar fazer essas afirmações de vez em quando.

A escritora trouxe as diversas atuações e o pioneirismo de Antonieta de Barros, demonstrando o quanto a nossa história ainda precisa ser contada sob o olhar decolonial de quem teve os seus ancestrais escravizados. Os argumentos dela revelam outra característica do programa que, mesmo tratando sobre pautas pesadas, demonstra uma preocupação com a leveza e suavidade por meio do

entretenimento. As músicas tocadas nos intervalos de todos os programas são, na maioria, de cantores e cantoras negras, com estilos musicais variando entre o samba, pop rock e hip hop. Toda a conversa seguiu muito descontraída com risos de ambas as partes, mas com a seriedade necessária em cada abordagem.

A trajetória de Antonieta de Barros na política, no jornalismo e na educação não é explorada nos bancos escolares do nosso estado. É desconhecida mesmo entre nós professores negros. Somos bombardeados incessantemente por informações carregadas de um conteúdo ideológico racista, que obscurece a atuação significativa das pessoas negras, seja no território nacional, ou local, como no caso de Santa Catarina. Embora estejamos cientes dessa covardia diária que é o racismo estrutural e embebidos desse tipo de conteúdo, o programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, ao abordar esse olhar decolonial, é um despertar da letargia, da imobilidade e do engessamento ao qual estamos submetidos.

É exatamente por causa de tudo isso que, como professor, devo estar advertido do poder do discurso ideológico, começando pelo que proclama a morte das ideologias. Na verdade, só ideologicamente posso matar as ideologias, mas é possível que não perceba a natureza ideológica do discurso que fala da sua morte (FREIRE, 1997, p. 149).

Contudo, é importante localizar que o programa aconteceu após um recente processo eleitoral em 2020. Nesse pleito eleitoral, as candidatas negras eleitas vereadoras, tanto em Santa Catarina quanto no Brasil, passaram por situações de perseguição e ameaças. Essa conjuntura política também fez parte do diálogo.

CINTIA – Professora Jeruse, a gente pode dizer que a Antonieta de Barros era uma mulher além do seu tempo? Eu fico me questionando, com todas as dificuldades que temos hoje não conseguimos eleger uma segunda deputada negra, nem prefeitas e com muita dificuldade para eleger vereadoras aqui ou ali. E com tudo o que aconteceu no ano passado com as vereadoras negras eleitas, perseguições e ameaças, a gente vive hoje um cenário político muito complexo. É ameaçador para nós que somos militantes políticas além de tudo né! Vamos falar um pouquinho neste contexto, como naquele período uma mulher negra chega a ser deputada em SC?

JERUSE – [...] então eu começo dizendo o seguinte: Desde de a escola normal ela já era uma liderança do grêmio estudantil, ela presidiu o grêmio das normalistas com 18 anos de idade. Eu trago a Antonieta de Barros escrevendo aos 18 anos no normal, uma revistinha manuscrita. Ou seja, eu consigo ver nela, na escola normal, a dimensão da vida dela. Na escola normal ela quis ser ativista política, ela foi uma escritora jovem e até chegar em 1934 que foi a indicação dela, ela também já tinha sido a primeira mulher negra proprietária de uma escola particular muitíssimo renomada que educou uma parte da elite de Florianópolis, ela foi construindo uma

relação dentro da cidade. Ela era muito referenciada no movimento católico e isso foi muito importante para a visibilidade e conteúdos morais. [...] Antonieta valorizava muito a educação, a vida dela toda foi na educação, inclusive na política, ela também foi presidente da Liga do magistério catarinense. Eu encontrei o texto da Antonieta dizendo o porquê de ter aceitado ser candidata. Ela não veio do nada, ela veio de uma casa onde os irmãos também atuavam na cidade no movimento sindical. o pai dela era músico, o irmão era tipógrafo uma categoria extremamente valorizada naquela época, o outro meio irmão foi da direção do clube 25 de dezembro, o segundo clube negro de Florianópolis. Veja bem eles estão nos cenários negros.

Disputar os espaços de poder é uma pauta do movimento negro que entende a necessidade da representatividade para além das candidaturas isoladas e sem um programa político coletivo. A transformação social para uma sociedade mais justa passa por essa disputa que, infelizmente, é distorcida em muitos espaços de discussão, quando reduzida ao senso comum (“política não se discute”) inclusive nas escolas. O fracasso de muitas candidaturas negras é atribuído, muitas vezes, a essa ausência de politização nos diversos espaços educacionais. Nesse sentido, o programa *Protagonistas Sem Fronteiras* abre uma discussão que não é realizada amplamente em outros espaços.

CINTIA – Essa conversa, esse registro que você faz no livro e trazendo para o nosso contexto atual, demonstra o quanto é importante para as militâncias políticas que queiram chegar ao parlamento, que é fundamental fazer parte do processo, estar inserido nas lutas, ter este contexto social e político muito presente na sua vida não só no período eleitoral, né Jeruse!

JERUSE – Concordo com você Cintia! Nós temos até muitos candidatos nas eleições, eu fui assessora parlamentar por seis vezes, então eu tenho bastante experiência com o legislativo, desde quando se constrói uma candidatura até onde ficar lá. E uma das coisas que mais me entristecem é isso, a pessoa acordar achando que pode ser um parlamentar. Quando a gente lê o livro da Antonieta, não foi sorte, foi trajetória no magistério, na educação, na religião, na cultura e como jornalista.

Esse diálogo demonstra o envolvimento das participantes com o tema, que ainda era latente naquele momento. Nesse ponto, percebemos que a conversa perdeu totalmente a formalidade, nota-se que as duas participantes estão sem preocupação com uma programação rígida, controlada e com tempo definido como costumamos ver na mídia tradicional, e os ouvintes também estão envolvidos com o programa. A educomunicação “está presente onde práticas de comunicação se manifestam com consequências para a vida em sociedade: na família, na escola, na empresa e na própria vida” (SOARES, 2017, p. 206).

O programa também serviu para a escritora divulgar uma *live* solidária, denunciar um caso de racismo e fazer novas indicações de pautas. Durante a sua fala, a professora Jeruse Romão faz uma denúncia sobre a jovem que teve a sua defesa online invadida por *hackers*, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e que estava muito preocupada com isso na sua *live* de lançamento oficial do livro. O espaço educacional antirracista do programa proporcionou essa liberdade de expressão, essa democratização dos conteúdos abordados, apontando o quanto é necessário para a comunidade negra. O fato de a professora ser muito bem articulada nas suas argumentações também foi um diferencial importante no programa.

Os registros finais sobre o livro *Antonieta de Barros* dão conta de trazer para a nossa análise o quanto as condições objetivas de enfrentamento contra o racismo estrutural a partir das mulheres negras pode ser fatal.

JERUSE – Antonieta foi vítima de racismo três ou quatro vezes, isso é o que a gente sabe, porque algumas pessoas dizem mais, só que como eu não tinha a fonte concreta eu só sugeri que houve mais. Pensa! Quando ela passou por Blumenau fazendo campanha ela sofreu racismo, nessa época a cidade tinha um partido nazista. E quando você pensa Florianópolis hoje o que mudou? Quando você pensa SC, o que mudou? De quem é que vem todo esse discurso de ódio? A gente pode falar de um passado para refletir um presente, para averiguar se mudou muita coisa, ou se não mudou nada. Em alguns aspectos ela enfrentou mais sozinha do que nós, seguramente muito mais sozinha porque ela foi a primeira mulher a andar sozinha no universo masculino, a primeira negra que andava sozinha num universo branco, contudo ela conseguiu começar e terminar uma história. Mas quando ela falece, já começa a escrever nos textos dela que está com a alma doída, com a alma triste com as perseguições que estava sofrendo da oposição. Algumas pessoas dizem que ela morreu foi de tristeza, ela morreu de diabetes uma doença dos negros, mas o gatilho foi a tristeza. É muito forte isso! Uma mulher que morreu com 50 anos, muito jovem. O livro é uma provocação, eu não estou analisando nem concluindo nada. Eu quis deixar as pessoas curiosas. Todas as fontes são apresentadas e eu não omiti fonte nenhuma. Para quem quiser pesquisar e que de um ponto que se faça outro.

Não conseguimos medir a dimensão das consequências do racismo na nossa sociedade, mas desde os porões dos navios, nas senzalas, nas fugas para os quilombos, na educação antirracista familiar e até no parlamento, as mulheres negras realizam um papel diferenciado, mas sofrem. Independentemente da nossa posição, o nosso corpo negro chega primeiro! A morte é a mais cruel das violências e convivemos diariamente com o genocídio da juventude negra, com a violência

policial, com perseguições e ameaças de morte e até assassinato como no caso da Marielle Franco³².

De acordo com Azânia Mahin Romão Nogueira, prefaciadora da obra de Jeruse Romão,

O trabalho de Jeruse Romão é, de diversas maneiras, disruptivo: a efetividade desprendida que recusa transformar Antonieta em objeto de pesquisa acaba por escrever um livro com uma fluidez que nos permite recompor uma memória coletiva sobre ela. Ao fim da leitura, mais do que conhecer fatos sobre Antonieta, sentimos que, finalmente, a conhecemos (ROMÃO, 2021, p. 16).

Quantas “Antonietas” morrem caladas no anonimato! Essas são algumas das reflexões provocadas por um programa que ultrapassou a biografia de Antonieta de Barros, perpassando a vida das professoras negras. Os registros realizados no programa trazem a interação dos ouvintes com o tema e o interesse pelo livro a partir desse diálogo.

Quadro 8 – Registro das participações, indicação de pauta, interações e comentários lidos ao vivo no programa *Protagonistas Sem Fronteiras* no dia 22 de maio de 2021

CINTIA – *Eu quero já mandar o meu alô PARA O PESSOAL QUE ESTÁ NO GRUPO DO COLETIVO CHEGA DE RACISMO, dizendo que está ligado, A Sissa está mandando um abraço para você, ela diz que está ouvindo e compartilhando para que a galera possa acompanhar.*

JERUSE – *A professora Sissa também é uma incrível escritora, eu estava conversando com esta semana e dizendo que eu sou a mais recente publicação, mas na semana que vem ou na próxima à professora Eliane Debus estará apresentando o Cruz de Souza para crianças. Muito interessante você deve chamá-la para conversar viu. Ela também publicou Antonieta de Barros para crianças. Hoje os adultos podem ler Antonieta escrito por Jeruse Romão e os pais podem comprar Antonieta para os filhos.*

CINTIA – *Boa indicação! Eu amo estas indicações, também quero agradecer a Iara que entrou em contato, toda tímida, Cintia, será que seria possível? E eu respondi, mas que dúvida bora lá trazer essa mulher para conversar conosco.*

CINTIA – *Quero registrar a participação da Cris Dias da UNESCO, que também está no se manifestando ali no grupo do Coletivo Chega de Racismo.*

CINTIA – *Deixa eu registrar aqui as participações que estão muito legais, galera aí toda ligada. Bom dia começar nosso dia com a Cintia e a Jeruse Romão é muito bom, parabéns! Professora Enilda.*

CINTIA – *Temos outros registros. Iara vou ler rsrs, Jeruse é top!!! Iara obrigada pela participação. Essa indicação entra muito nos propósitos do nosso programa que é o processo educacional, a educação com comunicação. É muito melhor quando eu tenho essa percepção de que professores acompanham o programa pois são multiplicadores e não vão ficar só aqui. Jeruse o papo está muito bom, então vamos conversar um pouquinho sobre a estrutura do seu livro.*

CINTIA – *Quantos benefícios, obrigada Jeruse por existir em nossa vida em defesa dos nossos*

³² Marielle Franco é mulher, negra, mãe, filha, irmã, esposa e cria da favela da Maré. Socióloga com Mestrado em Administração Pública. Foi eleita vereadora da Câmara do Rio de Janeiro com 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14 de março de 2018 foi assassinada em um atentado ao carro em que estava; 13 tiros atingiram o veículo, matando, também, o motorista Anderson Pedro Gomes. Disponível em: <https://bit.ly/3FEPiZ3>. Acesso em: 14 fev. 2022.

direitos, esta história estava guardada na memória das pessoas e sem esta obra jamais saberíamos dessas maravilhas que a Antonieta fez. Professora Enilda.
 JERUSE – A Priscila do ACR mandou uma mensagem convidando me convidando para fazer o lançamento do livro do V COPENE SUL.

Neste programa, todas as mensagens enviadas foram lidas no ar, com isso julgamos não ser necessário reproduzir nos prints a título de ilustração.

5.7 AÇÕES DO NÚCLEO DE PESQUISA AFRO-BRASILEIRA (NEAB/UDESC)

O programa número 05 aconteceu no dia 25 de setembro de 2021. O instrumento utilizado para a participação da convidada Maria Helena Tomaz foi a plataforma Google Meet. O tema abordado foram as ações do NEAB/UDESC, cujo objetivo era apresentar para as comunidades periféricas a importância desses territórios negros nos espaços acadêmicos. A pauta surge da aproximação da apresentadora e mestrande Cintia dos Santos com o núcleo de pesquisa afro-brasileira da Universidade do Estado de Santa Catarina. A sugestão da orientadora Graziela de Fátima Giacomazzo para que a mestrande integrasse a disciplina de Educação e Comunicação, como aluna especial na UDESC, proporcionou o contato mais próximo com a área do conhecimento da educomunicação e com a doutoranda Maria Helena Tomaz, atual coordenadora do NEAB/UDESC.

O programa se dividiu em três blocos: no primeiro bloco, identificamos elementos educacionais relacionados à transversalidade dessa área do conhecimento e fizemos a apresentação da convidada, com destaque para a ancestralidade feminina; o segundo bloco foi direcionado para o histórico do NEAB/UDESC e as relações de pertencimento afrodiaspórico nessa constituição, além do movimento negro; o terceiro bloco foi destinado à discussão sobre as cotas raciais e as ações do núcleo de pesquisa afro-brasileira da UDESC.

A nossa centralidade girou em torno da relevância do diálogo entre as participantes, sobre a importância do movimento negro na implantação das ações afirmativas na estrutura do Estado, as ações do NEAB/UDESC e o impacto das cotas raciais no cotidiano acadêmico da universidade e na consolidação da educomunicação antirracista no programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, a partir

desse novo ecossistema educacional que está em construção, envolvendo os NEABs.

O Núcleo de Pesquisa Afro-Brasileiro da UDESC faz parte do novo ecossistema educacional do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*. Até o momento, esse ecossistema envolve o programa, a web rádio Santa Luzia, o NEAB/UDESC e o NEABI/UNESC (com o título *NEABs, os nossos Quilombos nas Universidades*). A web rádio Santa Luzia também está aberta para outras demandas dos NEABs, como parcerias para programas ou podcasts, visando oportunizar uma proximidade entre os núcleos e as comunidades periféricas para além do campus universitário. O projeto será realizado em 2022, mas contou com uma participação no programa ainda em 2021 para apresentação das ações do NEAB/UDESC e do NEABI/UNESC.

Quadro 9 – Apresentação geral do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* número 05

Programa 05



Tema: Ações do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC)

Duração: 1h e 50 minutos

Data: 07/08/21

Disponível: Repositório, drive da web rádio Santa Luzia, arquivo privado, disponível somente para as reações.

Convidada: Maria Helena Tomaz, doutoranda em Ciências da Educação na Universidade do MINHO (Portugal) na linha Desenvolvimento Curricular. Técnica universitária de desenvolvimento em educação no Centro de Educação a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina. Coordenadora e Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB. Pesquisadora associada da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN. Atualmente, é vice-presidente da Comissão de Ações Afirmativas e Diversidades da Universidade do Estado de Santa Catarina. Temáticas de atuação: políticas educativas e curriculares, formação de professores, docência e tutoria em EaD, Educação das Relações Étnico-Raciais, Políticas de Ações Afirmativas, suporte pedagógico e processos acadêmicos no Ensino Superior.

Foto divulgação.

Fonte: Instagram @protagonistas_cintiaoficial

O programa iniciou com uma abertura diferenciada: a apresentadora destacou algumas solicitações de cunho social que recebeu durante a semana para o programa. Ou seja, além das interações dos ouvintes observadas nos outros programas, também identificamos participações independentes que buscam o

espaço para levar suas pautas sociais. A apresentadora anunciou duas participações solicitadas, a do ativista ambiental Erick Cardoso e da Diretoria do Clube Negro União Operária de Criciúma/SC. Optamos por apresentar a solicitação do Erick Cardoso, que ocorreu via áudio no WhatsApp da apresentadora.

ERICK – Neste domingo estaremos realizando um Sarau, salve o Morro do Céu, ocupa o Morro do Céu! Que vem justamente com o objetivo de trazer os artistas para ocupar este espaço que está sendo um espaço de luta. O Morro do Céu está passando por um processo de destruição por parte do poder público, mais especificamente por parte do prefeito Clésio Salvaro, que autorizou essa lei em fevereiro de 2021 que diminui a área de abrangência do parque. E isso é muito grave. Estamos falando de um espaço que por si só é muito bonito e aconchegante, com potencial turístico enorme para a cidade. Também estamos falando de uma área que é de resistência, são 95% da área verde de Criciúma. Esse movimento vem justamente com o intuito de mostrar que a gente não vai deixar que o Morro se vá. Esse sarau vai mostrar a potência que os artistas e a comunidade local têm de preservar o meio ambiente, e que não é só obrigação do poder público, mas precisa do aval do poder público. Nós não aceitamos esta ação do poder público porque a gente precisa respirar, ele é um tapete verde sobre a cidade de Criciúma, se ele for destruído o pulmão da cidade também será destruído. Então deixamos o convite para todos, todas e todes que possam participar neste domingo.

A descrição do áudio representa a transversalidade da educomunicação enquanto área do conhecimento, para além das relações étnico-raciais. Essa interação dividiu o programa em duas pautas, resguardando as devidas proporções. Entendemos ser necessário fazer este recorte porque, conforme Soares (2017, p. 1141), “o documento do Ministério do Meio Ambiente (MMA), afirma que ‘a educomunicação corresponde ao movimento de gestão participativa dos meios de comunicação, à democratização dos sistemas e a defesa do direito à comunicação’. Portanto existe enquanto campo de intervenção social”. Nesse sentido, além da participação via áudio do ativista ambiental, nos intervalos de cada bloco foi transmitida à música da campanha *Salve o Morro do Céu*, seguida de comentários da apresentadora sobre a importância da participação popular, cumprindo um papel importante para a intervenção social nesta atividade.

A pauta sobre o NEAB/UDESC inicia com a apresentação³³ oficial da convidada. Como vimos nos outros programas, o papel das mulheres negras é preponderante na educação antirracista das participantes. A formação acadêmica diferenciada da convidada não se sobressaiu frente às raízes ancestrais retratadas

³³ Texto apresentado no Quadro 9.

nas matripotências negras. Para Maria Helena, referenciar a sua ancestralidade feminina como base para uma luta antirracista é um compromisso com a sua história.

HELENA – Então gente! Eu nasci em Criciúma e até o ano de 2003 eu estava em Criciúma. Venho de uma família de mulheres e eu sempre me referencio! Mulheres muito potentes que auxiliaram na minha constituição enquanto mulher, enquanto profissional. Temos aí nomes muito conhecidos como Clotilde Lalau, professora Maura Vicência, a minha mãe Teresinha, enfim são várias referências que tenho e ainda a minha avó Normélia Martins que foi uma matripotência. Em outro encontro com o Coletivo Chega de Racismo eu referenciei isso, uma mulher com 06 filhos e que deu conta dessa matripotência e foi junto com estas mulheres que eu fortaleci a minha constituição como pessoa, como mulher e como mulher negra. E também sempre referenciei outras mulheres que passaram na minha vida, inclusive a Cintia, pois nós nos conhecemos há muito tempo, mulheres da academia, mulheres de movimentos sociais, das nossas relações interpessoais e que fortaleceram esta minha caminhada.

O modelo matripotência e o movimento negro são os alicerces da formação das militantes e ativistas que participaram dos programas analisados, independente dos espaços que ocupam. O racismo estrutural impõe essa postura para as mulheres negras, que acabam indicando o caminho para uma educação antirracista desde muito cedo, para seus filhos e filhas, por uma questão de sobrevivência. No entanto, o movimento negro politizou esse debate, chegando à estrutura política e às diversas instituições educacionais do Brasil. “Essas mudanças atingem também o plano acadêmico. Em 2000, foi fundada a Associação de Pesquisadores Negros (ABPN), responsável pela realização do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene)” (GOMES, 2019, p. 35). Os anos 2000 culminaram numa efervescência do Movimento Negro com relação às políticas afirmativas, “o fato marcante foi a participação na preparação e durante a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul” (GOMES, 2019, p. 34).

A história dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), vinculados às Instituições de Ensino Superior do Brasil, tem início em 1959, com a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Desde então, outras IES públicas e privadas passaram a criar órgãos correlatos, privilegiando a sigla NEAB. A maior inserção de militantes afrodescendentes nas Universidades possibilitou a aproximação desses profissionais no primeiro Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (Copene) e a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), em 2000 (UNIPAMPA, 2022).

Os NEABs também são frutos dessas intervenções do movimento negro brasileiro³⁴. Essas instituições são importantes até hoje para a nossa discussão, são as principais responsáveis pela aplicação das políticas de ações afirmativas nas universidades federais. A universidade pública não é uma realidade para os estudantes negros, minha experiência com o ensino médio permite esse diagnóstico. Tendo em vista essa realidade, avançamos para o histórico do NEAB/UDESC e a sua relevância no contexto acadêmico, principalmente diante de um estado eurocentrado como é o caso de Santa Catarina.

HELENA – O NEAB-UDESC foi criado institucionalmente em 2003 com regimento próprio após várias ações de pesquisa e extensão desenvolvidos no centro de ciências humanas da educação em parceria com professores e técnicos de outros centros, e aí eu tenho que citar aqui o Centro de Arte (CEARTE), que ao longo dessa caminhada inclusive estão fortalecendo os seus coletivos sobre o aprofundamento de estudos e ações, dentro e fora da universidade sobre a temática antirracista. Se reportar ao NEAB significa se reportar a um coletivo de muitas pessoas que constituíram esse espaço, este território, (que nós vamos chamar de território negro) dentro de uma universidade que é multicampi em SC. E como todas as outras universidades do Brasil foi criada e constituída a partir de uma base eurocentrada. Pensar no NEAB, significa pensar em cada bolsista, em cada professor, em cada pesquisador, porque foi muita gente que esteve atuando neste núcleo. Eu sempre destaco que a presença negra na UDESC fez com que isso acontecesse. Foi em função de professores e professoras negras que estavam na UDESC naquele momento que agilizaram e fortaleceram o movimento, e isso aconteceu tão bem que alunos e pesquisadores estavam juntos para esse território acontecer dentro da universidade. Inclusive o NEAB, e a gente sempre referência isso também auxiliou no processo de constituição de muitos NEABs no Brasil e em Santa Catarina, nessa parceria coletiva com as pessoas que estavam naquele momento com as outras instituições, que também apostaram na constituição desses territórios nas suas universidades, seja ela pública, comunitária ou privada.

O imaginário eurocentrado ao qual Maria Helena se refere, que diz respeito à ideia de morarmos num estado constituído somente por descendentes de europeus, é tão disseminada que encontramos no site oficial do Governo informações sobre História e Cultura de Santa Catarina, uma matéria cujo título do texto resume a percepção estrutural sobre essa identidade do estado: “Contemple o rico patrimônio histórico catarinense, repleto de influências europeias. Depois da chegada dos descobridores portugueses, Santa Catarina recebeu ao longo dos séculos levas de imigrantes alemães, italianos e, em menor número, açorianos, poloneses,

³⁴ O movimento negro é entendido aqui como as diversas organizações que trabalham dentro do conceito antirracista.

ucranianos, holandeses, austríacos e japoneses, entre outros” (TURISMO-SC. 2021). O racismo em Santa Catarina é estrutural desde a sua formação.

Também destacamos a importância da coletividade no processo de construção do NEAB/UDESC, mas a presença de professores e professoras negras engajadas na luta antirracista foi o que consolidou a existência desse território negro dentro da Universidade. A conjuntura nacional também impulsionou essa consolidação com a importante atuação do movimento negro neste período, ajudando na constituição dos NEABs em diversas regiões do Brasil.

As universidades públicas não fizeram parte da vida dos professores negros do meu núcleo familiar e amigos. Com exceção dos cursos EaD nos polos de Criciúma, uma consequência do racismo estrutural que elimina as possibilidades de acesso através de mecanismos com o vestibular, ou a própria sobrevivência no campus como moradia, recursos financeiros, o que dificulta usufruir dessa estrutura estatal e até conhecer esses territórios negros que são os NEABs. Com isso, a apresentadora indaga a convidada sobre as ações do núcleo de pesquisa afro-brasileira da UDESC.

HELENA – São ações extensas ao longo deste período além de eventos e organização com o consórcio de NEABs e da ABPN, que veio instituindo vários eventos como o 1º SEREM, Seminário da Educação para as Relações Étnico-raciais da UDESC. Veio também articulando pontes com a universidade dos EUA para fazer intercâmbio, inclusive com alunas da graduação e da pós-graduação, veio também fortalecendo o congresso nacional de pesquisadores negros o COPENE NACIONAL e o V COPENE SUL, estamos muito juntos nesta articulação. Além disso, foi por meio do NEAB que hoje temos na UDESC uma política de ações afirmativas que instaurou também as cotas para o grupo étnico-racial negro e para estudantes da escola pública. A formação de professores é sempre muito atuante nas relações étnico-raciais e formação de professores nas redes municipal e estadual de ensino em SC. E também possibilitar que os discentes graduandos e pós-graduandos pudessem acessar os seus cursos de graduação, mestrado e doutorado e que felizmente voltam para a universidade como mestres, doutores e doutoras. Essa é uma função primordial, furar essa bolha para a gente ocupar esses territórios, e o NEAB realmente vem fazendo esta ação aqui.

Segundo a apresentadora, no período da sua graduação, não existia o NEAB/UDESC, então a organização da pauta com as atuações do NEAB/UDESC veio no sentido de compartilhar, por meio do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, o quanto esses territórios são importantes para as professoras e professores negros, profissionais que também não tiveram esta oportunidade. Essa articulação dos Núcleos, que são verdadeiros quilombos nas universidades públicas,

não é publicizada a ponto de popularizar as informações, porque não existe interesse do Estado brasileiro, em particular de Santa Catarina, em promover esse tipo de debate amplamente. Por isso, a importância de espaços educacionais antirracistas como o programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, que centralizam essa pauta e dão visibilidade para as ações que podem ser acessadas pelo público negro nesse espaço acadêmico. Conforme Freire (1997, p. 106), “daí a necessidade que tem de ampliar o diálogo – como uma fundamental estrutura do conhecimento – a outros sujeitos cognoscentes”. Nessa mesma perspectiva, o diálogo evoluiu para as cotas raciais.

CINTIA – E para fechar este bloco Helena, porque não tem com a gente não perguntar, a política de cotas é uma ação afirmativa na universidade! Como você percebe a importância dessa ação numa universidade estadual? Nós não vivemos esta realidade aqui, a nossa universidade é comunitária, então não existem cotas raciais. Como isso modificou o cotidiano da universidade principalmente na relação de vocês, aluno negro e universidade?

HELENA – A nossa universidade também se mantém com recursos da comunidade catarinense e essa comunidade é constituída por pessoas negras, quilombolas e indígenas, não negras e não indígenas. Temos aí também os caboclos e uma constituição muito rica dentro dessa população catarinense e pensando dessa forma se começou a questionar porque o acesso a essa universidade não se dava para essas populações. Estamos nesta discussão até hoje porque ainda não conseguimos efetivar a entrada por meio de cotas raciais por exemplo para a população indígena a não ser com iniciativas pontuais com os programas de pós-graduação que vem através de seus departamentos, efetivando que a população indígena, negra, de imigrantes, LGBTQIA+ que consigam também adentrar na universidade que é um espaço público, um espaço da comunidade catarinense.

A convidada trouxe argumentos sobre situações que ainda prevalecem, como a dificuldade de inserção das populações indígenas nas universidades brasileiras. Com isso, entendemos que a legislação é uma conquista, mas a exemplo das populações indígenas que destacamos em negrito, a demora na inclusão dos povos originários na legislação também contribui com o atraso na sua inclusão acadêmica. A Lei nº 12.711/12, que versa sobre as Cotas Raciais, inclui em seu artigo terceiro que,

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016) (BRASIL, 2012, p. 1).

O debate sobre as cotas raciais ainda é intenso em nosso tempo. As escolas não promovem discussões acerca do tema, evitando as críticas que surgem durante as reuniões pedagógicas. Em Criciúma/SC, no ano de 2013, as cotas raciais foram suprimidas do concurso público municipal na gestão do então prefeito Márcio Búrigo. Esse exemplo demonstra o quanto a discussão se faz presente no nosso dia a dia, exigindo uma vigilância constante. Quando essa situação chegou à mídia tradicional, o racismo escancarado emergiu e dezenas de declarações racistas também se espalharam nas redes sociais. Conforme Gomes (2019, p. 86), desde o início desse debate, as tensões foram acirradas: “a tensão e a discordância sobre o tema chegou a tal ponto que até mesmo manifestos contra e a favor das cotas raciais foram publicados com assinaturas de ativistas, educadores, artistas, sindicalistas, políticos, entre outros. Ambos os grupos entregaram os seus manifestos ao Supremo Tribunal Federal”. E, em Criciúma, não foi diferente, a luta antirracista em defesa das cotas raciais é nacional, mas também é local.

Após dez anos da sua implementação, a política de ações afirmativas, como a Lei das Cotas Raciais, dá exemplos da sua importância, como podemos perceber nas argumentações de Maria Helena Tomaz:

HELENA – Então seguindo a lei federal que institui as cotas raciais para as universidades, e vocês percebiam que é uma lei que direciona para as federais e institutos federais, mas que a UDESC protagonizando a nível estadual trouxe esta discussão à baila. E aí nós que estamos lá dentro percebemos a diferença que a adoção das cotas fez para a Universidade, temos espaços enegrecidos, temos alunos da graduação e da pós-graduação que estão ocupando esses espaços que vêm nos procurar, temos enfim vários depoimentos de pessoas que saíram da graduação e voltaram agora como professores. Então isso é muito importante porque desenha um novo quadro de acesso permanente de sucesso dentro da comunidade catarinense. Achemos que ainda é muito pouco e aí estamos discutindo na comissão de ações afirmativas e diversidades a ampliação dessa política, pensando que a cota é um pequeno mecanismo dentro das ações afirmativas, temos que pensar questões identitárias, pensar em técnicos, temos que pensar em professores, pensar em currículo e formação destes diversos profissionais, bacharéis, engenheiros, licenciados que voltam para a comunidade catarinense formados e tem que ter este olhar multifacetado da educação antirracista e dessa educação para as relações étnico-raciais.

Se o racismo é estrutural, o enfrentamento também deve abalar as estruturas da sociedade brasileira. Nesse sentido, a educação tem dado boas contribuições, embaladas pelo movimento negro educador. “O tribunal decidiu que as políticas de cotas raciais nas universidades públicas e privadas estão de acordo com a

Constituição e são necessárias para corrigir o histórico de discriminação racial no Brasil” (GOMES, 2019, p. 87). Para nós do movimento negro, a Lei nº 12.711/12 é um marco, a partir dela o Estado brasileiro assume a sua dívida com a população negra, colocando oficialmente em crise o mito da democracia racial. O caminho ainda é longo e a vigilância deve ser constante.

As pesquisas oficiais e acadêmicas têm comprovado que o desempenho escolar dos estudantes cotistas nas universidades tem sido igual ou melhor do que os não cotistas. Ou seja, negros e negras são produtores de conhecimento e tem o direito de estar nos lugares do conhecimento. E esses lugares têm sido historicamente negados, cabe ao Estado intervir afirmativamente para lhes garantir direitos. Esse é um aprendizado recente da sociedade, do jurídico, da academia e do Estado brasileiro. Aprendizado que teve o movimento negro como educador e socializador de saberes (GOMES, 2019, p. 89).

Para Cintia dos Santos, a participação da Maria Helena foi de grande importância. A apresentadora afirma que essa experiência da convidada no cotidiano acadêmico contribui tanto para ela como para os ouvintes. O debate sobre as políticas reparatórias é mais recente e ainda não foi apropriado por alguns seguimentos do movimento negro diante da necessidade de preservar a manutenção das cotas raciais, mas aponta um horizonte para a luta antirracista a partir das universidades públicas que já possuem um fôlego na implementação das políticas afirmativas.

CINTIA – É muito importante estar ouvindo esse relato de quem vive o cotidiano da universidade, porque sabemos da importância das cotas, mas nada como o cotidiano né, e o quanto isso impacta a realidade das universidades e consequentemente dos estudantes. Foi sim um divisor de águas, mas mais do que isso é o entendimento de que foi só o começo e que ações afirmativas vão muito além das cotas raciais, eu prefiro me referir às políticas reparatórias porque na reparação entra a questão de patrimônio, a questão da identidade, entre o que nos foi roubado e precisa ser revisto inclusive na legislação brasileira.

Essa discussão abre um parêntese para futuras pesquisas acadêmicas no sentido de ampliar as conquistas da população negra frente ao racismo estrutural. Partindo para o bloco final, o diálogo entre as participantes evolui para uma questão que caracterizamos ser vanguardista: a educomunicação antirracista e a formação de um ecossistema com os NEABs não é habitual principalmente numa mídia totalmente aberta aos diferentes tipos de público. No entanto, essa iniciativa é parte do projeto NEABs: *Nossos Quilombos nas Universidades*, a discussão se abre a

partir das ações que estão por vir. A convidada faz uma introdução sobre as parcerias do núcleo de pesquisas afro-brasileiras da UDESC, com o objetivo de situar a localização da entidade ao assumir essa parceria com o programa *Protagonistas Sem Fronteiras*. Entre as ações mencionadas destacamos:

HELENA – *O programa Antonieta de Barros que iniciou em 2019 com um novo processo do qual eu estou coordenando, que é o projeto Caminhando com Antonieta de Barros, tendo como objetivo o resgate do protagonismo, da ancestralidade das matripotências das mulheres negras, indígenas e quilombolas tendo como eixo articulador a Antonieta de Barros. [...] com a pandemia surge o projeto Diálogos insurgentes o avesso de um mesmo lugar que objetiva colocar em evidência, estudos, produções, narrativas e escrevivências epistemológicas que adensam a discussão sobre as insurgências da história negra e indígena no Brasil. Nós extrapolamos o ambiente universitário com estes encontros, com a gestão muito junto porque elas têm que estar presentes, trazendo para pauta a EREER e a educação antirracista. A partir de tudo isso surge o curso de formação com a SED envolvendo 1500 educadores para o ano de 2022.*

O NEAB/UDESC constitui-se como uma entidade que viabiliza e busca parcerias externas, rompendo constantemente com a bolha acadêmica, que muitas vezes impede a participação das comunidades periféricas e, conseqüentemente, dos educadores negros. Sendo assim, a parceria com o programa *Protagonistas Sem Fronteiras* é parte desse processo extensionista. O programa passa a compor uma janela aberta para o NEAB/UDESC e o acesso dos professores antirracistas e interessados pela causa para a participação ativa nesses projetos. Conforme Freire (1997, p. 86), “desta forma, na comunicação não há sujeitos passivos. Os sujeitos cointencionados ao objeto de seu pensar se comunicam com seu conteúdo. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se e que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo”. Esse diálogo é intencional, é educativo e formativo, e não apenas um acumulado de informações. Existe uma troca entre as participantes.

CINTIA – *[...] parabeno o NEAB a partir desta preocupação, porque nós percebemos aqui em Criciúma, principalmente com a existência da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial a (COPIRC) e o Conselho municipal de Promoção da Igualdade Racial de Criciúma o (COMPIRC), que as ações voltadas para uma educação antirracista são muito mais presentes na rede municipal do que na rede pública estadual. Essa é uma reivindicação que a gente faz há muito tempo nas discussões sobre essa diferença entre a educação antirracista entre uma rede e outra. Esse projeto com a SED é piloto, mas pela necessidade tenho certeza que se fará presente muitos anos com a reivindicação da categoria.*

Este programa, tanto quanto os demais, também serve de arquivo para cursos de formação, análise de pesquisas, podcasts, e está depositado no drive privado da web rádio Santa Luzia, disponível mediante solicitação de professores ou por meio das reapresentações que acontecem durante a programação. Nesse sentido, concordamos com Freire (1997, p. 63), ao afirmar que “não há que considerar perdido o tempo do diálogo que problematizando, crítica e, criticando, insere o homem na sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação”.

O contexto educ comunicativo antirracista fica mais evidente no último bloco, ao tratarem especificamente da relação entre o NEAB/UDESC e o programa *Protagonistas Sem Fronteiras*. O conjunto de interesses educativos a partir de práticas pedagógicas antirracistas entre a web rádio, o programa e o núcleo de pesquisa afro-brasileira convergiram na formação deste novo ecossistema educ comunicativo.

HELENA – *Essa questão da educ comunicação, essa educação para a comunicação ela nos afeta e nos transversaliza também no NEAB. Nós nos aproximamos da web rádio pensando não só na pandemia, mas também nas experiências que já temos na educação a distância. Então a gente vem sempre se inserindo nessa pauta pensando que atualmente as pessoas têm acesso a muitos dispositivos tecnológicos, a muita fake news e muita informação, mas ao mesmo tempo tem pouca formação nesses processos educ comunicativos pensados enquanto educação. Então temos muitas ações para poder falar, temos a biblioteca de referência que é um projeto chamado tecendo conhecimento nas redes, resgatamos essa questão da comunicação e da luta antirracista no nosso Facebook, no nosso Instagram, no grupo de WhatsApp denominada Kizomba do Conhecimento, temos uma playlist no Spotify e um projeto de produção de podcast que está a todo vapor para a gente colocar na rua. Então transitamos por estas áreas e pensamos neste projeto que é Tecendo Conhecimento nas redes para que a gente possa trazer ao alcance da comunidade. E aí nada mais do que a web rádio que pode auxiliar com objetivos comuns. A importância da web rádio para nós é extrema, ao trazer esta possibilidade da educ comunicação junto conosco neste trabalho é essencial. É essencial este espaço e a ocupação deste território para a gente pensar nas nossas pautas. Não podemos mais ficar só nas salas de aulas da universidade ou da escola, esses espaços também são nossos e ainda bem que temos pessoas que estão ocupando esses espaços com esta pauta.*

Maria Helena relata uma série de ações já desenvolvidas pelo NEAB/UDESC no campo educ comunicativo. O encontro com a apresentadora apenas potencializou as intenções de expansão da educ comunicação antirracista. Já existe uma caminhada de ambos os lados nessa busca construtiva por ações antirracistas a partir da utilização das mídias alternativas.

O movimento negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante (GOMES, 2019, p. 21).

Essa demanda é constante e precisa ser ampliada e potencializada com a atuação dos coletivos, da academia, da sociedade civil e do poder público. Enfim, para combater o racismo estrutural é necessário intervir na estrutura social brasileira.

Neste programa, não identificamos interações dos ouvintes durante a sua apresentação, também não encontramos registros de mensagens nas redes sociais. De acordo com Cintia dos Santos, o fato se deve ao distanciamento entre o público que acompanha o programa e o tema abordado. O que demonstra a necessidade de levar a conhecimento público as ações dos NEABs, situação que não é uma exclusividade da UDESC, e sim do conjunto das universidades que possuem este projeto.

5.8 TABELA DE ANÁLISE RELACIONAL: O PROGRAMA *PROTAGONISTAS SEM FRONTEIRAS* E AS RESPECTIVAS CATEGORIAS ANALISADAS

O processo de investigação realizado nesta pesquisa culminou na sistematização destas três categorias: Racismo Estrutural; Práxis Educomunicativa; e a Prática Comunicativa Antirracista realizada no programa *Protagonistas Sem Fronteiras*. Sendo assim, objetivando uma análise relacional entre os programas investigados, organizaram-se três tabelas com as respectivas categorias elaboradas neste estudo, no intuito de evidenciar as relações que se estabeleceram entre os cinco programas. Essa estratégia possibilitou identificá-las mais precisamente frente ao entrelaçamento ocorrido entre elas.

As tabelas estão organizadas da seguinte forma: Tabela 1 – Categoria Racismo Estrutural; Tabela 2 – Categoria Educomunicação-Antirracista; Tabela 3 – Categoria Programa *Protagonistas Sem Fronteiras*. Cada tabela traz os programas de acordo com a numeração: Programa 01; Programa 02; Programa 03; Programa 04 e Programa 05. A última coluna corresponde à análise relacional de cada categoria analisada.

Tabela 1 – Categoria Racismo Estrutural

PROGRAMA 01	PROGRAMA 02	PROGRAMA 03	PROGRAMA 04	PROGRAMA 05	ANÁLISE RELACIONAL
Neste programa, o racismo estrutural se apresentou a partir da necessidade da luta antirracista no chão da escola, desde a Educação Infantil apresentada pela professora Ivina, como uma tentativa de preparação dos estudantes negros para a vida. Também destacamos o papel da mídia tradicional na consolidação desse racismo, quando não existe preocupação em transmitir uma imagem positiva do continente africano. Isso contribui na recusa da identidade afro-brasileira por parte dos professores e estudantes. Além disso, o racismo e a xenofobia são uma realidade presente nas escolas com a vinda dos imigrantes africanos e haitianos para o Brasil.	As integrantes do grupo de pesquisa NEGRA-UNESC trouxeram para o diálogo outro viés do racismo estrutural, como a necessidade de práticas pedagógicas antirracistas nas universidades a partir do recorte de gênero, raça e classe. Para as professoras que participaram, as universidades precisam estar abertas para o diálogo com os movimentos sociais, com o objetivo de reduzir as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras. Elas afirmaram que as mulheres negras são ainda mais afetadas pelo racismo no ambiente acadêmico, o que exige ações como a realizada pelo grupo de pesquisa, que reconhecem as epistemologias, outras a partir do feminismo negro e do próprio movimento negro.	Os participantes desse programa ressaltaram a dimensão do racismo estrutural a partir do corpo negro. As imagens dos personagens negros retratados com empoderamento causaram emoção e surpresa. Isso reflete a naturalização do corpo negro enquanto figura marginalizada, subalterna, escravizada e sexualizada que foi construída durante séculos em nosso país. Na discussão, outros elementos do racismo estrutural foram apresentados, como a invisibilidade dos negros, sejam as personalidades históricas, locais ou nacionais, demonstrando o quanto essa realidade afeta o nosso cotidiano. Outra característica levantada foi a ausência da história negra sendo contada sob o olhar da negritude, principalmente nos livros didáticos.	A professora e escritora Jeruse Romão trouxe as diversas barreiras enfrentadas pela professora Antonieta de Barros no parlamento catarinense, demonstrando que o racismo estrutural se faz presente nas diversas instituições. Ela destacou o quanto a representatividade negra nos espaços de poder incomoda, revelando o sofrimento da parlamentar ao final da carreira. A invisibilidade do seu protagonismo no estado de Santa Catarina, a luta das mulheres negras contra o racismo, desde sempre e na educação, também ficou evidente, demonstrando que essa luta é uma questão de sobrevivência étnico-racial.	A professora Maria Helena Tomaz, coordenadora do NEAB-UNESC, trouxe as dificuldades para a implementação das ações afirmativas nas universidades. Mesmo sendo lei, foi necessária uma importante mobilização de professores negros e ativistas para a sua concretização. Outra luta importante no ambiente acadêmico e fora dele é a vigília constante pela implantação e manutenção das cotas raciais. Os NEABs só existem por conta das iniciativas internas dos professores e ativistas do movimento negro dentro das universidades.	O racismo estrutural está presente nas diversas instituições, como ficou claro na participação de cada convidada. Seja na mídia, na Educação Infantil, na Educação Básica, no Ensino Superior ou no parlamento, as bases que sustentam o racismo são muito sólidas. A invisibilidade da população negra é parte do processo de manutenção desse racismo estrutural, como o “esquecimento” das contribuições da negritude na constituição do nosso país. Nesse sentido, o caminho a ser percorrido para a desconstrução desta realidade ainda é longo, mas as diversas iniciativas comprovam o importante papel do movimento negro e das mulheres negras na educação antirracista e conquista de direitos.

Tabela 2 – Categoria Práxis Educomunicativa

PROGRAMA 01	PROGRAMA 02	PROGRAMA 03	PROGRAMA 04	PROGRAMA 05	ANÁLISE RELACIONAL
Neste programa, o processo educacional antirracista se constitui principalmente no diálogo entre a apresentadora e a convidada sobre as práticas pedagógicas antirracistas na Educação Infantil. A importância do olhar de um educador negro antirracista na construção da identidade afro-brasileira e valorização da história e cultura da África. O racismo e a xenofobia na Educação Infantil são conteúdos que não são incluídos nas pautas da mídia tradicional e foram socializados por meio do programa, juntamente com as alternativas de práticas pedagógicas antirracistas.	A educação antirracista se apresenta principalmente na construção coletiva do programa, desde a indicação da pauta, a gravação com as participantes e a prioridade para divulgar a ação extensionista do grupo de pesquisa NEGRA-UNESC no programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i>. Nas interações que ocorreram ao vivo, percebeu-se empatia, satisfação e sentimento de pertencimento ao mesmo grupo étnico-racial e uma relação de confiança entre todas as participantes. Houve uma preocupação em tornar um conteúdo acadêmico acessível ao público ouvinte. A partir de um diálogo fraterno, as participantes discutiram sobre a importância do feminismo negro, as dificuldades da militância e o importante papel do movimento negro. Um tema abordado com fôlego com todos os envolvidos, sem preocupação com o tempo ou inserções comerciais.	O programa gerou conteúdos e discussões numa perspectiva transversal e multidisciplinar. A educação antirracista se constituiu a partir da área de intervenção Comunicação e Expressão pelas artes. As diversas possibilidades para uma prática pedagógica antirracista foram demonstradas por meio dos comentários dos participantes sobre a exposição de arte. O cuidado na seleção dos convidados proporcionou uma diversidade de abordagens, tornando o programa uma fonte de assuntos para trabalhos na Educação Básica, nas universidades ou em cursos de formação. O programa foi extenso, cerca de 2 horas e 40 minutos, permitindo aos convidados uma boa leitura sobre as obras expostas, com o objetivo de garantir um conteúdo de qualidade para os ouvintes e participantes.	O programa foi uma indicação de pauta, demonstrando coletividade na sua elaboração. Ao abordar o livro de Antonieta de Barros, da professora Jeruse Romão, oportunizou-se o interesse dos ouvintes pela história negra não contada de Santa Catarina. A discussão sobre o livro passou pela luta das professoras negras, da necessidade da militância negra nos diversos espaços e da valorização dos personagens negros do estado de Santa Catarina na educação. O programa viabilizou um contato mais próximo dos ouvintes com a escritora. A liberdade de expressão também se destacou quando a escritora denunciou um caso de racismo ao vivo, sem se preocupar em ser censurada. A interação dos ouvintes foi importante para garantir a reverberação desse programa em outros ambientes.	Este programa caracteriza a qualificação desse ecossistema educacional antirracista no programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i>. A participante demonstrou compreensão da importância não apenas do programa, mas de toda a web rádio Santa Luzia, enquanto lugar de fala para a população negra. A ação educacional antirracista partiu da apresentação dos territórios negros dentro das universidades, os NEABs e a necessidade de torná-los uma referência para os professores e jovens negros. As ações do NEAB-UDESC foram o primeiro passo para motivar uma aproximação entre os ouvintes e a UDESC, enquanto universidade pública. Isso demonstra um compromisso com a educação antirracista nos diferentes níveis educacionais.	A práxis educacional do programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i> se constitui a partir da intencionalidade educativa, dos temas abordados e a inversão da lógica tradicional, priorizando que a maioria dos participantes sejam negros. Além disso, esse processo educacional é antirracista, as discussões são realizadas com fôlego e a coletividade contribui com as possibilidades de aplicação das práticas pedagógicas antirracistas nos diferentes níveis da educação formal e não formal. A transversalidade e a multidisciplinaridade estão muito presentes. Esse ecossistema educacional engloba os professores negros, a mídia web rádio Santa Luzia e o programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i> e os ouvintes.

Tabela 3 – Categoria Prática Comunicativa Antirracista no Programa *Protagonistas Sem Fronteiras*

PROGRAMA 01	PROGRAMA 02	PROGRAMA 03	PROGRAMA 04	PROGRAMA 05	ANÁLISE RELACIONAL
Ao agradecer a participação no programa Protagonistas Sem Fronteiras, a professora Ivina destaca a importância deste espaço de comunicação no contexto antirracista para ela e para a comunidade negra. Aqui, a representatividade se manifestou a partir de quem é mulher, negra e atuante na luta antirracista na Educação Infantil. A convidada se coloca à disposição para participar sempre que for chamada pela apresentadora. Outro elemento importante é que a partir da experiência com a prática comunicativa deste programa, ela se deu conta da importância de divulgar o seu trabalho antirracista nas redes sociais. Uma apropriação do ciberespaço importante neste contexto.	O programa é uma referência para as pautas étnico-raciais desenvolvidas nos espaços educacionais. Foi a primeira opção do grupo de pesquisa NEGRA-UNESC para a divulgação do projeto de extensão, envolvendo as práticas pedagógicas antirracistas na academia. O agradecimento das participantes pela abertura desse espaço aponta uma necessidade de valorização dessas iniciativas em espaços educacionais como o programa, além de estabelecer uma ligação entre a academia, o projeto de extensão do grupo de pesquisa e o público que não faz parte do ambiente universitário.	Todos os participantes falaram sobre a importância de estar no programa como comentaristas das obras de arte, principalmente envolvendo as personalidades negras numa situação de empoderamento. O papel que a apresentadora cumpre neste processo também foi enaltecido pelos participantes como uma referência negra, ocupando um espaço na comunicação que é majoritariamente branco. Para além da transmissão e interação com os ouvintes, o programa fez do seu espaço físico um ambiente educativo, demonstrando as possibilidades de aliar o local ao global a partir do ciberespaço.	Neste programa, destacamos a importância de levar ao conhecimento público a história negra não contada nos bancos escolares de Santa Catarina. As discussões abordaram alguns tabus que não são discutidos nas escolas, como a disputa pelos espaços de poder, fundamentais para a desconstrução do racismo estrutural. A participação da professora e escritora Jeruse Romão expressou uma mudança no perfil dos participantes que até então, eram locais. Ou seja, o programa tornou-se um espaço de visibilidade e representatividade da população negra catarinense a partir do seu lugar de fala. Outro elemento importante foi a liberdade de expressão para a realização de denúncias racistas, sem o risco de censura. A interação dos ouvintes demonstrou o quanto o programa alcança os professores, que também se sentem à vontade para participar ao vivo.	Neste programa acontece a consolidação da ação educativa antirracista de acordo com os estudos realizados sobre essa área do conhecimento. A formação de um novo ecossistema educativo, construído, pensado e elaborado para essa finalidade, demonstra a evolução da apresentadora e do próprio programa enquanto ação educativa antirracista. O diálogo sobre as ações do NEAB-UNESC e as experiências desse território negro na universidade com a educação fortalecem essa iniciativa do programa <i>Protagonistas Sem Fronteiras</i>, que no decorrer do processo foi se profissionalizando enquanto ação educativa-antirracista na web rádio Santa Luzia.	Essa categoria está entrelaçada com as demais e se constitui no espaço onde a prática comunicativa acontece a partir de um processo educativo antirracista na web rádio Santa Luzia. O programa é um espaço coletivo, dialógico e democrático que proporciona o direito à liberdade de expressão no contexto das relações étnico-raciais. Esse processo, ao ser construído coletivamente, cria vínculos e fortalece a identidade afro-brasileira e constitui-se enquanto referência na luta antirracista para os professores negros. E, por fazer parte do ciberespaço, não está restrito ao território local, o que dificulta mensurar a dimensão deste projeto. No entanto, a sua importância se refletiu nas manifestações dos participantes no processo de análise.

As diversas etapas que constituíram esse processo demonstraram ser viável avançar na construção de alternativas dialógicas emancipatórias, como o programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, principalmente no que diz respeito à desconstrução do racismo estrutural e à ampliação das práticas pedagógicas antirracistas nos espaços educacionais a partir do ciberespaço.

Como afirma Soares (2017, p. 503),

A educomunicação demanda, sobretudo, uma pedagogia específica para sua própria disseminação: uma pedagogia de projetos voltada para a dialogicidade educ comunicativa, em condições de prever formação teórica e prática para que as novas gerações tenham condições não apenas de ler criticamente o mundo dos meios de comunicação, mas, também, de promover as próprias formas de expressão a partir da tradição latino-americana, construindo espaços de cidadania pelo uso comunitário e participativo dos recursos da comunicação e da informação.

Com isso, entendemos a prática comunicativa do programa *Protagonistas Sem Fronteiras* como uma ação educ comunicativa-antirracista na web rádio Santa Luzia. Justificamos a nossa argumentação a partir de algumas características que identificamos no processo de análise. Entre elas, a busca constante por formação por parte da idealizadora que resultou na qualificação do programa, demonstrando uma preocupação entre a teoria e a prática, tão importantes na construção do conhecimento. O rompimento com o empirismo, aliado ao uso comunitário desse espaço educ comunicativo; a intencionalidade de educar a partir da mídia web rádio, que faz parte do ciberespaço; a escolha dos temas com foco nas relações étnico-raciais; a inversão da ordem vigente na mídia tradicional, priorizando que a maioria das participantes seja composta por mulheres negras, setor que corresponde à base da pirâmide social brasileira; a interação dos ouvintes, majoritariamente constituídos por professoras negras; a participação ativa dos ouvintes na sugestão de pautas e a referência que se tornou o programa para o público negro e para ativistas não negros que atuam na luta antirracista. Esses elementos também dão luz a uma leitura crítica sobre o papel da mídia no cotidiano educacional formal, não formal e social de todos os envolvidos numa perspectiva antirracista a partir do ciberespaço.

Ao abordar as práticas pedagógicas antirracistas, além de serem tão urgentes no cotidiano escolar, servem para a sociedade “acordar para os privilégios que certos grupos sociais têm, e praticar pequenos exercícios de percepção pode transformar situações de violência que antes do processo de conscientização não

seriam questionadas (RIBEIRO, 2017, p. 510). Sendo assim, essa prática comunicativa antirracista corrobora com a desconstrução do racismo estrutural, naturalizado a partir do Mito da Democracia Racial. A dinâmica estabelecida no programa, a partir do diálogo entre a apresentadora e os convidados nesse espaço democrático, permite a valorização do protagonismo de cada participante com autenticidade. Ou seja, [...] “a cultura consiste em recriar e não em repetir. O homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo” (FREIRE, 1997, p. 38). Os temas abordados refletem as angústias de uma realidade presente na vida dos professores e da população negra, essa abordagem ocorre num contexto crítico, propositivo e dinâmico propiciando um esperançar. No programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, realiza-se uma pedagogia da diversidade que, conforme Gomes (2017, p. 136), “ela tenciona a pedagogia tradicional que ainda ocupa um lugar hegemônico no campo científico, configurando-se em uma pedagogia da regulação”.

A análise apontou que o racismo faz parte da estrutura da sociedade brasileira, estando presente nas instâncias de poder e nas diferentes instituições sociais que estamos inseridos, demonstrando o quanto é necessário trazer esse debate à tona com vistas à sua desconstrução. Conforme Almeida (2017, p. 16), “a tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. O caminho é longo, no entanto, ações antirracistas estão sendo desenvolvidas principalmente pelos professores negros alicerçados pelo movimento negro, como no caso do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*. Essas iniciativas fortalecem a identidade afro-brasileira e consolidam o sentimento de pertencimento da população negra que precisa dessa unidade diante de um desafio tão complexo.

O entrelaçamento das categorias demonstra que elas dialogam entre si neste ecossistema educacional que se constitui a partir da web rádio Santa Luzia. O racismo estrutural é indissociável do debate antirracista que ocorre no programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, e as práticas pedagógicas antirracistas correspondem ao caminho que seguiremos para a transformação social. Com isso, entendemos que a luta antirracista no Brasil é importante em diversos aspectos e a educação antirracista realizada no programa *Protagonistas Sem Fronteiras* é uma excelente aliada neste processo.

CONCLUSÃO

A educação brasileira deve se pautar pela análise da realidade dos diferentes grupos étnicos que formam a nossa sociedade para a erradicação da pobreza, do analfabetismo e das desigualdades socioeconômicas que assolam principalmente os afro-brasileiros. Caso contrário, ela também favorece a manutenção dos privilégios da branquitude. Diante disso, foi com o esperar freiriano que desenvolvemos a escrita dessa pesquisa sob a perspectiva da educomunicação-antirracista. Foi difícil, porque se distanciar de algo que faz parte da sua vida para estudá-lo é complexo; inspirador, porque passei a compreender o que faço a partir de um referencial teórico que sustenta a minha prática; desafiador pelas constantes cobranças internas que fiz a mim mesma no processo investigação dessa temática, uma consequência direta do racismo estrutural que exige mais das mulheres negras no ambiente acadêmico. Além disso, estou consciente de que o processo histórico que se constituiu na exploração da população negra escravizada no Brasil, e que resultou na consolidação do racismo estrutural, precisa da educação antirracista em todos os espaços. Outro desafio foi a realização de uma pesquisa do tipo netnográfica, que ainda não é comum no meio científico. Mas entre essas questões, começo a conclusão desta pesquisa afirmando que o conhecimento aqui elaborado me tornou uma pessoa melhor, provocada a continuar no campo investigativo da educomunicação-antirracista.

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar o programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, entendido como ação educacional na web rádio Santa Luzia, no âmbito da educação antirracista dos professores negros. Desse objetivo geral, originou-se o seguinte problema: Como a mídia web rádio, enquanto ação educacional, contribui na luta antirracista dos docentes negros a partir do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*? Além disso, outras questões emergiram, como: Quais os processos históricos constitutivos do racismo brasileiro, que sustentam o racismo estrutural? Quais os aspectos teórico-metodológicos da educação, suas áreas de intervenção e os ecossistemas educacionais? Qual a importância do rádio na cibercultura, com destaque para a sua importância para a educação? Qual é a importância, o potencial e as implicações do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, bem como de quais modos ele pode contribuir para as demandas antirracistas dos professores a partir do ciberespaço?

Para responder ao questionamento originado do objetivo geral, fez-se necessário compreender a importância dessa temática para o contexto científico, social e político do Brasil. No campo científico, a revisão sistemática de literatura foi importante, visto que encontramos trabalhos significativos sobre a Educomunicação, indicando que já existem diversos estudos nessa área. Mas, no que diz respeito à temática antirracista aliada aos processos educacionais, não foram encontrados resultados, revelando a importância deste estudo no campo acadêmico. Já no contexto social e político, percebemos a sua importância a partir da construção de um referencial teórico que identificou as bases que sustentam o racismo no Brasil, a partir das categorias de análise: Racismo Estrutural, Práxis Educomunicativa e a Prática Comunicativa Antirracista realizada no programa *Protagonistas Sem Fronteiras*. No processo de investigação, constatou-se primeiramente que a prática comunicativa antirracista do programa foi uma iniciativa empírica que se tornou científica com esta pesquisa, resultando numa ação educacional-antirracista na web rádio Santa Luzia. Percebemos que houve uma qualificação entre o primeiro e o último programa analisado, desde a condução, elaboração, interação até a participação dos ouvintes que passaram a sugerir pautas e fazer intervenções ao vivo. Esse movimento acontece no ciberespaço, numa perspectiva democrática, a partir da educação antirracista, com temáticas transversais e multidisciplinares que se contrapõem ao modelo bancário que ainda encontramos em algumas escolas.

A educação trabalha com experiências educativas ligadas a esses processos em espaços de educação não formal, como o programa *Protagonistas Sem Fronteiras*. Com isso, a abrangência dos temas abordados produziu uma série de conteúdos pedagógicos, compartilhados numa dinâmica dialógica, que estão à disposição no repositório virtual da web rádio Santa Luzia para os educadores que solicitarem, podendo viabilizar a elaboração de trabalhos que atendam às demandas da população negra nos espaços educacionais e, consequentemente, o cumprimento da Lei nº 10.639/03, a partir de experiências concretas. No programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, a produção dos conteúdos é uma realidade, demonstrando que isso deixa de ser exclusividade das grandes corporações, sejam elas audiovisuais, sonoras ou impressas, apresentando um potencial de impacto social, especialmente por fazer parte de uma área que se utiliza dos meios de comunicação, das estruturas de mídia e da internet para a sua difusão. Ao proporcionar discussões sobre a pauta antirracista, o programa valoriza o que está

sendo realizado pelos professores negros, multiplicando essas experiências como fonte motivadora de novas práticas antirracistas a partir da apropriação do ciberespaço.

Para responder o problema central da pesquisa: Como a mídia web rádio, enquanto ação educ comunicativa, contribui na luta antirracista dos docentes negros a partir do programa *Protagonistas Sem Fronteiras?*, partimos do pensamento de Ribeiro (2017), presente nesta pesquisa, sobre “o que, de fato, cada um de nós tem feito e pode fazer pela luta antirracista?”. Com esse raciocínio, identificamos que o programa é uma ação educ comunicativa-antirracista por incentivar a desconstrução do racismo estrutural, ao afirmar que ele existe a partir das experiências dos convidados e participantes, colocando em xeque o mito da democracia racial; ao questionar as instituições sobre a emergência das políticas afirmativas, enfrenta-se com as estruturas de poder como o executivo, legislativo e judiciário; o lugar de protagonismo no programa é do professor negro, que ao ocupá-lo torna-se o centro da representatividade para a luta antirracista nos diversos espaços educacionais; indica caminhos para o cumprimento da Lei nº 10.639/03 e, para a implementação de políticas públicas a partir da necessidade das periferias, impacta diretamente no contexto educacional dos docentes negros que fazem parte desse ecossistema educ comunicativo. Ribeiro (2017) ainda afirma que “o autoquestionamento – fazer perguntas, entender seu lugar e duvidar do que parece ‘natural’ – é a primeira medida para evitar reproduzir esse tipo de violência, que privilegia uns e oprime outros”, ou seja, o racismo. Esse comportamento foi observado no programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, tanto entre os participantes como na atuação da apresentadora. Além disso, os convidados demonstraram um compromisso com as práticas pedagógicas antirracistas desde a atuação nas escolas, universidades ou espaços não formais de educação e no movimento negro, apontando que a escola é um importante espaço educacional, mas não precisa ser o único.

Em Almeida (2017), ele afirma que “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida contemporânea. De tal sorte todas as outras classificações são apenas parciais”. Isso significa dizer que, ou se entende o racismo como fator inerente à boa vontade do indivíduo e que diante disso é necessário combatê-lo coletivamente, ou estaremos reforçando a manutenção da sua estruturalidade. Nesse sentido, constatamos que o programa *Protagonistas Sem Fronteiras* apresentou elementos

que favorecem uma reflexão sobre a conjuntura política brasileira do ponto de vista da negritude, possibilitando o acesso a outra história que não seja a do colonizador a partir das pautas importantes para a luta dos docentes negros. Entre elas, o genocídio da população negra, o corpo negro enquanto alvo da invisibilidade e da marginalidade, a importância da atuação antirracista desde a educação infantil e a constante vigília sobre os direitos conquistados pelo movimento negro para a educação.

Quanto à importância do rádio na cibercultura, com destaque para a sua importância para a educação, destacamos que ele carrega consigo uma história ligada aos processos educacionais que ocorreram no Brasil, e na web rádio Santa Luzia não é diferente. O rádio é uma mídia, portanto, se caracteriza como um espaço de poder que passou por transformações importantes, principalmente nas últimas décadas. No processo de reconfiguração dessa mídia, as webs rádios correspondem à fase atual, por serem mais democráticas, permitem o acesso das camadas populares e da população negra ao ciberespaço, apresentando um modelo de comunicação dinâmico e interativo. Ou seja, mesmo diante das inovações tecnológicas, o rádio continua executando um papel educativo importante. No entanto, nem todas as webs rádios são educomunicativas ou possuem o perfil antirracista que observamos na web rádio Santa Luzia, a partir do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, que apresentou um diferencial na escolha das participantes, composta por maioria de mulheres negras. A pauta antirracista é abordada o ano todo e não somente nas datas comemorativas convencionais como o 20 de novembro; o tempo de cada programa está pautado pela qualidade e não por inserções comerciais, características que tornaram o programa uma referência para os educadores negros de Criciúma/SC e região, mas, aos poucos, vai conquistando este espaço em Santa Catarina.

Essa composição oportunizou aos educadores negros um lugar de protagonismo que se contrapõe à lógica racista da mídia tradicional que marginaliza e menospreza a população negra, uma representatividade que parte de quem promove a mudança, desconstruindo as bases que sustentam o racismo estrutural nos seus espaços de atuação. Além disso, ao analisarmos os programas, identificamos um forte potencial para a realização de ações educomunicativas que podem ser desenvolvidos a partir da mídia web rádio, nos diversos espaços educacionais.

Sobre o questionamento de quais os processos históricos constitutivos do racismo brasileiro, que sustentam o racismo estrutural, a pesquisa apontou diversos elementos, sejam eles históricos, científicos ou teóricos, como a ausência do protagonismo da população negra na constituição do território brasileiro; a legislação implementada a partir da abolição da escravidão que excluiu os direitos básicos dos negros escravizados; a Lei de Terras de 1850, que inviabilizou a posse de terras para os negros liberto; as diretrizes educacionais que não davam direito à educação pública para os negros na primeira Lei da Educação de 1837; a Lei da Vadiagem, que aprisionava os negros libertos em condições marginalizadas pelo próprio Estado brasileiro; as teorias científicas como a teoria eugenista ou do branqueamento, com intuito de “clarear” a população brasileira com o processo migratório europeu; as teorias de Lombroso e da Escola de Chicago, que tiveram intensa aceitação no Brasil e reverberam até hoje nas abordagens policiais e ocupações militares nas favelas dos grandes centros do nosso país. Essas questões, aliadas à teoria do Mito da Democracia Racial, formam as bases que sustentam o racismo estrutural no Brasil ainda em nosso tempo.

Para além de afirmar a existência do racismo na constituição da estrutura da sociedade brasileira, o que corresponde às diversas instituições sociais, a pesquisa trouxe um referencial teórico decolonizante, constituído por mulheres e homens negros, antirracistas e, sobretudo, destacou o importante papel da luta dos movimentos negros frente às conquistas para a educação. O que desconstrói a imagem do “escravo passivo”, denuncia a irresponsabilidade do Estado brasileiro com a negritude e enaltece as políticas afirmativas como um passo importante rumo à redução das desigualdades. Como lembra Gome (2019, p. 139), “a compreensão dos saberes produzidos, articulados e sistematizados pelo movimento negro tem a capacidade de subverter a teoria educacional, construir a pedagogia das ausências e das emergências, repensar a escola e descolonizar os currículos”. Nesse sentido, como ainda afirma a autora, “ela poderá nos levar ao necessário movimento de descolonização do conhecimento” (GOMES, 2019, p. 139). Assim, as cotas raciais e a Lei nº 10.639/03 foram e são um suporte importante para os afro-brasileiros.

No que diz respeito a quais os aspectos teórico-metodológicos da educomunicação, suas áreas de intervenção e os ecossistemas educacionais, a pesquisa trabalhou numa perspectiva educacional-antirracista, ou seja, o contexto teórico apresentado seguiu a lógica de valorização da cultura e história

afro-brasileira, estabelecida pela Lei nº 10.639/03. Uma prática pedagógica antirracista expressa-se por meio de um comportamento cotidiano, amparado por uma compreensão teórica da necessidade dessa transformação, nas bases que sustentam a organização do sistema político, social e econômico no Brasil. Com isso, espaços que formam a opinião pública e interferem nas decisões políticas, como o programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade.

Conforme Martín-Barbero (2003, p. 261), “a comunicação está se convertendo num espaço estratégico a partir do qual se podem pensar os bloqueios e as contradições que dinamizam essas sociedades-encruzilhadas, a meio caminho entre um subdesenvolvimento acelerado e uma modernização compulsiva”. Diante disso, os fundamentos teóricos-metodológicos da educomunicação correspondem à sua função estratégica para a humanidade. Enquanto epistemologia latino-americana, está vinculada a teóricos como o educador Paulo Freire, Mário Kaplún, Martín-Barbero e o professor Ismar de Oliveira Soares, com destaque no campo feminino para a professora Ademilde Sartori. É decolonial, dialógica e contra hegemônica, atuando diretamente na realidade a partir das suas sete áreas de intervenção social: 1) educação para a comunicação; 2) pedagogia da comunicação; 3) gestão da comunicação; 4) mediação tecnológica na educação; 5) produção midiática educativa; 6) expressão comunicativa por meio de linguagens artísticas; e 7) epistemologia da educomunicação. Essas são importantes para os educadores que vislumbram a formação de sujeitos emancipados.

Com isso, somos provocados a pensar a educação como uma porta aberta para o mundo, mas cientes das fronteiras estabelecidas pelas condições objetivas que se constituem a partir da situação econômica, das relações étnico-raciais, do gênero e da classe social que inviabilizam o desenvolvimento pleno da humanidade. A partir dessa compreensão, entendemos a educomunicação como uma alternativa que amplia as possibilidades de uma educação antirracista a partir do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*.

Para concluir este estudo, analisamos qual é a importância, o potencial e as implicações do programa *Protagonistas Sem Fronteiras*, bem como de quais modos ele pode contribuir para as demandas antirracistas dos professores a partir do ciberespaço. Nos espaços educacionais, as relações sociais podem ser acolhedoras, inspiradoras e antirracistas. Nesse sentido, no programa *Protagonistas*

Sem Fronteiras, que envolve profissionais comprometidos, realiza-se uma educação subversiva, ensinando intencionalmente por meio do entretenimento no ciberespaço. A sua importância pode ser entendida como um lugar de fala para a população negra que atua na desconstrução do racismo estrutural e na valorização das práticas pedagógicas antirracistas. Isso implica fundamentalmente na aplicação da Lei nº 10.639/03 nas unidades escolares, bem como nos demais espaços educacionais. Além disso, o programa demonstrou que a luta antirracista é protagonizada pelos educadores negros, mas, no entanto, os professores e ativistas não negros que atuam nessa mesma perspectiva também o buscaram como um suporte para as suas práticas, situação que desperta a necessidade de uma futura ampliação dos sujeitos envolvidos nesse processo investigativo, no sentido de analisar a importância a iniciativa também para este grupo.

Por fim, uma das principais dificuldades que encontramos na realização desta pesquisa foi o curto espaço de tempo para a realização da análise, frente ao vasto número de programas (em média 100 programas), que poderiam ser investigados. A pequena amostragem analisada (5 programas) demonstrou que existe uma boa margem para a elaboração de outras formas de interação, desde as participações até a utilização dos demais recursos oferecidos no ciberespaço. O campo da educomunicação é vasto e precisa ser explorado, mas mesmo diante da falta de recursos e dificuldades financeiras, o programa *Protagonistas Sem Fronteiras* cumpre um papel significativo na luta antirracista dos docentes negros, como observamos nas descrições das participações no processo de análise.

A partir dessas percepções, a pesquisa nos dá margem para um novo processo investigativo com mais fôlego. Com este estudo, foi possível identificar que as sete áreas de intervenção social da educomunicação permitem que a temática antirracista ou a educação para as relações étnico-raciais sejam trabalhadas nos espaços educacionais.

Contudo, ao final desta pesquisa, concluímos que a educação antirracista não pode ser tratada de forma genérica no contexto educacional. Isso se justifica porque, durante esse processo de escrita, o mundo foi impactado pelo assassinato de Georg Floyd nos Estados Unidos; dois seguranças brancos espancaram um homem negro, o João Alberto Silveira Freitas, até a morte em Porto Alegre; o menino negro Miguel Otávio, de cinco anos, caiu do 9º andar de um prédio de luxo por “negligência” da patroa da mãe dele, Sarí Mariana Côrte Real; uma matéria

divulgada pelo *Fantástico* em 2021 mostrou que 83% dos presos injustamente por reconhecimento fotográfico no Brasil são negros³⁵; nesse mês de fevereiro, um turista negro foi incendiado em Florianópolis enquanto dormia num ponto de ônibus; o congolês Moïse Kabagambe foi espancado até a morte em um quiosque no Rio de Janeiro; um sargento da marinha matou com três tiros Durval Teófilo Filho que chegava em sua casa após o trabalho e, por ser negro, foi confundido com um ladrão. Entre outras centenas de casos, a exemplo de Criciúma, que não se tornaram manchete nacional envolvendo crimes de racismo sutis ou brutais.

Essa realidade evidencia a necessidade de uma nova área de intervenção social da educomunicação enquanto área do conhecimento que oportuniza a intervenção social em seus diversos aspectos, com foco na educação antirracista ou a educação para as relações étnico-raciais. Nesse sentido, uma investigação futura nesta perspectiva é necessária com vistas a avolumar a luta antirracista para a desconstrução do racismo estrutural e ampliação da aplicação da Lei nº 10.639/03, a partir dessa área do conhecimento.

O caminho ainda é longo, mas a Educomunicação, que tem as suas origens epistemológicas enraizadas na transformação social, é uma excelente aliada. Diante disso, assumo a necessidade de continuar os estudos sobre a educomunicação-antirracista, entendendo que o conhecimento não é finito e que esse processo de construção coletiva proporciona caminhos emancipatórios para a humanidade. E, segundo a teoria freiriana, rumo a um futuro que garanta aos nossos o direito de viver com dignidade.

³⁵ Disponível em: <http://glo.bo/3yy9lan>. Acesso em: 16 fev. 2022.

REFERÊNCIAS

50% DOS BRASILEIROS são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. **G1 Política**, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3vDNrPk>. Acesso em: 24 out. 2021.

ABERT. **O que é rádio ilegal?** Brasília, DF: Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, 5 out. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3N1HQB8>. Acesso em: 24 out. 2021.

ADUFS. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe. Globo é a principal ameaça à democracia brasileira. **CSP Consultas**, 5 fev. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3jRrjMX>. Acesso em: 24 out. 2021.

ALMEIDA, Lígia Beatriz Carvalho de. Projeto de intervenção em educomunicação. **REAS**, Campina Grande, v. 1, n. 6, ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/34OhCd9>. Acesso em: 9 fev. 2022.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Jailson Vieira. Influenciadora de Tubarão polemiza as redes com ‘fala racista’. **Notisul**, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3BaoNXP>. Acesso em: 24 out. 2021.

ANDRELO, Roseane. O rádio a serviço da educação brasileira: uma história de nove décadas. **Revista HISTEDBR [On-line]**, Campinas, SP, v. 12, n. 47, p. 139-153, set. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3gzUMZt>. Acesso em: 9 fev. 2022.

APÓS CRÍTICAS, Globo News faz debate sobre racismo apenas com jornalistas negros: programa ‘em pauta’ foi alvo de polêmica após debater racismo com bancada formada apenas por jornalistas brancos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 3 jun. 2020. Cotidiano, p. 1-10. Disponível em: <https://bit.ly/3GhOut3>. Acesso em: 24 out. 2021.

BALZA, Guilherme. Deputado federal diz no Twitter que “africanos descendem de ancestral amaldiçoado”. **Uol Notícias**, São Paulo, 31 mar. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2ZgdPCW>. Acesso em: 24 out. 2021.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2ZnGF17>. Acesso em: 24 out. 2021.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul./set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3jyPxuX>. Acesso em: 24 out. 2021.

BONETTI, Alinne de Lima; ABREU, Maria Aparecida A. (orgs.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2011. 160 p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Câmara aprova fim da pena de prisão para vadiagem. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 8 ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3ma2gpS>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3MbxiYP>. Acesso em: 12 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho... **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3sxLMd5>. Acesso em: 9 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Base Nacional Comum Curricular**: BNCC, versão aprovada pelo CNE. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3nisENy>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cotas**: perguntas frequentes. Portal MEC, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2ZfbSqb>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3GmfvA>. Acesso em: 9 fev. 2022.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Ações afirmativas**. Educação para as Relações Étnico-Raciais, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3b7uawk>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRENNER, Saullo. Após críticas, Globo News coloca jornalistas negros para debater racismo. **Metrópoles**, 3 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3m7huvM>. Acesso em: 24 out. 2021.

BROCOS Y GÓMEZ, Modesto. **A Redenção de Cam**. 1895. 1 pintura, óleo sobre tela. 166 x 199 cm.

CEERT. **LDB alterada pela 10639/2003**. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3GjVwOc>. Acesso em: 24 out. 2021.

CHAGA, Waldeci Ferreira. Racismo estrutural no Brasil. **Portal Geledés**, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3EbFJyV>. Acesso em: 24 out. 2021.

CINCO famílias controlam 50% dos principais veículos de mídia do país, indica relatório. **Carta Capital**, 31 out. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3vE7Wvo>. Acesso em: 24 out. 2021.

DEZEMBRO Negro: Quilombo dos Palmares – Negociações e Conflitos. Coordenação de Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Campus Marechal Deodoro – Neabi Ayó. 2020. (71 min.), vídeo, son., color. Disponível em: <https://bit.ly/2Zk9SNh>. Acesso em: 24 out. 2021.

DIAS, Valéria. Representatividade negra: qual é a cor dos donos das concessões de rádio e TV no Brasil? - Pesquisa analisa as concessões de rádio e TV no Brasil sob a perspectiva da Teoria Crítica Racial e mostra que a branquitude dos donos das emissoras ajudou a moldar um discurso discriminatório contra a população negra. **Jornal da USP [On-line]**, 11 nov. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3GfJaGP>. Acesso em: 24 out. 2021.

EDUCOMUNICAÇÃO. *In*: VOLP, Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3tWVxIj>. Acesso em: 24 out. 2021.

FEENBERG, Andrew. Racionalização democrática: tecnologia, poder e democracia. CTS ciência tecnologia sociedade e a produção de conhecimento na universidade. *In*: NEDER, Ricardo T. (org.). **Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina**. Brasília, DF: UnB/CAPES-Escola de Altos Estudos, 2017. (Cadernos Primeira Versão; v. 1).

FERNANDES, Bianca da Silva. **Cesare Lombroso e a teoria do criminoso nato**. Canal Ciências Criminais, 13 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3GEfLVC>. Acesso em: 9 fev. 2022.

FERNANDES, Cláudio. Tese do branqueamento: a tese do branqueamento teve grande repercussão no Brasil, no início do século XX, entre intelectuais, como João Baptista de Lacerda. **Mundo Educação**, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3GirpGL>. Acesso em: 24 out. 2021.

FERREIRA, Ana Carolina Santos; FREITAS, Goretti Maria Sampaio de. O rádio na plataforma digital: a webrádio da universidade estadual da paraíba e sua contribuição social e acadêmica. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 20., 2018, Juazeiro, BA. **Anais...** Juazeiro, BA: Inrecom, 2018. v. 20, p. 1-15. Disponível em: <https://bit.ly/3Cd63Im>. Acesso em: 24 out. 2021.

FIORUCCI, Rodolfo. A nova geração do jornalismo crítico: mídia alternativa. **Diálogos**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 455-481, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3vJxmb4>. Acesso em: 24 out. 2021.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura negra: os sentidos e as ramificações. **Literatura e Afrodescendência no Brasil: Antologia Crítica**, Belo Horizonte, v. 4, p. 245-278, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 481. ed. rev. São Paulo: Global, 2003. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1).

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire:** uma biobibliografia. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996.

GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. A emergência das discussões de Achille Mbembe no Brasil. **Faces da História**, v. 7, n. 1, p. 498-500, jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mbSzY2>. Acesso em: 24 out. 2021.

GERALDI, João Wanderley. A diferença identifica, a desigualdade deforma: percurso bakhtiniano de construção ética e estética. In: FREITAS, Maria Tereza; SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sônia. **Ciências humanas e pesquisa:** leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HAUBRICH, Alexandre Freitas. Reflexões e caracterizações sobre mídias alternativas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Intercom, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2ZmVK6g>. Acesso em: 24 out. 2021.

HAUBRICH, Alexandre. Mídias alternativas unidas pela democracia. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, a. 1, n. 7, p. 7, nov./dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2XLtsSs>. Acesso em: 24 out. 2021.

HISTÓRIA DO BRASIL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipédia Foundation, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2ZhUyRg>. Acesso em: 24 out. 2021.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas: informações demográficas e socioeconômica**, Rio de Janeiro, n. 41, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/34vEVsr>. Acesso em: 9 fev. 2022.

INCRA. **Regularização de território quilombola:** perguntas & respostas. Brasília, DF: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3uCHGmx>. Acesso em: 9 fev. 2022.

IPEA. **Nota técnica:** redução drástica na inovação e no investimento em P & D no Brasil: o que dizem os indicadores da pesquisa de inovação 2017. Brasília, DF: IPEA, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3gCf2da>. Acesso em: 9 fev. 2022.

IPEA. **Políticas sociais:** acompanhamento e análise. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3HF2mOD>. Acesso em: 9 fev. 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

KAPLÚN, Mario. **Producción de programas de radio:** el guión – la realización. México: Cromocolor, 1994.

KAPLÚN, Mario. **Produção de programas de rádio:** do roteiro à direção. Tradução de Eduardo Meditsch e Juliana Gobbi Betti. São Paulo: Intercom; Florianópolis: Insular, 2017. 436 p.

LAVOR, Isabelle Lucena. **Escola de Chicago:** afinal, o ambiente influencia o comportamento criminoso? Canal Ciências Criminais, 3 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3gwYao6>. Acesso em: 9 fev. 2022.

LEÃO, Vivi. Quilombola lança livro sobre a organização social e política do Quilombo dos Palmares, em AL. **G1 Alagoas: TV Gazeta**, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3vGILJl>. Acesso em: 24 out. 2021.

LÉVY, Pierre. **O ciberespaço ou a virtualização da comunicação.** São Paulo: 34, 2010. p. 87-110.

LIMA, Rafaela Pereira; SANTOS, Elias (orgs.). **Imagem comunitária:** relatos e reflexões sobre experiências de comunicação participativa e cidadã no Brasil. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021.

LIMA JR., Ariovaldo. **Jornal Ìrohìn:** estudo de caso sobre a relevância educativa do papel da imprensa negra no combate ao racismo (1996-2006). 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIMA NETO, Nelson. Gabarito oficial do Enem: Inep diz ser ‘imaturidade’ posição de mulher negra de não querer alisar o cabelo. **Globo: Ancelmo [Blog]**, 27 jan. 2021. Disponível em: <https://glo.bo/3vHnw9r>. Acesso em: 24 out. 2021.

LIMEIRA, José Carlos. Biografia. **Leituras Pretas**, [s.d.]. Disponível em: <https://bit.ly/3mcEY2F>. Acesso em: 24 out. 2021.

LIMEIRA, José Carlos. Quilombos: para Abdias Nascimento e Lélia Gonzales. **Literafro**, 23 ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3m7VbG6>. Acesso em: 24 out. 2021.

LITERAFRO. Solano Trindade: textos selecionados. **Literafro**, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Bc8Dx9>. Acesso em: 24 out. 2021.

LOPEZ, Débora Cristina. Rádio e redes sociais: novas ferramentas para velhos usos? **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 30, p. 166-183, jul. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2XK39vU>. Acesso em: 24 out. 2021.

LOSSO, Claudia Regina Castellano; SARTORI, Ademilde. Novas configurações da comunicação na sociedade mediada pelas TIC e os reflexos nos ecossistemas educativos. *In: WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA*, 17., 2011, Aracaju. **Anais...** Aracaju: WIE, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/37xkBIM>. Acesso em: 24 out. 2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MELLO, Káthia. Com 2 milhões de moradores, favelas do Rio seriam 7ª maior cidade do país: pesquisa do Instituto Data Favela está no livro 'Um País Chamado Favela'. **G1 Rio**, 25 set. 2014. Disponível em: <https://glo.bo/3pynuzJ>. Acesso em: 24 out. 2021.

MENDIGAR deixou de ser contravenção penal há apenas dez anos. **Migalhas**, 18 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3nmexHa>. Acesso em: 24 out. 2021.

MENDONÇA. Heloísa. Negros são maioria nas universidades públicas do Brasil pela primeira vez. **El País Brasil**, São Paulo, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3vG55Sq>. Acesso em: 24 out. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Aline *et al.* Importância das redes sociais para as pequenas e médias empresas. **Rev. Conexão Eletrônica**, Três Lagoas, MS, v. 12, n. 1, p. 1-12, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3CpZx1j>. Acesso em: 24 out. 2021.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva; Jeanne Sawaya. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições e guerrilhas. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NASCIMENTO, Jadson. A raça como elemento de condenação segundo a teoria de Cesare Lombroso. **Agência de Notícias das Favelas**, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Cd6bYz>. Acesso em: 24 out. 2021.

NEDER, Ricardo T. (org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg**: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília, DF: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes, 2010.

NETO, Solon. Tinta preta e pele escura: a necessidade de uma imprensa negra. **Alma Preta: jornalismo preto e livre**, 26 jun. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3nisENy>. Acesso em: 24 out. 2021.

O JORNALISMO negro nas mídias digitais: jornais, blogs e portais. **Observatório da Imprensa**, 26 fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3jzCQ3f>. Acesso em: 24 out. 2021.

OLIGARI, Celso Luiz; SOUZA, Marcio Vieira de. Web rádio: ondas sem fronteiras. In: SOUZA, Márcio Vieira de; GIGLIO, Kamil (orgs.). **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede**: experiências na pesquisa e extensão universitária. São Paulo: Blucher, 2015. p. 61-74. Disponível em: <https://bit.ly/311luxa5>. Acesso em: 24 out. 2021.

PENTEADO, Carlos. **Quilombolas no Brasil**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3suhk3r>. Acesso em: 9 fev. 2022.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**: volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 531 p.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1991.

PINTO, Tales dos Santos. Abolição e luta escrava por liberdade. **Mundo Educação**, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3EbIKAn>. Acesso em: 24 out. 2021.

PLATAFORMA permite ouvir rádios do mundo todo com um clique. **Guatá: Cultura em Movimento**, 12 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3E99BMs>. Acesso em: 24 out. 2021.

PRATA, Nair. Panorama da web rádio no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. **Anais...** Manaus: Intercom, 2013. p. 1-15. Disponível em: <https://bit.ly/3EbHsEx>. Acesso em: 24 out. 2021.

PRATA, Nair. **Webrádio**: novos gêneros, novas formas de interação. Florianópolis: Insular, 2012.

RÁDIO Imprensa Jovem entrevista escritores na Bienal do Livro 2016. **Imprensa Jovem 10 Anos**, 13 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3m7kNmG>. Acesso em: 24 out. 2021.

RAMOS, Jefferson Evandro Machado. Lei de Terras de 1850 no Brasil: o que foi, resumo, objetivos. **História do Brasil.net**, 12 set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2ZdAWxQ>. Acesso em: 24 out. 2021.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REGINALDO, Thiago; SARTORI, Ademilde Silveira. Da pedagogia da educomunicação à pedagogia na educomunicação. **Comunicação & Educação**, v. 25, n. 2, p. 70-80, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3suCOx5>. Acesso em: 9 fev. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Entre vistas**. Rede TVT (57min 35s). 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3vFobls>. Acesso em: 24 out. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismos plurais: o que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. **Educomunicação e TIC nas escolas para professores**. Porto Alegre: SEDUC, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/30N8LXe>. Acesso em: 24 out. 2021.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo. O rádio educativo no Brasil: uma reflexão sobre suas possibilidades e desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Intercom, 2006. <https://bit.ly/3Egxuln>. Acesso em: 24 out. 2021.

ROSSI, Amanda; COSTA, Camilla. Muito além da princesa Isabel, 6 brasileiros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil. **BBC Brasil**, São Paulo, 13 maio 2018. Disponível em: <https://bbc.in/3CaPqwV>. Acesso em: 24 out. 2021.

ROSSI, Amanda; GRAGNANI, Juliana. A luta esquecida dos negros pelo fim da escravidão no Brasil. **BBC Brasil**, 11 maio 2018. Disponível em: <https://bbc.in/3BeuTX0>. Acesso em: 24 out. 2021.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação**. São Paulo: EDICON, 1998.

SALDANHAS, Viviane Rodrigues Darif. Ku Klux Klan e a instauração do medo nos EUA. **Espaço Graduação**, v. 1, n. 1, fev. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3oFIzN>. Acesso em: 9 fev. 2022.

SANTA CATARINA (ESTADO). Novo currículo do ensino médio em Santa Catarina cita educomunicação. **Comunicação ABPEducom**, 1 set. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3pudMhP>. Acesso em: 24 out. 2021.

SANTOS, Ademir Barros dos; MARTINS, Marcos Francisco. Apontamentos sócio-históricos sobre aspectos legais da cidadania da comunidade negra. **Por Dentro da África**, 27 set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3GeieHo>. Acesso em: 24 out. 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 138-169, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2XELPZ1>. Acesso em: 24 out. 2021.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 138-169, jun. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2XELPZ1>. Acesso em: 24 out. 2021.

SANZ, Beatriz; RODRIGUES, Paula. O mito do paraíso racial: ideia de democracia racial foi amplamente adotada pelo Brasil pós-escravidão e ajuda a explicar racismo atual. **Ecoa Uol**, São Paulo, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3GiAAab>. Acesso em: 24 out. 2021.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. **Gestão de projetos educacionais**: Programa Nas Ondas do Rádio. SME, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3jRA3CL>. Acesso em: 24 out. 2021.

SARTORELLO, Mário. **A rádio digital vai mudar alguma coisa no dial brasileiro?** Centro de Pesquisa e Formação Sesc São Paulo, 27 nov. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3BaD6vi>. Acesso em: 24 out. 2021.

SARTORI, Ademilde Silveira. Ecosistema educacional: comunicação e aprendizagem em rede. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 62-79, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3jA3SHB>. Acesso em: 24 out. 2021.

SILVA, Bento Duarte da; TEIXEIRA, Marcelo Mendonça. A educação do rádio. In: TORRES, Patrícia Lupion (org.). **Tecnologias digitais para produção do conhecimento no ciberespaço**. Curitiba: SENAR-PR, 2015. p. 108-123. Disponível em: <https://bit.ly/30NrstS>. Acesso em: 24 out. 2021.

SILVA, Cleider Tadeu Antão da; CARVALHO, Alecir Francisco de. Web-rádio na educação: experiências formativas envolvendo a utilização de mídia radiofônica em escolas de Educação Básica de Minas Gerais. **Revista Educação Pública**, v. 5, n. 18, set. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3maNPSl>. Acesso em: 24 out. 2021.

SILVA, Suelen de Aguiar. Desvelando a netnografia: um guia teórico e prático. **Intercom: RBCC**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 339-342, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3bbu3j6>. Acesso em: 24 out. 2021.

SILVEIRA, Oliveira. Encontrei minhas origens. **Teoria e Debate**, n. 85, dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2Zi1sWG>. Acesso em: 24 out. 2021.

SOARES, Ismar de O. Educação: um campo de mediações. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, a. 7, n. 19, p. 12-24, set./dez. 2000.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2017.

SOARES, Ismar de Oliveira. Entenda a educomunicação: Prof. Ismar fala de educomunicação para a revista Geografia. **Revista Geografia**, 25 ago. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3EgonkF>. Acesso em: 24 out. 2021.

SODRÉ, Muniz. **Claro e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOUSA, Rafaela. Imigração haitiana no Brasil. **Mundo Educação**, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3l1Xs4t>. Acesso em: 24 out. 2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983. (Coleção Tendências: v. 4).

TURCI, Érica. Tráfico de escravos: mercadoria humana atravessa o Atlântico. **Uol Educação**, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/30QPlkd>. Acesso em: 24 out. 2021.

UNFPA. **Conferência de Durban**. UNFPA Brazil, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3gD2i5Q>. Acesso em: 9 fev. 2022.

UNESC. Agência de Comunicação da Unesc. **Unesc amplia canais de comunicação e inova com a ECoCria**. AICOM, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3nrFUPN>. Acesso em: 24 out. 2021.

UNIPAMPA. **História dos NEABIs**. Bagé, RS, Universidade Federal do Pampa, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3yxqHnt>. Acesso em: 24 jan. 2024.